

A Defesa Nacional

N.º 623

Jan/Fev 1969

Neste número:

- O Exército Brasileiro
- O Movimento Comunista Internacional e o Imperialismo Soviético
- O Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná — GETSOP
- Orientação para o Planejamento e Conduta do Ensino de Formação — 1 — Orientação Básica
- O FAIBRAS na República Dominicana
- A 3.ª Brigada de Cavalaria Mecanizada
- Leitura Dinâmica

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS
Rio de Janeiro — Brasil.

**COOPERATIVA MILITAR EDITÔRA E DE CULTURA
INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1967/70)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Humberto de Souza Mello
Diretor-Administrativo — Gen Div João Gahyva
Diretor-Secretário — Cel Cav Geraldo Knaack de Souza
Diretor-Tesoureiro — Ten-Cel (Ref) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div R-1 — Adailton Sampaio Pirassununga
Cel Art — Nilton Freixinho

CONSELHO FISCAL

Gen Bda R-1 — Paulo Pereira
Cel Inf — Alberto Bandeira de Queiroz
Ten-Cel Art — Jonas Moraes Corrêa Neto

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Cav Geraldo Knaack de Souza
Redatores: Ten Cel Inf Heitor Cunha Teles de Mendonça
Ten-Cel Cav Cezar Marques da Rocha
Ten-Cel Eng Darino Castro Rebelo
Ten-Cel Inf Brasil Ramos Caiado Filho
Ten-Cel Prof Pedro Paulo Wandeck de Leoni Ramos

**"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o perigo comunista ao
umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito
de cada cidadão."**

Cota DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
55.^º

Rio de Janeiro, GB — Jan/Fev 1969

Número
623

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma soberania por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 5,00

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 20,00

(Registro e via aérea comportam acréscimos.)

Número avulso:

Mês NCr\$ 1,00

Atrasado NCr\$ 2,00

ENDERECO

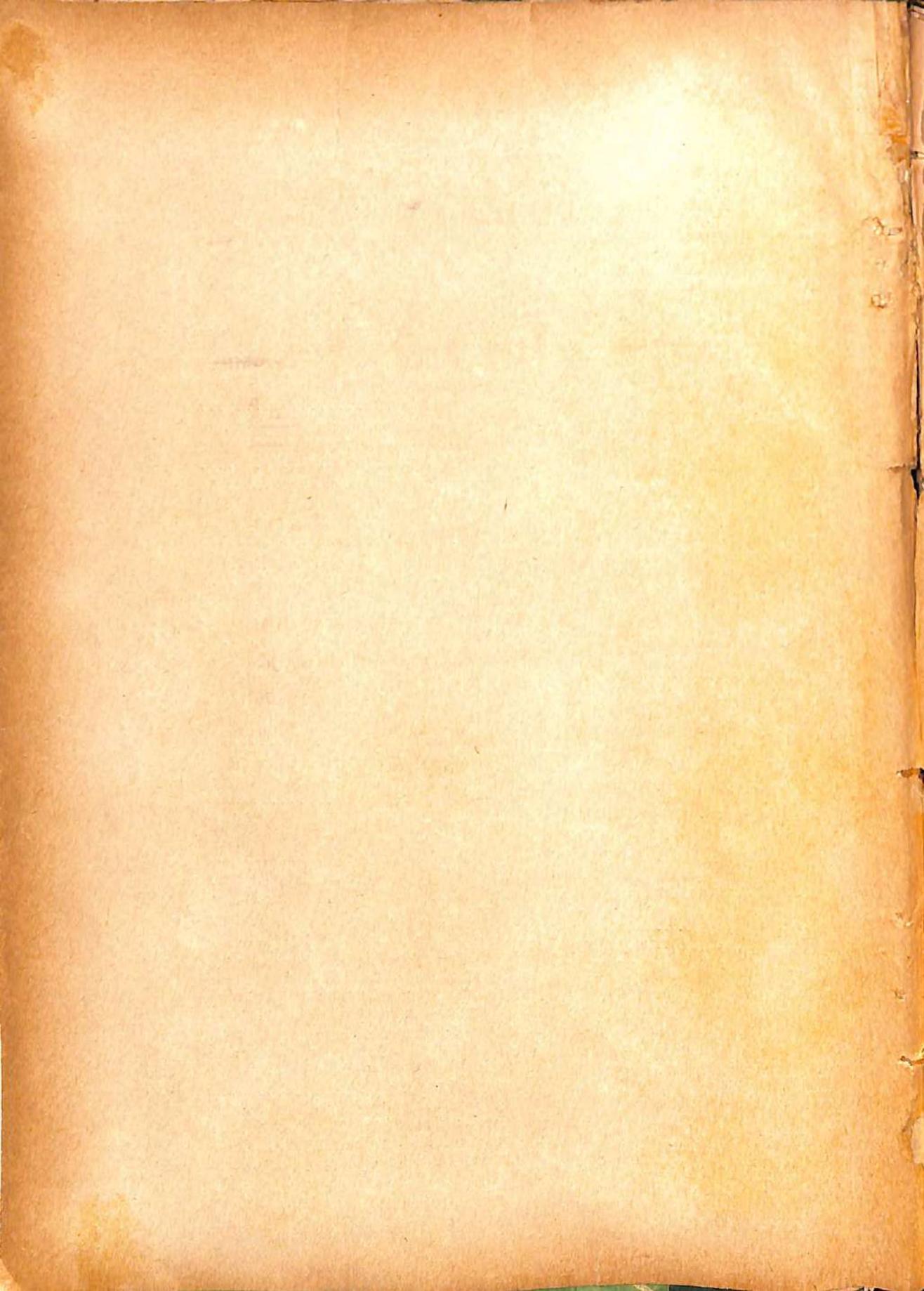
Ministério do Exército
Ala Marcílio Dias

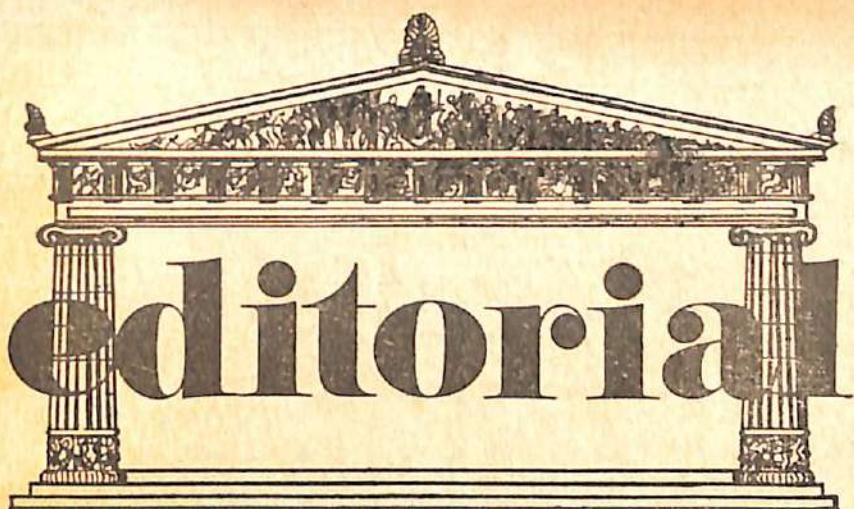
Caixa Postal 17 (DO MEX)
ZC — 55
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

Págs.
Editorial 3
<i>General Francisco de Paula Cidade</i> — Mar Tristão de Alencar Araripe 5
<i>O Exército Brasileiro</i> — Gen Ex A. de Lyra Tavares 9
<i>O Movimento Comunista Internacional</i> <i>e o Imperialismo Soviético</i> — Cel Eng Adib Murad 23
<i>O Grupo Executivo para as Terras do</i> <i>Sudoeste do Paraná</i> — GETSOP — Ten-Cel Cav Clóvis Cunha Viana 35
<i>Curiosidades da Campanha do Paraguai</i> — A observação Aérea 49
<i>Orientação para o Planejamento e Conduita do Ensino de Formação</i> — I — Orientação Básica 55
<i>Notas Militares — Guerra Revolucionária</i> — Maj Eng Waldyr Coelho 57
<i>O Faibrás na República Dominicana</i> — Gen-Bda Carlos de Meira Mattos 71
<i>Ato Institucional N.^º 5</i> 81
<i>Informações — A 3.^a Brigada de Cavalaria Mecanizada</i> — Cel Cav Carlos Ramos de Alencar 85
<i>Ação Cívica Militar — Programa de</i> <i>Colonização</i> — Cap Cav Helio Borba do GEF 99
<i>Operação Transporte — Viaturas para</i> o IV Exército 105
<i>O Curso de Comando de Unidade e</i> <i>Chefia</i> — Ten-Cel QMB Alcides Mazári G. Britto 115
<i>A Fôrça Aérea Brasileira como fator</i> <i>de Integração Nacional</i> — Cap Art Marcus Aurelius Minervino 121
<i>Palestra do Major-General Francis S.</i> <i>Greenhief</i> — Tradução do Ten-Cel Dirceu Bittencourt de Sá, da IGPM 125
<i>Leitura Dinâmica</i> 133
<i>De Scripta — Metais não ferrosos</i> 141
<i>A Marcha dos Vôos Espaciais</i> 145
<i>Guarnição da Amazônia</i> 147
<i>A Defesa Nacional — Pesquisa</i> 148





editorial

A Defesa Nacional não poderia assistir sem reagir positivamente ao surto de desenvolvimento do BRASIL.

Não poderia deixar de reestruturar-se para cooperar nesse movimento rejuvenescedor, que caracteriza a já iniciada escalada brasileira, no sentido de aparelhar o País para acompanhar o avanço célere das grandes nações, sobreviver como nação nova e pujante e galgar a posição que acreditamos lhe deva caber, em futuro não muito distante, na conjuntura internacional.

A Direção da Defesa Nacional para cumprir sua missão de órgão de cultura intelectual iniciou a tomada de medidas, colimando nova reestruturação em busca da eficiência que lhe permita ser um elemento informativo de real valor para os seus assinantes em geral, e de estudos, principalmente “para os mais jovens”.

Assim entendido e de posse do acervo recebido de administrações passadas, as quais muito lutaram para manter esta

revista durante seus 55 anos de existência, iniciamos a tarefa de renovação, convocando a Assembléia Geral que, reunida a 13 de Dez 68, decidiu entre outras medidas modificar o Art. 31 dos Estatutos, criando os cargos de Diretor Administrativo, em substituição ao de Diretor-Gerente, e o de Diretor-Tesoureiro; nomear uma comissão para reorganizar a Cooperativa e apresentar novos Estatutos no prazo de 90 dias.

Para levarmos a bom término a tarefa que nos propusemos impõe-se a necessidade do auxílio de todos, pois sómente com este apoio ser-nos-á possível fazer uma nova revista, quanto à adequação de seu espírito ao movimento jovem — BRASIL PARA FRENTE — que empolga a impulsiona o País desde março de 1964 e útil às Fôrças Armadas.

A DIRETORIA

General FRANCISCO DE PAULA CIDADE

Mar TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE
Cadeira 51 do IGHMB

Faleceu no início do dia 5 de março de 1968 o provento historiador e profissional militar de alta projeção intelectual, General Francisco de Paula Cidade. O lastimável desfecho não deve ter passado despercebido ao meio militar, onde essa vida de 85 anos representa um padrão dignificante de devotamento à profissão e de dignidade cívica.

Jovem, muito jovem, idealista, dedicou-se à profissão militar, com o fito de fazer carreira pelo próprio esforço. Assim, desde cedo, não se enclausurou nos deveres de rotina do quartel e dos cursos que freqüentou com raro interesse. Aspirante a oficial e oficial subalterno, Cidade se definiu como profissional acima das preocupações meramente materiais da tarimba, embora procurasse atender a estas com brio e entusiasmo.

Suas memórias e suas palestras marcaram o desprendimento e os riscos da vida reuniá nas guarnições de paz em que serviu no seu querido Rio Grande do Sul e nas expedições militares punitivas em que tomou parte. Praticou a dura experiência da vida realista.

Mas, ao mesmo tempo, trilhou a senda dos pensadores e dos analistas. Estudante ainda, registrava suas observações e suas análises e as divulgava pelos periódicos e revistas de Pôrto Alegre. Procurava ler e estudar a História, principalmente a Militar e Técnica. Foi colaborador da notável Revista dos Militares de Pôrto Alegre e das revistas da Escola de Guerra.

Bom organizador, tornou-se bibliófilo útil aos companheiros de ofício, transmitindo-lhes informes sobre as publicações dos exércitos francês, espanhol e chileno. Felizmente, Paula Cidade nunca mais abandonou esse verdadeiro "hobby". Continuou a ser grande comentarista das melhores das nossas obras de História Militar.

"Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira", de sua autoria, constitui obra preciosa de crítica dos nossos historiadores militares. Em seus trabalhos de História e geografia militares, à margem da massa documentária que sabe apresentar com clareza, destaca o senso contraditório do verdadeiro juiz, que compara os depoi-



Gen FRANCISCO DE PAULA CIDADE

mentos, contradiz as conclusões, com maior ou menor grau de parcialidade, mas sem radicalismo. Por isso, êsses e mais outro escritos de Paula Cidade são complementos indispensáveis à compreensão dos fatos históricos, políticos e militares brasileiros.

A "Revista Militar Brasileira" e a Biblioteca do Exército acolheram muitas das produções de Paula Cidade, cuja memória aqui homenageamos, em retribuição às preciosas colaborações que nos proporcionou, do Tenente de infantaria iniciante, ao ardoroso oficial de Estado-Maior, o sequioso estudioso de nossa História Militar. Como eu, muitos dos companheiros muito ficaram devendo à operosidade intelectual do batalhador baqueado.

O PREÇO DESTA REVISTA...

"A DEFESA NACIONAL" vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interesse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Fôrças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCr\$ 0,50) há um ano alterado, está ainda em descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agüentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropósito com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração, não sómente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

O EXÉRCITO BRASILEIRO

Conferência pronunciada no dia 23 de agosto de 1965, no Quartel do 1/7.º Regimento de Obuses 105, durante as comemorações da "Semana do Exército".

Gen Ex A. de LYRA TAVARES

Neste modelar quartel do 1/7.º RO o IV Exército deseja expressar a grande satisfação com que recebe, agora, além dos mais altos representantes da Autoridade Estadual, tão ilustres figuras da Imprensa e da cultura de Pernambuco e, particularmente, os nossos camaradas da Marinha de Guerra e da Fôrça Aérea do Brasil.

É com muito desvanecimento e muito honrados que os temos aqui conosco, na intimidade de uma casa do Exército, quando comemoramos a Semana do Exército.

Porque é dentro do quartel que él vive e se exercita, em permanente vigilia, nas suas intensas atividades de todos os dias. É onde él forja a sua coesaõ e adquire, e traz sempre acesa, a sua alma coletiva. É onde él se adestra e se mantém preparado para as grandes missões que pode receber.

Plasma-se o seu espírito na nobreza dos ideais que animam a corporação, nas vibrações de cívismo que lhe dão a consistênciá patriótica, sob a inspiração de deveres que se sobrepõem à vontade isolada de cada um, porque todos prestam obediênciá aos mandamentos superiores em que se educam, acima de tudo, para o serviço da Pátria.

O espírito militar da tropa se retempera e se sublima na unção cívica com que ela reverencia os símbolos nacionais, na exaltação patriótica com que ela rende o seu culto aos heróis do passado, aos construtores das glórias nacionais, e na identidade dessa espécie de sacerdócio, em cuja prática se nivelam, como camaradas de armas, todos os brasileiros incorporados, ricos ou pobres, pretos ou brancos, católicos, protestantes, ou espíritas, no tributo mais nobre que devem, por igual, à sua Pátria todos os cidadãos.

Eis aí o quartel, tal como él é, por dentro das suas paredes. Aqui, como em todo o Brasil. Porque o Exército é o mesmo, em todos os seus quartéis. É él, sem dúvida, uma parte do povo, talvez a mais representativa do povo, porque dentro das suas fileiras se confraternizam as classes, se confundem os níveis sociais, se ignoram os credos e os partidos, se esquecem as desigualdades e as diferenciações entre os homens, porque todos se irmanam, na camaradagem da caserna.

Há apenas, dentro do Exército, o cidadão brasileiro pôsto ao serviço da Pátria, preparando-se para a sua defesa, velando pela sua segurança.

E isso, em todos os tempos e em todos os quadrantes do Brasil, através da história da nacionalidade.

Renovam-se, em suas fileiras, de ano para ano, grandes contingentes de cidadãos, num revesamento secular de homens que se destinam à defesa da Pátria. É a própria Nação como que velando por si mesma e guarnecedo, através dos tempos, com a vigilância permanente das gerações que se sucedem, os postos de sentinela dos seus destinos e da sua soberania, os redutos dos seus anseios de liberdade e de progresso, dentro da ordem.

Dai, a expressão do quartel, perante a comunidade. É, sem dúvida, o povo em armas, que vive dentro dêle. Cada soldado, cada sargento ou cada oficial, é povo, tanto por ser elemento integrante do Exército, que é uma Instituição recrutada na massa do povo, como porque, antes de ser militar, é um cidadão, como todos os outros.

Esse sentido mais profundo e esse caráter mais amplo, que constituem o significado maior da Semana do Exército, merecem ser postos à vista do povo e na consciência do povo. E isso só pode ser feito pelos homens e pelos órgãos representativos da cultura nacional, porque é a eles que cabe, muito mais do que a nós mesmos, a grande missão social de esclarecer e fortalecer, nesse sentido, a consciência cívica da Nação.

Nesse trabalho benemérito e patriótico, tem tido papel destacado a Imprensa de Pernambuco, assim como as expressões mais altas da intelectualidade

desta grande terra, sobretudo quando se trata de exaltar a figura legendária de Caxias. Patrono do Exército, para reverenciá-lo, não apenas como o maior de todos os soldados do Brasil, mas, também, como o grande condestável e estadista do Império, na fase decisiva da afirmação e da defesa da Independência, da preservação da soberania e da unidade da Pátria.

Julgou-se, por isso mesmo, o Comando do IV Exército no dever de expressar, de viva voz, a êsses ilustres homens e à Imprensa de Pernambuco, o seu alto aprêço e os seus agradecimentos, neste encontro entre militares e civis, como parte do programa de comemorações da Semana do Exército.

É, também, o ensejo que a mim mesmo, deliberadamente, me proporcionei, para que vos possa falar, agora, sobre o Exército, na franqueza com que deve e costuma sempre falar um soldado de quase meio século de vida militar, e que, nem por isso, deixou de ser, em momento nenhum, antes de tudo, um cidadão, e um cidadão comum, como é, graças à formação democrática em que nos educamos, o caso geral de todos os soldados do Brasil.

Este é, aliás, um dos motivos do orgulho com que envergamos a farda do Exército Brasileiro, pela consciência que nos dá a nossa história, das suas origens e da sua constituição autenticamente populares. Porque mergulham em raízes muito profundas, no tempo, as bases do sentido democrático em que se for-

mou e ganhou substância o espirito da nossa Fôrça de Terra.

Foi aqui mesmo, em Pernambuco, que êle nasceu, juntamente com a própria consciênciâ da nacionalidade, quando o homem nativo se insurgiu e se mobilizou, formando as nossas primeiras unidades de combate, para lutar contra o invasor holandês.

Era, já então, o sentimento do dever para com a Pátria que o inspirava, fazendo surgir nêle o espírito do soldado brasileiro.

Pernambuco, centro da vida do Nordeste, era para êle, como que o próprio Brasil. Era a terra de nascimento, o solo sagrado da Pátria. Dai, a invocação da Autoridade de Chefe militar de Pernambuco, com que Vidal de Negreiros homologou, como aliado dos portuguêses, os têrmos da ata da rendição batava, na Colina do Taborda.

Estávamos ainda nos remotos tempos da Colônia, mas desde aí começariam a surgir as Unidades de pretos e de pardos que, com as tropas de milícia, mais civis do que militares, mais povo do que fôrça regular, iriam constituir, ao longo do tempo, nas diversas regiões do país, a infraestrutura militar que deu contextura e alma própria ao Exército Brasileiro da Independência.

Vem, aliás, desde êsses tempos, o trabalho permanente, fecundo e silencioso do quartel, no sentido de transformar em cidadão da sua Pátria o homem brasileiro, que ocupava, como elemento nativo, a mais ínfima posição na escala social, em face dos colo-

nizadores. Foi a condição de soldado que o recuperou para a Nação, dando-lhe instrução, educação e, até mesmo, certa parcela de autoridade, muito antes da abolição.

Desde aí o quartel tem representado no Brasil, como ainda representa hoje, o papel de verdadeiro cadinho de congraçamento e fusão social das raças formadoras do nosso povo. Dentro dêle jamais se distinguiram os homens, entre si, a não ser pela graduação hierárquica, como única expressão da escala de precedênciâ entre os militares.

E ainda hoje, como ontem, o dia festivo da incorporação de um novo contingente, em cada quartel do Brasil, oferece a mais autêntica e convincente demonstração do que é o Exército Brasileiro, na heterogeneidade de tipos e de padrões sociais dos homens que êle recebe, para irmaná-los, uni-los e identificá-los, dentro do mesmo espírito de corporação, sob as mesmas normas rígidas da disciplina, como soldados do Brasil.

Dir-se-á que é diferente a formação da oficialidade, como núcleo permanente do enquadramento da Instituição Militar. Mas é o mesmo, também aí, o sentido eminentemente democrático a que obedeça a constituição do nosso Exército.

A qualquer cidadão é livre o ingresso nos Cursos de formação de oficiais, bastando-lhe, para isso, que se disponha a fazê-lo, por vocação, e que, seja qual fôr a sua condição, atenda, pelo esfôrço pessoal, às servidões físicas, intelectuais e mo-

rais, impostas pela carreira, indistintamente, a todos quantos queiram abraçá-la.

Ao dirigir-me, certa vez, como Diretor do Ensino de Formação do Exército, à Turma que estava por concluir o Curso da Academia Militar das Agulhas Negras, pude dar aos futuros oficiais, com base em documentos de que dispunha, uma notícia que, para êles próprios, constituía uma revelação. Era a de que, dentro daquele conjunto que em breve se dispersaria pelos quartéis do Brasil, com as responsabilidades de condutores de homens, reuniam-se filhos de militares, de funcionários civis, de homens de fortuna, de ferroviários, de metalúrgicos, de sapateiros, de agricultores, de alfaiates, de magistrados, de industriais e de operários.

Dessa Turma, que então iniciava com entusiasmo e por livre escolha, a carreira das armas, surgirão, amanhã, novos chefes militares do Brasil, tal como ocorreu com a minha própria Turma e as outras a que pertencemos os atuais detentores das responsabilidades do Alto Comando da nossa Fôrça de Terra.

É preciso, porém, deixar bem claro que o Exército não é apenas uma grande estrutura permanente, destinada a transformar homens em soldados.

O poder de uma nação, as grandes fôrças que a sustentam, que impulsionam o seu progresso e que lhe dão condições para afirmar a sua soberania e traçar, livremente, os rumos dos seus destinos, estão, antes, na coesão espiritual do povo que a consti-

tui, no fortalecimento do poder político que o orienta e dirige, e na pujança da sua economia, que há de ser tanto maior quanto mais valorizar-se o homem nacional.

Nesse sentido, nenhuma Instituição Nacional tem realizado, em proveito da Nação, desde as suas origens, trabalho pioneiro mais amplo e mais benemérito, sem prejuízo, mas, ao contrário, com imensuráveis vantagens para a sua missão precípua, de natureza militar.

O Exército, já o assinalamos, foi desde o inicio da nacionalidade, a grande armadura que sustentou a unidade da Pátria, preservando-a das ameaças de fragmentação, assegurando a coesão daquela espécie de arquipélago de províncias que tendiam a isolar-se, em compartimentos autônomos, dentro das suas peculiaridades, sob a ação de fôrças desagregadoras, muitas vezes alimentadas pelo inimigo externo.

O quartel representou, na formação do Brasil, a presença do poder central sobre toda a periferia e o interior do imenso território. Era a grande fôrça que o defendia e aglutinava, criando e preservando o espírito nacional, além de concorrer para a mobilidade social.

As Escolas Militares da Corte, que o reinado de D. João VI deixara primorosamente organizadas, seriam os grandes reservatórios dos quadros militares que impregnados do espírito da nacionalidade, aprimorados na cultura e afeitos às mesmas normas

de disciplina, despejavam-se, anualmente, por todo o Brasil, como plantas saídas de um mesmo viveiro, que iam fincar as raízes e lançar as sementes da Pátria nas suas mais remotas paragens, até onde mal chegavam os caminhos.

O Brasil era grande demais para os seus poucos milhões de habitantes, que não faziam número nem estavam preparados para prover adequadamente a estrutura civil da Nação, logo que ela se libertou do jugo colonial e se tornou livre, sob as vistosas ambiciosas de outros povos, dentro do quadro de uma América Latina de fronteiras ainda instáveis e flutuantes.

Foi, aliás, dentro desse quadro, que surgiu, para a predestinação que o imortalizaria, a figura do Duque de Caxias, o então Porta-Bandeira do Batalhão do Imperador. Foi aí que, declarada e conquistada a Independência, a Nação se deparou com os grandes problemas, internos e externos, que lhe cumpria enfrentar sózinha, entregue, que ficou, nas palavras do Imperador, aos seus próprios e naturais defensores, o que o levou a declarar, na sua fala de 10 de novembro de 1822, que "só na organização eficiente das suas tropas poderia assentar o prestígio e a estabilidade do seu reinado".

Mas não estaria nisso, apenas, a grande missão do Exército. A proclamação de "Independência ou Morte" importaria, para a jovem Nação, implicações da maior relevância na sua vida, porque não bastava expulsar os portugueses, mas cumpria construir e

fortalecer a Pátria, agora livre, cujos destinos os brasileiros deveriam, a partir daí, traçar e realizar por si e para si mesmos, começando por preservar-lhe a unidade política e defendê-la, nas suas fronteiras e na sua soberania.

Essa era a grande tarefa prioritária que cumpria ao Império realizar. E só o regime imperial seria capaz de realizá-la, naquelas circunstâncias difíceis em que o Brasil se tornou independente. A República viria ao seu tempo, como estuário natural das correntes liberais que se reuniriam mais tarde para a sua instituição. Mas viria, para abranger o todo e não para fragmentá-lo, através de movimento político que se processou do centro para a periferia, atendendo aos anseios generalizados da Nação, sem quebrar-lhe, contudo, a unidade, sem esfacelá-la através das reivindicações regionais que, por longo tempo, ameaçaram a estabilidade do Império.

Caxias foi, sem dúvida, nesse período decisivo da nossa evolução política, o estadista e soldado a quem o destino reservou a suprema tarefa de resguardar a unidade da Pátria, pondo-a acima dos partidos, das correntes políticas e das tendências regionalistas. Foi ele o gênio pacificador que impediu se estraçalhasse a Nação em lutas fratricidas, na anteviés do perigo externo que lhe rondava as fronteiras. E foi, mais do que isso, o grande condutor de homens que iria cobrir de prestígio e de glória o jovem Exército Nacional, nas lutas contra Rosas e

Oribe, para consagrar-se, mais tarde, ao mudar os rumos da Guerra do Paraguai, depois de Curupaiti, projetando no cenário da América a sua figura inconfundível de estrategista, no Comando Geral da Tríplice Aliança.

A auréola da vitória que corou, então, o Exército de Caxias, não foi, porém, maior do que a benemerência do trabalho anônimo do soldado brasileiro na construção e no fortalecimento da Nação, em tarefas e atividades para as quais não estavam ainda preparados os seus quadros civis.

O primeiro grande problema do Brasil independente era o de elevar o padrão do homem brasileiro, como a necessidade fundamental do Exército era a de aprimorar o valor do soldado brasileiro, o que importava, para um e para outro fim, em valorizar o cidadão.

Tal foi, e ainda é, a mais benemérita tarefa do quartel, como verdadeira escola de formação do homem. Escola, em todos os sentidos, dentro da qual se apurou, através dos tempos, em todo o território nacional, a matéria-prima do potencial humano da Nação.

Dentro do Exército se preparam, em suas escolas superiores do mais alto padrão, grandes expressões da cultura nacional, que se projetaram, inclusive, em vários campos das atividades civis, além de consagrados engenheiros, destinados, não apenas a atender aos encargos militares, como a suprir a inexistência da Engenharia civil,

pois só às vésperas da República a sua antiga Escola Central seria transformada em estabelecimento de ensino civil.

O Exército não construía apenas os quartéis, as casas de pólvora e as fortalezas. Também eram obra dos seus engenheiros as estradas, os palácios, as Igrejas, os chafarizes, os aquedutos, como, de um modo geral, as edificações imprescindíveis à implantação das cidades.

O quartel, em cujas fileiras se incorporavam escravos alforriados, jovens desajustados e até detentos liberados, servia, mesmo, em certos casos, de reformatório e escola correccional, sob o rigor lipeano, que, então, regia a disciplina militar. A recuperação do homem se fazia, também, através da assistência espiritual do capelão militar. O temor de Deus exercia grande influência na disciplina. O soldado praticava a religião como dever imposto pelos regulamentos, dado o caráter oficial que tinha a Igreja, no tempo do Império.

Era, também, o quartel um núcleo de apoio social no interior e, por vezes, a única presença da civilização em pontos longínquos e inóspitos do território. Os uniformes, a banda de música, o amparo da autoridade, o socorro pronto, em caso de necessidade, e o entusiasmo cívico das cerimônias militares, faziam gravitar em torno dêle as populações esparsas pelas redondezas. Surgia, nas proximidades, o casario modesto, como comêço de um processo de simbiose que fundia, aos poucos, o meio militar com o meio civil, fazendo apare-

cer o povoado, o embrião das futuras cidades.

O cidadão sem recursos, perdido nas grandes extensões do território nacional, sem quaisquer perspectivas de estudar e de progredir, fazia-se soldado, iniciava-se nas aulas do quartel e terminava por ter acesso às Escolas Militares da Corte e lograr, através delas, elevar-se na escala social. Era como o homem de condição humilde iria nivelar-se com os privilegiados da fortuna, na seleção dos valôres de que a Nação tanto carecia, para organizarse.

Quantos grandes soldados do Brasil, e estadistas, e professores, e engenheiros, encontraram no Exército êsse caminho, com portas de entrada em todos os quartéis do território nacional! Era o recurso pelo qual o cidadão modesto se tornava gente e podia atingir, até mesmo, como houve o caso, a Presidência da República.

Na galeria histórica dos nossos mais altos Chefes Militares reúnem-se, com igualdade de posição hierárquica, Generais pretos, brancos, mulatos e pardos, na heterogeneidade das raças e na homogeneidade dos valôres morais e profissionais que formam, de alto a baixo, a estrutura humana da nossa Instituição militar.

Esse grande papel permanente, na valorização do homem brasileiro, o Exército continua a cumprí-lo nos dias de hoje. O quartel alfabetiza, aprimora o físico, incute a disciplina, educa, instrui, dá senso de responsabilidade, desenvolve o espírito de iniciativa, desinibe, ensina o civis-

mo e prepara o homem, não apenas para ser soldado, mas sobre tudo como cidadão útil à coletividade.

Contam-se por milhares os que regressam ao lar com uma profissão adquirida no quartel: mecânicos, motoristas, tratoristas, radiotécnicos, datilógrafos, enfermeiros, soldadores, serralheiros, radiotelegrafistas, carpinteiros, etc.

Isso ocorre, também, no nível mais alto do Ensino Militar, onde o Exército tem realizado, sobretudo no campo da Engenharia, trabalho pioneiro de relevante papel no desenvolvimento nacional; na construção rodoviária, em obras de açudagem e irrigação, no mapeamento do território, na metodização e difusão da Educação Física, na implantação da Indústria pesada, nas colônias agrícolas e, de um modo geral, no preparo dos valôres nacionais, cívicos, morais e intelectuais, que reforçam, quando não antecedem, os quadros civis da Nação, e colaboram com êles no trabalho de todos os dias para o engrandecimento do País.

Não há como, nem por que, distinguir, perante o serviço da Pátria, mesmo em tempo de guerra, o soldado do cidadão, o homem que luta na frente de combate, do que moureja, em todas as frentes de trabalho, porque este é, igualmente, fator decisivo do progresso, no tempo de paz, como da vitória, no tempo de guerra.

Eis aí, meus prezados e ilustres patrícios de Pernambuco, como é, como atua, como pensa e como sente o Exército Brasileiro. É uma parcela do povo, tão útil à

Nação como tôdas as outras. Inseparável dela e insubstituível na nobre missão que desempenha dentro da coletividade.

Seu destino único é o de servir à Pátria, lutando, sempre que necessário, para preservá-la dos seus inimigos, externos ou internos, sob a inspiração de ideais e de propósitos que jamais se divorciaram dos do povo.

No panorama da vida política latino-americana, examinado através de toda a história dos povos do Continente, o Exército Brasileiro guarda a coerência da sua tradição de respeito ao Poder Civil, jamais interrompida durante todo o processo da evolução nacional.

É título que muito enaltece o inalterável sentido civilista da Instituição Militar do Brasil, e põe em justo relêvo o papel que ela tem representado na garantia e no fortalecimento da nossa estrutura democrática.

Nunca medrou, no Brasil, por isso mesmo, a figura do caudilho militar nem jamais o poder militar usurpou a preponderância do Poder Civil, para assumir a tutela da Nação.

Nas situações de exceção, nas raras contingências em que esteve ameaçada a continuidade do processo democrático, no Brasil, com risco flagrante para a sobrevivência das Instituições e da própria soberania da Pátria, teve o espírito eminentemente legalista do Exército que transigir, levando-o a sobrepor-se aos partidos e investir-se no poder, para o fim único de restabelecer a ordem democrática. E isso é só o tem feito para atender aos reclamos

do povo, em face de perigo iminente para a Segurança Nacional.

É atitude extrema a que é levada a Instituição Militar diante do dever inalienável e mais alto, que ela não pode deixar de cumprir.

Trata-se, sem dúvida, de missão que ela deixará de desempenhar nos estágios mais adiantados do aperfeiçoamento democrático da Nação, para os quais marcha o Brasil, agora, com determinação e segurança. É esse, aliás, o grande anseio de todos os verdadeiros democratas, tanto os civis como, principalmente, os militares.

E sempre que a Instituição Militar se tem visto na contingência excepcional de investir-se no poder, apressa-se e não perde tempo em transferi-lo, cumprida a sua missão, à Autoridade Civil legítima, para recolher-se aos quartéis e, dentro dêles, prestar-lhe obediência, prestigiá-la e fortalecê-la.

Quando a Nação, livre e soberana no seu direito de escolher, investe a pessoa de um militar na sua magistratura suprema, está certa de que nêle a condição do cidadão se sobrepõe sempre à do soldado, e se sobrepõe, principalmente, pela vocação legalista, inata no militar brasileiro, pela expressão mais alta que tem, para ele, o Poder Civil, por força da sua consciência eminentemente democrática.

Ninguém é mais civil do que o militar brasileiro investido na função civil. Nenhuma força se antepõe, no Brasil, mais intransigentemente, à ditadura militar, como à ditadura de qualquer classe, do

que a consciência cívica do soldado.

Ela se tem mostrado, aliás, invulnerável aos apelos repetidos e às tentativas dos grupos que invocam, muitas vezes, o prestígio da farda, como espécie de solução mágica para o fortalecimento do Poder Político, no Brasil. A verdade é, porém, que esse prestígio decorre, precisamente, da aversão do soldado brasileiro por qualquer forma de ditadura. O Exército, sem dúvida, o perderia se consentisse em sacrificar a inflexibilidade dessa linha de conduta que tanto enaltece e comprova a consistência do seu espírito democrático.

O Movimento de 31 de março deu à Nação, mais uma vez, o testemunho da fidelidade do Exército à democracia. Ele foi, antes de tudo, uma prova da vitalidade e uma reação generalizada e vigorosa da consciência democrática do povo brasileiro. E o Exército, como as demais Forças Armadas, teria de estar solidário com o povo.

Nem se compreenderia da parte dele outra atitude, quando se tratava de resguardar a sobrevivência das nossas Instituições democráticas.

Congraçaram-se, naquela sombria conjuntura, o povo e as Forças Armadas, para a salvação da democracia brasileira. E ela foi salva, restaurada e fortalecida, como a Nação inteira o reclamava e exigia.

O Comando Militar Revolucionário, que assegurou a sua sobrevivência, credenciando-se, com tão decisiva e benemérita atitude, à gratidão nacional, não de teve o poder em suas mãos a

não ser no prazo mínimo necessário para que ele fosse transferido, com segurança e legalmente, ao atual Presidente da República.

A escolha, pelo voto do Poder competente, recaiu sobre um militar, com todas as credenciais para o exercício de tão alta e tão árdua investidura.

O prestígio do seu nome, como todos sabem, não emana apenas do relêvo e da dignidade com que, na paz e na guerra, destacou-se entre os seus pares no exercício de relevantes funções militares.

O acatamento que inspira e recebe, ele o impõe por virtudes e méritos pessoais que o poriam, como puseram, em justo relêvo, no exercício de qualquer alta missão, inclusive na mais alta de todas.

Sobre ser um grande soldado, o Marechal Castello Branco é, sem dúvida, um grande cidadão. E a sua primeira providência, antes mesmo de investir-se na Suprema Magistratura da Nação, foi a de encerrar, de livre vontade, a sua Carreira militar, transferindo-se para a Reserva do Exército.

Não tem o militar da ativa o direito de apreciar a atuação do Presidente que a Nação escolheu depois do 31 de Março, mas parece incontestável que nem mesmo os que se permitem criticá-lo mais acerbamente põem nêle em dúvida a imparcialidade do Magistrado, a extremada vocação legalista, a confiança que infunde, o respeito que inspira e a dignidade de que reveste os seus atos e as suas atitudes.

Há, como tinha de haver, os inconformados com a restauração da democracia brasileira, que se aproveitam das próprias liberdades por ela asseguradas para incriminá-la de regime totalitário.

No propósito de formar adeptos e de confundir a opinião pública, sobretudo no exterior, porque não encontram mais clima para a subversão e para a corrupção, mobilizam recursos abundantes e uma custosa publicidade, com o objetivo de apresentar a Revolução de 31 de Março como movimento militarista para implantar uma ditadura militar no Brasil, como se as próprias liberdades de que usam e abusam não constituíssem o desmentido público definitivo, a prova que invalida, pela base, a dialética suspeita de que se socorrem, na contradição evidente com que ela mesma se esvazia e se desmoraliza.

Refugiados e escondidos, sob o peso da própria culpa, pelo receio do clamor público, ante a explosão cívica da Nação, naquela jornada redentora de 31 de Março, tentam êles agora reaparecer e reagrupar-se, arrogando-se, até mesmo, o direito de falar em nome da democracia, que tudo fizeram antes, por destruir.

O Exército Brasileiro, agora livre dos que tentaram, em vão, dividi-lo e destruí-lo, nos seus alicerces e no seu espírito, revigorou-se na sua consciência profissional, para novas missões que dêle venha a exigir a Nação.

Dentro dos seus quartéis, êle se prepara e se adestra, fortalecendo a sua eficiência, coeso e imu-

ne às influências da política partidária que são incompatíveis com o seu espírito profissional.

Ninguém pode desviar do sentido do dever um Exército de homens livres, formados e educados no culto da Pátria, para a defesa da sua soberania e das suas Instituições.

Desmerece-se e compromete o prestígio da sua autoridade até mesmo o Chefe militar que tente fazê-lo, porque se interrompe, então, o elo espiritual, o compromisso de ordem moral em que repousa o princípio da obediência consciente que lhe devem os subordinados.

A ruptura dos laços de subordinação o deixaria separado da organização que supõe comandar, mesmo que êle só venha a percebê-lo em momentos decisivos, quando tiver de pôr à prova a sua autoridade.

O sentido superior da disciplina, em que se fundamenta a coesão da pirâmide hierárquica da organização militar, pressupõe a lealdade de todos ao compromisso jurado para com as Instituições.

É um estado de consciência coletiva que a todos obriga em face dos deveres comuns para com o Exército e para com a Pátria.

Está precisamente nisso a grande incompatibilidade entre o espírito de um Exército democrático e o da Fôrça militar dos totalitarismos.

O Exército Brasileiro nunca foi nem será nunca um Exército de caráter miliciano ou sujeito a qualquer partido que se arrogue o direito de selecionar os seus integrantes, de comandar as suas

atitudes e até mesmo o pensamento dos seus homens, como é o caso dos Exércitos políticos.

Porque o Exército não tem política, a não ser a da Pátria. Não é Partido, mas uma Instituição Nacional. O Poder é para ele uma servidão transitória que não pode ser recusada nos momentos de crise nacional nem prolongada além dela, porque só se justifica como missão que ele apenas pode desempenhar quando se trata de superar a crise, e para o fim exclusivo de superá-la.

E é missão de que ele não pode declinar quando estão sob ameaça os destinos da Pátria e as liberdades do Povo.

Dai a coesão da sua atitude de 31 de março, a despeito daquela falsa legalidade que tudo fazia, antes, para comprometer e subverter a disciplina e a hierarquia que lhes servem de fundamento.

Foi para salvar a democracia brasileira que ele saiu dos quartéis, e é para defendê-la e fortalecê-la que ele trabalha e se adestrava, agora, dentro deles, atento e vigilante na salvaguarda dos ideais da Revolução de março.

Nas suas fileiras, hoje, como ontem, o cidadão brasileiro se transforma em soldado do Brasil, mas não deixa de ser nunca o cidadão.

Porque não é apenas com as armas que ele aprende a manejá-las no quartel, mas com as virtudes cívicas vitalizadas, com a consciência do dever, fortalecida, e com a valorização da própria personalidade, que o cidadão se prepara, dentro do Exército, para a defesa da Pátria.

Soldados do Brasil não são apenas os homens fardados que guarnecem, na guerra ou na paz, as unidades de combate e as formações militares que constituem a primeira linha de defesa da Pátria. Também são os que trabalham pela sua grandeza, na luta anônima de todos os dias, nos campos, nas fábricas, nos transportes, nos escritórios, nos hospitais, nas salas de aula e em todas as atividades que dão vida e dão força à Nação, impulsionando-a para fortalecer-la, enriquecendo-a para fazê-la mais feliz.

Soldados do Brasil são, particularmente, os homens da cultura e os homens da Imprensa, porque a eles cabe a tarefa mais relevante, a responsabilidade mais alta, de formar e de fortalecer a consciência cívica da nacionalidade.

No que eles escrevem e no que eles dizem e difundem, para o bem ou para o mal, está, sem dúvida, a boa ou má semente destinada a fecundar no espírito do povo.

Na guerra ideológica, do comunismo contra a democracia, a grande batalha é a que se trava, todos os dias, no campo do espírito.

Frente a ela, mais importa esclarecer do que armar o cidadão, para colocá-lo em condições de defender os supremos bens da vida, a começar pelo maior de todos eles, que é o da liberdade.

Só podem bem compreender o que ela realmente representa para o ser civilizado, os que acompanham o drama dos que clamam, hoje, por ela, atrás dos muros erguidos para separá-los do

seu próprio povo e dos povos que são livres.

Os que acusam a democracia brasileira como responsável pela pobreza do homem do Nordeste, sem sequer referir o que ela está fazendo e procura fazer por élle, e ainda guardam suspeito silêncio sobre a vida daqueles povos escravizados, quando não chegam até a exaltá-la como regime de felicidade, tentam confundir e envenenar o espírito despreparado e a credulidade do trabalhador nordestino, como processo para destruir nélle a confiança no regime democrático, que todos sabemos ser o único compatível com a dignidade humana e com a vocação de liberdade, as tradições e os sentimentos cristãos do povo brasileiro.

Trabalham, do mesmo modo, contra a democracia, a insensibilidade e o egoísmo do empresário que, embora se suponha verdadeiro democrata, excede-se na ambição do lucro e da riqueza, a ponto de ignorar, ou entender que seja apenas do Estado, o problema da assistência ao trabalhador que o ajuda a ficar rico.

Porque o próprio escravo, antes da abolição, o animal, empregado como força de trabalho, e a máquina, na era industrial, nunca deixaram de ser objeto, por parte do homem de empresa, do cuidado e da obrigação de destinar à sua assistência, como instrumentos essenciais da riqueza, a poupança requerida pela segurança do trabalho e pela sua continuidade.

Quando se trata do homem, a sociedade democrática pressupõe, como condição de vitalidade e de

coesão, a participação de todos, tanto nos benefícios do bem comum, como nos sacrifícios e nos deveres humanos em que se sedimenta a harmonia social.

Os que ainda teimam em resistir a tais princípios hão de estar desiludidos com a Revolução Brasileira, que não pode ignorá-los nem deixar de defendê-los, além de tudo porque está empenhada no fortalecimento da democracia brasileira.

É êsse, aliás, um dos grandes deveres da Revolução, sobretudo no Nordeste, onde mais se tornou evidente, à custa de amarga experiência, que a injustiça social constitui a maior vulnerabilidade no sistema de defesa da liberdade do povo.

Cumpre à democracia, não apenas evitar essa vulnerabilidade, como esclarecer o espírito do cidadão sobre o privilégio que representa e a significação que tem a liberdade.

Ela é um bem muito caro, como o da saúde, cujo valor só podem avaliar, na sua verdadeira grandeza, os que tiveram a desgraça de perdê-la e esgotaram todos os recursos para recuperá-la.

O livro, o jornal, o rádio e a televisão representam, diante desses problemas, armas poderosas para o esclarecimento cívico da Nação.

A cultura nacional é o campo em que mais se refletem e se afirmam a mentalidade, os sentimentos e as aspirações do povo, na sua autenticidade. Nela estão a alma e o espírito da Nação, a serem preservados e enriquecidos, nos seus traços eternos e na

sua substância moral e ideológica.

Através dela a Nação deve fortalecer-se, recebendo o influxo das idéias dos outros povos, seja para aproveitá-las, seja para repudiá-las, de acordo com as suas livres tendências.

Um povo independente, zeloso das suas próprias liberdades, não pode abdicar da sua autonomia de pensamento nem submetê-lo, passivo e submisso, à pressão espiritual da literatura de exportação destinada à propaganda e à catequese ideológica.

Seria tolerar o processo intelectual da sua autodestruição, já que a segurança da Nação tanto pode ser vulnerada pela invasão militar das suas fronteiras, como pelo solapamento cultural do seu espírito cívico.

Nem é por outra razão que o Comunismo Internacional concentra os seus esforços para destruir as democracias no campo da Informação e da Cultura, através de técnicas avançadas, e com o emprêgo de gigantescos recursos, em verdadeira operação ofensiva

dirigida contra a consciência cívica dos povos desavisados.

É o processo de levá-los a aceitar idéias e adotar atitudes, que se apresentam como se fossem do seu próprio interesse, quando, na realidade, servem apenas para provocar o conflito social e abrir caminho para a subversão, comprometendo as resistências da Nação democrática.

É, pois, em última análise, no esclarecimento do espírito do cidadão que a democracia deve preparar as bases do sistema de defesa das suas liberdades.

E esse esclarecimento constitui a relevante missão dos homens da Imprensa e dos homens da Cultura. Eles integram um verdadeiro Exército, tão responsável pelos destinos da Pátria e pela sua segurança, no campo do espírito, como o é, no campo militar, o Exército de Caxias, que hoje festejamos.

E é em nome do Exército de Caxias que eu saúdo, nestas palavras, os valores representativos da Cultura e da Imprensa de Pernambuco.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

PREÇO DA ASSINATURA

Forçados pelo custo do papel e dos serviços necessários à publicação desta Revista, tivemos que reajustar o preço da assinatura anual para NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos) a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1969.

Por outro lado, as assinaturas serão aceitas por ano civil.

Os assinantes admitidos no decorrer do ano receberão todos os números atrasados, a partir do correspondente ao mês de janeiro do ano considerado.

O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL E O IMPERIALISMO SOVIÉTICO

Cel Eng (QEMA)
ADIB MURAD

Nenhuma autoridade pode ignorar este assunto e todo homem deve conhecê-lo, seja qual for a sua profissão e o seu nível intelectual.

O MCI afeta profundamente a segurança e o desenvolvimento das nações democráticas e diz respeito a cada cidadão, porque interessa à orientação que deve ser dada a seus filhos, irmãos, parentes e amigos, que são as grandes vítimas de um processo subversivo extraordinariamente bem concebido para envolvê-los, iludi-los, desgraçá-los e levá-los a traír inconscientemente a sua pátria e os seus mais nobres ideais, supondo que estão lutando por uma causa justa.

I — INTRODUÇÃO

Há anos, o nosso país e o nosso povo vêm sendo submetidos a uma guerra-fria avassaladora, que procura abalar as nossas estruturas e afetar o nosso homem em suas mais puras convicções sobre civismo, fé, patriotismo, dedicação ao trabalho, respeito a toda e qualquer espécie de autoridade, etc., predispondo-o a agir como um autômato, como marionete manejada pelos cordões dos comunistas.

Há muitos anos essa grande ameaça vem se exercendo — e continua a exercer-se — entre nós com grande liberdade de ação, porque não foi precisamente definida e ninguém pode combater com eficiência uma ameaça que desconhece.

As nossas autoridades mais responsáveis, em sua quase totalidade, confundiam — e ainda confundem — as ações do MCI com as do Partido Comunista e, assim, limitaram-se a conduzir, no campo tático, com medidas policiais ou repressivas,

uma luta que deve ser preponderantemente conduzida no campo estratégico, com medidas políticas do Governo e a participação esclarecida de todo o povo.

No Brasil, como em todo o mundo subdesenvolvido, o processo subversivo vem sendo combatido erradamente, com ações inadequadas, que visam ao inimigo secundário, mas têm deixado livre e cada vez mais fortalecido o inimigo principal.

Ao término deste estudo, esperamos deixar demonstrado que, no quadro subversivo do mundo atual, o MCI é o grande inimigo e o PC é um inimigo apenas secundário.

Esperamos, também, positivar a urgente necessidade que temos de uma nova estratégia de ação, adequada objetivamente ao problema que vamos deixar bem equacionado.

Estamos plenamente conscientes dos sentimentos de angústia e frustração que domina o espírito dos democratas mais jovens, que encaram com pessimismo os sintomas de desagregação que se manifes-

tam em todos os setores do país, nas esferas pública, social, religiosa e educacional.

Sabemos, de longa data, das tendências de muitos que, julgando apáticas ou incompetentes as autoridades, sentem-se tentados a adotarem "soluções heróicas", por iniciativa pessoal ou de grupos clandestinos, iniciativas essas que, por melhores resultados que alcançassem inicialmente, revelar-se-iam, logo, favoráveis ao jôgo do inimigo e contraproducentes para a nossa causa.

Por isso, sopitando a nossa própria ansiedade, a nossa "fome" de ação, dedicamo-nos aos estudos, que nos proporcionariam os conhecimentos básicos para a orientação de uma ação mais racional e eficiente.

Agora, concluídos os nossos trabalhos, cumprimos o nosso dever de apresentar o problema já bem equacionado, certos de que, se aplicarmos sobre élle a lógica fria de estudos de Estado-Maior, chegaremos às verdadeiras e grandes soluções e alcançaremos uma nova estratégia integrada de ação, com chefes e subordinados congregados em torno de objetivos comuns, sem empirismos injustificáveis face ao nível intelectual que já atingimos e sem a inconseqüência nefasta dos que procuram agir com precipitação, mas sem conhecimento de causa.

O MCI representa o grande desafio comunista dos dias atuais e não podemos deixar de aceitar esse desafio, porque estamos sendo violentamente agredidos, dentro de nossa própria Pátria.

Devemos aceitá-lo, porém, em bases sólidas, pela compreensão do

que élle representa e com firme determinação de encarar a realidade, não temer as idéias novas e jamais tratar com superficialidade um assunto de tamanha magnitude.

Vamos, pois, metódicamente e com objetividade, estudar o Movimento Comunista Internacional e, ao final, focalizar os grandes problemas a serem resolvidos, para que a ação seja eficaz e logre eliminar definitivamente os efeitos de subversão pelo combate científico e racional contra as suas causas.

II — EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MCI

O estudo da evolução histórica do MCI não vai ser feito pelo seu simples valor didático.

É um estudo imprescindível, que embora apresentado em largas pinceladas, mostrará como os soviéticos sabem fazer evoluir as suas táticas e estratégias, com base em estudos de situação, na autocritica impiedosa e realística dos seus erros e dos resultados de seus sucessos, e com uma exemplar capacidade de perseguir seus objetivos com determinação inflexível e romper com tradições arraigadas mas já obsoletas e contraproducentes, sempre que o interesse nacional está em jôgo.

Mostrará, também, os fundamentos teóricos do MCI e a razão porque sua estratégia da guerra-fria evoluiu tanto, a ponto de surpreender os povos do ocidente e mantê-los, até hoje, sem capacidade de discernimento suficiente para adotar uma estratégia defensiva eficaz, ou mesmo para se compenetrar de que a guerra está desencadeada e os está atingindo avassaladoramen-

te, partindo do interior de sua própria Pátria.

Ao implantar o comunismo na RÚSSIA, em 1917, Lenine admitia que a Revolução Comunista se propagaria como um rastilho de pólvora por toda a Europa. Como isso não se verificou, querendo acelerar uma transformação social que supunha ser incoercível, Lenine criou, em 1919, a Internacional Comunista (KOMINTERN), iniciando, então, as ações do Movimento Internacional.

Assim, os Partidos Comunistas, criados pelo mundo todo, tiveram, por muitos anos, a exclusividade como representantes do MCI.

Morto Lenine, em 1923, sucedeu-lhe Stalin, que, promovendo o culto à própria personalidade e escravizando gerações durante 30 anos, conduziu a Rússia na senda da industrialização e iniciou uma gigantesca tarefa que transformou interna e externamente a face do país, elevando-o à posição de grande potência mundial que hoje desfruta.

Stalin, quando denunciou o cércio dos capitalistas à União Soviética e afirmou que os capitalistas fariam o possível para destruir o socialismo, obteve um novo pretexto — que não o ideológico — para pregar a luta contra as democracias e apresentar sua guerra fria como um ato de legítima defesa por parte da Rússia e dos comunistas em geral.

Para Stalin, sómente o proletariado poderia ser o artífice da luta de classes e, por isso, os PC, a seu tempo, procuravam por todos os meios exercer influência sobre os operários, pregando entre êles a excelência do comunismo e condu-

zindo-os em suas ações contra as autoridades constituídas.

Por outro lado, naquele tempo, os comunistas buscavam apossar-se do poder a qualquer custo, inclusive pela violência, como ocorreu em nosso país em 1935, quando da traiçoeira e sanguinária intentona comunista, de tão triste memória, e que todo nosso povo repudia.

Com Stalin, a Rússia cresceu, absorvendo outros povos e revelando o caráter do seu voraz imperialismo. Ela anexou a Ucrânia, a Armênia, a Georgia, o Azerbaijão, a Estônia, a Letônia, a Lituânia, a Bessarábia, parte da Polônia e da Finlândia, a República Mongol, etc. etc., incorporando a seu território nações soberanas e independentes até então.

Para não forçar essas nações a mudarem até o nome e porque pretendia estender mais os seus domínios à custa de outros povos, Stalin mudou o nome da Rússia, que passou a chamar-se União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mais que um nome, uma fórmula cômoda e elástica para futuras anexações de países dominados.

Com Stalin, o comunismo era apregoado abertamente para recrutar adeptos e a URSS atuava com violência contra os que queriam fugir ao seu domínio.

Com a morte de Stalin, sucedeu-lhe Kruschev, que estudou o problema soviético sob novas luzes:

— ele viu que a URSS já era uma grande potência;

— sentiu a reação do seu próprio povo contra a tirania do Partido, que havia, com seus expurgos,

causado mais vítimas do que a própria grande guerra;

— compreendeu que seu país, já industrializado, precisava comerciar com o ocidente; que era preciso restabelecer relações diplomáticas com todos os países, não só para fins de comércio, mas para combater a influência e o prestígio crescente dos EUA no ocidente;

— equacionou, também, que, com o advento da era atómica e do equilíbrio do terror nuclear, a URSS deveria evitar a qualquer custo uma guerra direta contra os EUA, sem deixar de combatê-lo sempre, para poder derrotar as democracias.

Finalmente, percebeu que a pregação da ideologia comunista já não obtinha resultados compensadores e que não serviria para os propósitos da dominação soviética sobre o mundo.

Mais importante que tudo, com base em acontecimentos históricos, compreendeu que não apenas os trabalhadores, mas a própria burguesia e o povo todo, poderiam servir como inocentes-úteis, para que fossem atingidos os ideais soviéticos.

Então, ele mudou completamente a estratégia comunista. Proclamou a tese da Coexistência Pacífica, apresentando a URSS como país amante da paz, desejoso de conviver em harmonia com as Democracias e, ostensivamente, determinou que os PC abandonassem a subversão e lutassem pelo poder por processos políticos e legais.

Em seguida, criou o Movimento Revolucionário Mundial, cujo principal instrumento de ação é o MCI.

Em suma a URSS declarou guerra ao imperialismo e ao colonialis-

mo e prometeu apoiar a guerra justa dos povos que querem a liberdade, o que não deixa de ser, em teoria um nobre ideal de fachada.

Para a URSS, no entanto, a Guerra de Libertação Nacional de um povo não cessa com a independência de um país, mas deve prosseguir até a completa emancipação econômica e cultural desse país.

Com essa flexibilidade estratégica, os soviéticos podem apoiar qualquer movimento rebelde, ou prejudicial a qualquer governo, em qualquer parte do mundo, desde que esse movimento seja considerado contrário aos interesses do bloco capitalista ou de qualquer governo integrante desse bloco.

E a URSS, o voraz país imperialista, o escravizador de povos, o país que acaba de dar o exemplo estarrecedor da violação da soberania da Hungria-Eslováquia e que nos deu, em 1956, o exemplo terrível do massacre do povo húngaro em Budapeste, apresenta-se como pacifista e como o grande líder do movimento mundial contra o imperialismo.

Para que os senhores melhor compreendam o que é o MCI e que tremendo perigo ele representa, tenham bem presente no espírito os seguintes fatos:

— A URSS sabe que os EUA são o principal poder que se opõe à sua expansão imperialista.

Sabe que se esse poder for debilitado ou neutralizado, nenhum país próximo à União Soviética poderá preservar o seu direito de autodeterminar-se e que, num futuro mais remoto, poderá impor, por todos os meios, a sua hegemonia sobre o mundo.

Como não se pode lutar diretamente contra os EUA, a URSS luta *indirectamente* contra êle, buscando:

- eliminar sua influência sobre outros povos;
- gerar desconfianças entre nações do bloco ocidental;
- enfraquecer os governos que mantém boas relações com Washington;
- retardar o progresso das nações democráticas subdesenvolvidas, não só para que elas não contribuam melhor para a potencialidade do bloco ocidental, mas para envolvê-las no caos da subversão, o que permite explorar a intransqüilidade pública e acentuar a influência e a projeção dos líderes comunistas.

Hoje em dia, os líderes comunistas, nos países subdesenvolvidos, já não se promovem tanto pela pregação ideológica, mas sim, tirando partido do processo subversivo cujo instrumento principal de ação é o MCI.

A URSS está desgastando as democracias e mantendo quase incólume o seu poder, enquanto vai alcançando êxitos espetaculares na arena internacional.

Ela está conseguindo levar a guerra a cada país democrático e permanecer fora dessa guerra que a beneficia.

Isso é extraordinário e justifica a euforia de Vyshinski, quando, da Tribuna das Nações Unidas (1954), declarou que: "Nós não venceremos o Ocidente por meio da bomba atômica; venceremos com algo que o Ocidente não comprehende: — as nossas cabeças, as nossas idéias e a nossa doutrina".

Agora, entretanto, o Ocidente já comprehende o que Vyshinski quis dizer e o Brasil parece ser o pionei-

ro em definir com precisão a grande arma secreta soviética que é o MCI.

O MCI tem atuado por uma ação incansável e científica, servida por maciço apoio econômico e por uma propaganda espetacular, que logrou, por muitos anos, confundir o nosso raciocínio.

Ele agita bandeiras sedutoras: — prega o apoio aos oprimidos, a liberdade e a justiça social, êle conduz um povo à luta contra o colonialismo, ou contra a ditadura, ou pela independência econômica ou cultural; êle subverte uma nação em nome da unificação nacional, ou dos estímulos que gera em cada classe dentro de uma sociedade, pregando em prol de suas mais justas reivindicações.

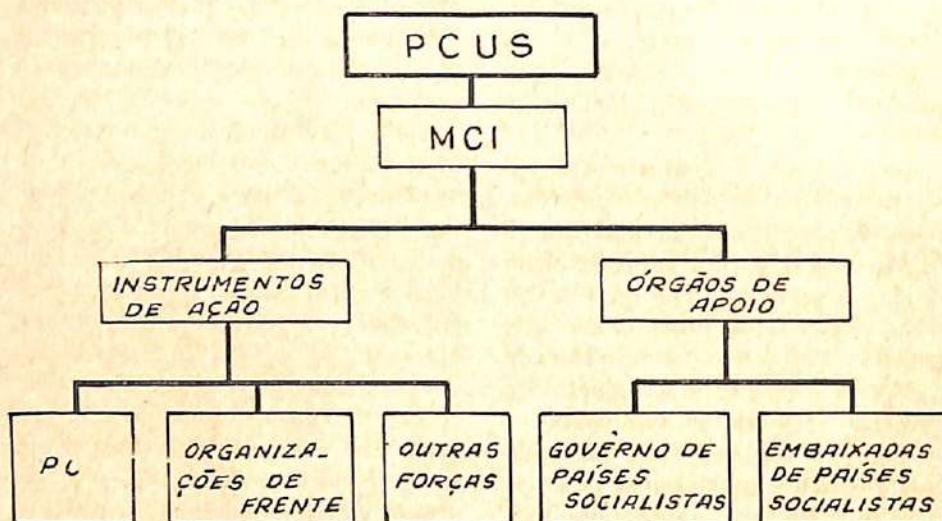
Com falsas bandeiras — porque não pretende ajudar a ninguém, mas apenas gerar o caos — o MCI embriaga as massas com perspectivas ilusórias e realiza o milagre de submeter legiões sem coesão a uma minoria espúria mas bem preparada e de fazer com que os inocentes úteis, sem capacidade de discernimento, ou esperançosos de uma evolução favorável nos sucessivos estágios de sua luta, convulsionem seu país e se revoltem contra o governo e contra a autoridade dos homens de bem (como seus pais, mestres ou chefes), sufocando o progresso social ao impacto das crises ou sob o escombro das destruições.

O MCI, como a própria URSS reconhece, por manejá profundamente as armas da mentira, da traição e dos apelos contrários ao bom senso e à razão, tem pouca penetração no seio das nações desenvolvidas e dos povos conscientes e

encontra seus maiores êxitos contra os povos subdesenvolvidos, ou os que ainda não adquiriram plena consciência da própria soberania.

III — ORGANIZAÇÃO DO MCI

Esquemàticamente, é a seguinte a organização do MCI:



1. Os instrumentos de ação do MCI

Dentre os instrumentos de ação, o PC já é bastante conhecido e não nos deteremos nêle.

Por "Outras Fôrças" abrangemos todos os que, sob motivações diversas, direta ou indiretamente, conscientemente ou não, favorecem o imperialismo soviético. São fôrças atuantes, mas a variação ao infinito de sua natureza dá-lhes grande fluidez, não permitindo sua designação por um nome mais particularizado. Elas incluem jornalistas, políticos, professores, religiosos, militares e civis, todos, enfim, que atuam independentemente de filiação a qualquer das componentes do MCI.

Entretanto, são as Organizações de Frente, na conjuntura brasilei-

ra, como na de todos os países da AL, que representam a GRANDE AMEAÇA e um perigo infinitamente maior que o representado pelo PC ou qualquer de suas alas dissidentes, o que será demonstrado na seqüência dêste trabalho.

Não vamos fazer o estudo particularizado de cada Frente, mas, apenas, dar-lhes elementos para compreenderem o que elas são e fazer uma análise sucinta sobre sua imensa periculosidade.

As Frentes surgiram quase simultaneamente com os PC, mas seu valor para os comunistas só recentemente foi compreendido em tôda a sua importância, o que elevou ao máximo a sua exploração no processo de subversão conhecido como Guerra Revolucionária Mundial.

Existem Frentes Internacionais Comunistas, sediadas em países sa-

télices da URSS, como a Federação Sindical Mundial (FSM), o Conselho Mundial da Paz, a União Internacional dos Estudantes, a Federação Internacional de Sindicatos de Ensino, etc., tódas com excelente organização e recursos extraordinários para efeito de propaganda, congressos mundiais, pagamento aos ativistas, etc.

Existem Frentes Nacionais, filiadas às Internacionais e por elas mantidas ou subvencionadas.

No âmbito nacional, as Frentes não se dizem comunistas, nem aparecem com o nome de Frentes. Elas aparecem como Ligas Camponesas, ou Associações de Classes ou Clube de Amizade entre povos, ou colégio, ou organização religiosa, cultural, pacifista ou benéfica, etc. etc. Tódas surgem apregoando seus propósitos elevados e belíssimos programas de ação. Elas atuam procurando não atrair a atenção das autoridades e não assustar seus militantes não-comunistas e, por vezes, em face do conceito que desfrutam, chegam a pleitear subvenção do governo contra o qual atuam.

Sua forma de atuação é tão velada que existe uma série delas fichadas como "provavelmente comunistas", mas sem que seja possível provar legalmente seus reais e espúrios objetivos.

Os especialistas podem identificar uma Frente por indícios que a acusam, mas os leigos geralmente não podem fazê-lo e normalmente até defendem a organização quando a vêem ameaçada ou sob suspeita.

Missões Gerais das Frentes Comunistas:

1 — promover o MCI, mediante intensa propaganda que traga em seu bôjo ataques sistemáticos aos "imperialistas" e a apologia dos países socialistas;

2 — atrair os cidadãos, em geral, fazendo, inicialmente, com que elas se engajem em causas dignas para, depois, serem levados, por distorções oportunas, ao apoio franco à causa comunista, seja pela doutrinação ideológica, seja em represália à coação acaso sofrida pela ação das autoridades;

3 — substituir o PC, em vista a implantação do socialismo e o recrutamento de adeptos do comunismo, nos países onde não exista o PC, ou em que ele esteja impossibilitado de atuar livremente;

4 — consolidar uma "ponte" entre o PC e todos os tipos de "frentes populares" ou "frentes de unidade nacional" existentes, e subverter e desintegrar tódas as associações paralelas, não-comunistas, que contrariem perigosamente os objetivos soviéticos;

5 — atuar, em cada país, sob a orientação de líderes selecionados do PC, para formar a massa de manobra com elementos cristãos, democratas e anticomunistas de tódas as categorias sociais;

6 — evitar, cuidadosamente, qualquer pregação ideológica prematura; alcançar a subversão da ordem com apoio nas mais justas reivindicações nacionalistas ou da classe e, só então, exaltados os ânimos, lançar os "slogans" comunis-

tas e comprometer os filiados não comunistas com o movimento, dosando o grau dêsse comprometimento, em cada caso, face às autoridades;

7 — camuflar sua natureza comunista, mas planejar seus objetivos e as ações de massa de modo a apoiar a "linha geral do comunismo" e, no mínimo, a manobrar politicamente em favor de todos os que desejam colocar o país na órbita da influência soviética;

8 — cumprir as tarefas transmitidas pela sede a que estiver filiada, sem revelar que os governos socialistas e o PC estão empenhados em sua orientação e apoio;

9 — proporcionar, por todos os meios, o apoio de sua massa de manobra às reivindicações defendidas por outras organizações de Frente, para dar ressonância nacional ao clamor de tôdas elas;

10 — apoiar, por todos os meios, as guerras de libertação dos povos, e

11 — alcançar a politização do povo, com base em premissas desvirtuadas ou falsas.

Conhecendo essas missões, facilmente podemos assinalar que determinada organização é uma Frente Comunista, pelos seguintes indícios:

— subordinação à orientação do bloco comunista;

— luta sem trégua contra o imperialismo norte-americano;

— apoio às guerras de libertação nacional, usando os "slogans" divulgados pelos comunistas;

— apoio franco a tôdas as iniciativas governamentais que favo-

recem os interesses da URSS e ataque sistemático a tudo o que possa contrariar aquêles interesses;

— realização velada da sabotagem econômica ou psicológica contra o país;

— promoção de agitações, em nome de causas justas, mas evitando o diálogo com as autoridades pelos processos normais;

— apoio que recebem de certa imprensa;

— solidariedade que hipotecam a organizações de Frentes ostensivas;

— gastos superiores aos previstíveis, tendo em vista as fontes ostensivas de receita;

— gastos em propaganda sobre assuntos não ligados às suas atividades específicas;

— etc., etc.

* * *

As Frentes existem em áreas heterogêneas; recrutam adeptos em tôdas as classes sociais, sem exigir qualquer compromisso de natureza comunista. Assim, elas logram orientar e unir grupos de opiniões convergentes e criar um violento e aparentemente não interligado organismo de pressão contra o governo. Assim, elas conseguem manifestações simultâneas das mais variadas camadas ou classes sociais por todo o país, dando a impressão de que o objetivo da minoria comunista equivale a uma aspiração nacional.

O pior de tudo é que elas nos levam a identificar como o inimigo interno, no processo subversivo, uma parcela ponderável de nosso próprio povo, bom, patriota e de-

mocrático, conforme logo será bem compreendido.

Vamos apreciar as Frentes sob novos ângulos, à luz do nome de algumas Frentes Pró-Soviéticas mais notórias:

- Federação Mundial da Juventude Democrática
- União Internacional dos *Estudantes*
- Organização Internacional dos *Jornalistas*
- Federação Mundial dos *Escrítores*
- Federação Mundial dos *Cientistas*
- Associação Internacional dos *Juristas* Democratas
- Associação Médica International
- Federação Internacional dos Sindicatos de *Ensino*
- Organização Internacional de *Rádio e Televisão*
- Federação Democrática International das *Mulheres*.

O simples enunciado dessas organizações evidencia quais os elementos de uma sociedade que os soviéticos buscam congregar e influenciar para o êxito de sua Revolução Mundial.

Para atacar com eficiência, no quadro estratégico do MCI, a URSS busca conhecer cada povo, desvendar suas reivindicações, suas vulnerabilidades, sua formação histórica, filosófica e social, seus antagonismos internos e internacionais etc., a fim de poder atuar em excelentes condições para sensibilizar o povo e estimulá-lo para reações subversivas.

Com a cooperação de suas diversas organizações de Frente, os so-

viéticos logram obter, com absoluta facilidade, um diagnóstico profundo sobre cada setor, feito por elementos nacionais altamente capacitados. Logram, também, colhêr, em cada campo, as mais secretas informações.

Os bons democratas, desprevenidos, associam-se às Frentes com as melhores intenções. E a liderança comunista de cada Frente trabalha, defende seus interesses, conquista a amizade de todos, inspira confiança e consolida sua influência, preparando terreno para uma oportunidade traiçoeira.

E, quando necessário, os militantes fazem côro com o clamor de seus líderes, que sabem conduzi-los, com sutileza, para que se manifestem a favor dos propósitos do MCI e a tal ponto se engajem que, posteriormente, sentem que já não podem mais recuar, mesmo quando descobrem o quanto vinham sendo ludibriados.

Diferenças entre PC e MCI (ou Frentes)

Nesta altura, já nos é possível caracterizar as grandes diferenças entre o PC e as Frentes. (Vamos referir-nos às Frentes como o verdadeiro MCI em qualquer país subdesenvolvido, com a ressalva de que, nos países desenvolvidos, o PC continua sendo considerado o principal representante do MCI).

— O PC, no cumprimento de suas missões tradicionais, está sofrendo as limitações impostas pela doutrina soviética de coexistência pacífica, mörmente quando segue a orientação soviética.

— O PC representa o comunismo no âmbito interno. É uma or-

ganização fechada no âmbito nacional, embora receba orientação externa da cúpula comunista.

— A ideologia marxista-leninista é a única base sobre a qual os PC das diferentes nações constroem as suas relações.

— A palavra de ordem do PC dá ênfase às motivações ideológicas.

— A linha dos PC é conhecida, porque proclamada na Doutrina e interpretada em Congressos cujas Resoluções são amplamente divulgadas.

— Os PC de diversos países procuram entender-se na base da não interferência, no respeito à soberania, no direito de cada qual agir de acordo com as condições internas do país e a seu critério, embora sob a orientação geral do PCUS.

— No PC são flagrantes as cíes, resultantes do castrismo, ou do conflito sino-soviético.

Já no MCI, tudo é diferente.

Ele se mantém rígidamente unificado sob a direção centralizada do PCUS, com unidade de ação e absoluta harmonia de "slogans" e orientação contra "os imperialistas ocidentais".

A palavra de ordem do MCI é o combate aos EUA; o enfraquecimento progressivo das grandes potências democráticas; a subversão interna, para promover o enfraquecimento do governo, o império do caos, o retrocesso do país e a ascensão de líderes comunistas aos cargos de maior projeção pelo voto de suas inocentes vítimas.

O MCI não tem linha definida e tem natureza eminentemente internacionalista. Ele procura agir sob o manto da legalidade e suas atividades internas, extremamente da-

nosas, muitas vezes nem sequer são pressentidas.

Muitas pessoas ardorosamente anticomunistas estão alistadas em organizações de Frente, sem saber sequer que existe um MCI, interessadas apenas em integrar uma corrente que luta por uma causa justa, de interesse de sua classe ou do país. Quando as atacamos, ao invés de dialogar com elas, para esclarecer-las, nós as deixamos revoltadas e em condições de serem melhor e mais eficazmente influenciadas pelo inimigo arguto.

Enquanto o PC se empenha numa luta ideológica no seio de cada povo, o MCI representa uma guerra fria desencadeada do exterior, contra todos os povos democráticos, sem apelar para argumentos doutrinários-ideológicos e escondendo da massa principal de manobra a sua condição de movimento comunista.

Tudo reforça a nossa tese de que o PC, como entidade, é secundário em relação ao MCI, porque só este atende à finalidade principal da URSS, que é a sua hegemonia sobre o mundo.

2. Os órgãos de apoio do MCI

a. Os governos socialistas

Atuam no campo internacional, particularmente nos campos político e psicossocial, defendendo os interesses normais de seus países e, sob orientação soviética, os do MCI.

Representam o comunismo no plano da política internacional e exercem influência maior ou menor, de acordo com seu poder militar, político e econômico.

b. As Embaixadas dos países socialistas

Colhem informações locais; testemunham os acontecimentos internos; promovem associações culturais, de amizade, etc.; apoiam as organizações comunistas e as controlam; desfrutam das liberdades do correio diplomático para importar material de propaganda; procuram exercer influência sobre elementos nacionais, para orientar a opinião pública; procuram obter influência sobre os políticos, para que nossas leis e nossa política externa favoreçam os interesses da URSS; com certo grau de limitações, aliciam adeptos, fazem propaganda e interferem em todos os setores da vida nacional.

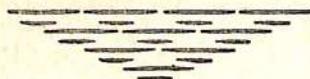
A Embaixada soviética está saturada de homens do KGB, que é o Serviço de Informações Soviético devotado à segurança do regime. Esses homens se apresentam como diplomatas e isso lhes dá enormes facilidades, pois, nas Democracias, não ficam sujeitos às rígidas limitações impostas aos diplomatas nos países socialistas.

Não vou estender-me sobre o assunto. Apenas desejo chamar a atenção de todos para os *Agentes de Influência*, que constituem ameaça terrível em todos os setores da vida nacional e quase passam despercebidos em todos os meios.

Um Agente de Influência não precisa fornecer informações. Ele apenas promove os interesses da

URSS. Geralmente, é recrutado entre jornalistas, políticos, radialistas e homens públicos que exercem grande influência em sua terra. Por ideologia, ou ambição de lucro, ou no intuito de obter promoção pessoal, ele passa a defender os pontos de vista sempre favoráveis ao governo soviético e se encarrega de difundir boatos ou deturpar a apresentação dos fatos, para desprestigar as autoridades, atemorizar os democratas, incentivar o processo subversivo, etc. Os soviéticos consideram o Agente de Influência muitíssimo superior a qualquer dos seus grandes espiões e têm razão. O Agente de Influência é mais seguro, menos comprometedor e mais eficiente. Ele pode ser descoberto pelas suas atividades, mas raramente se torna possível provar sua má fé ou sua traição à pátria. Ele vale como uma Frente, tendo em vista, o seu poder de persuasão sobre as massas, que nele crêem e por ele se orientam. Em geral, um Agente de Influência, atuando na imprensa, utiliza o clássico sistema das "meias verdades", para desorientar a opinião pública e ter sempre a saída legal de poder alegar que recebeu a notícia e cumpriu o seu dever de informar.

Outra técnica utilizada por ele é a de noticiar fatos que não ocorreram, ou tendências populares no sentido de determinadas reações, valendo a "notícia" como a "palavra de ordem" para a ação nesse sentido.



C O L A B O R A Ç Õ E S

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — IMPORTANTE! Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas à mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmim, etc.
- 7 — Abreviaturas — sómente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — AOS NOSSOS COLABORADORES!

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aquêles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

O GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ — GETSOP

Ten-Cel Cav
CLÓVIS CUNHA VIANNA

"Mas trabalhei trinta anos, suei, mourejei, labutei, sequei o pântano, lavrei as terras, semeei a messe.

Ali levantei a minha casa; ali, me nasceram os filhos, cresceram e se fizeram homens, e circunvagando o olhar para todo esse passado, eu posso enfim dizer como o poeta:

— C'est ici ma maison, mon champ et mes amours...

Eis, porém, que me surge pela frente um estranho e me diz que a casa é sua, que o campo é seu, e que para ele foi que derubei a mata, enxuguei o alagado e semeei o grão".

VIRGILIO DE SA FERREIRA

1 — ANTECEDENTES

1.1 — O Problema das Terras no Sudoeste do Paraná

Sómente em 1850, pela Lei n.º 601, foi que o Brasil veio a ter uma legislação mais aprofundada e mais sistemática sobre terras. Anteriormente, imperavam os avisos dispendo sobre a propriedade, as resoluções administrativas, as forrias e o texto das Ordenações. Conforme salienta Messias Junqueira, "a história do nosso país começa com um paradoxo: antes de descoberto o Brasil, suas terras já pertenciam a PORTUGAL". E, como seria lógico, as terras do novo país estavam subordinadas às leis portuguêssas. Nessas leis, vigorava, então, o regime das sesmarias.

As sesmarias consistiam em concessão de glebas de terras divididas, que eram repartidas entre os agricultores, e ficavam sujeitas ao pagamento de uma renda consistente na sexta parte dos frutos. A lei de sesmarias, como, de resto, outras tantas que já foram promulgadas no Brasil, nunca foi executada como convinha. A distribuição de terras ressentiu-se de um critério justo e honesto, tornando-se o regime de concessão de sesmaria, assim, fonte de escândalos administrativos. Foi postergado o princípio sempre firmado de que não se devia dar a uma pessoa tratos de terras superiores aos que ela pudesse aproveitar. Surgem daí os imensos latifúndios abandonados e improdutivos, que tantos danos causaram ao progresso do país, comprometendo, inclusive, a clássica experiência administrativa das capitania hereditárias.

GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ



ESC.: 1/5 000 000



ÁREA SOB JURISDIÇÃO DO GETSOP

553.403 ha

Diante de uma situação dessas, de verdadeira calamidade, no qual ficara atestado que da política colonizadora, até então seguida, nenhum efeito salutar surtira, impunha-se uma providência para coibir os abusos e escândalos que se multiplicavam. E isto foi feito pela Resolução n.º 17, de julho de 1822, que pôs fim ao antiquado e inútil regime das sesmarias.

Desta forma, na época da declaração da nossa independência, não possuía o Brasil uma legislação referente às terras públicas, surgindo um período que se pode chamar de extralegal.

Esse período, que teve a duração de 30 anos, intensificou a avalanche de ocupação de terras. Foi a fase áurea do "posseiro", tendo a ocupação se firmado como modo originário de aquisição de domínio de imóveis.

Estabeleceu-se, desde então, o conflito entre "titulados" e "posseiros", disputa que persiste até nossos dias.

Em 1850, a famosa Lei n.º 601 disciplinou, em bases nacionais, o complexo e tumultuado assunto de terras. Como já foi dito, jamais teve aplicação conveniente, e disposições posteriores seguiram o mesmo e negativo caminho.

Como é natural, a evolução brasileira, de uma forma ou de outra, acabaria por forçar soluções eivadas de erros de improvisação, mas sob pressão de situação de fato. Natural, portanto, que os casos surgissem e se resolvessem com a lentidão que caracterizou a nossa interiorização. É verdade que disposições amplas foram elaboradas, na tentativa de um recobrimento geral do problema, mas sua aplicação não ultrapassou os limites dos documentos que as continham.

Por isso mesmo, a Lei n.º 601, apesar de elaborada em 1850, foi a primeira que, entre nós, procurou tratar do assunto de terras, dentro de um plano sistemático. E foi também a única lei racional de terras que, tendo vencido os tempos, permanece até hoje como fonte definidora dos assuntos pertinentes à matéria, e a ela se reportam as novas leis, sobretudo as estaduais.

Em rápido retrospecto, vimos o tumulto que sempre cercou o problema de terras, cujas raízes se perdem no tempo da nossa formação histórica.

Procuraremos, agora, enfocar a Faixa de Fronteira — essa extensão de terras lindéiras que, evidentemente, está intimamente ligada aos aspectos da Segurança Nacional. A despeito da importância do assunto, afi assumem suas maiores dimensões o tumulto e a confusão, também presentes nos demais casos.

A legislação fixou, em várias épocas, quatro (4) faixas de fronteira. Não estão assinaladas nas cartas, nem demarcadas no terreno, mas foram mencionadas na Constituição Federal de 1934 — ...

100 km; Constituição Federal de 1937 e Lei n.º 2.597/1955 — 150 km; Lei n.º 601, de 1850, Decreto-Lei n.º 6.371/1944 e 7.724/1945 — 66 km; Decreto-Lei n.º 1.968/1940 — 30 km.

Na vigência da Constituição de 1937, vários diplomas legais foram elaborados à guisa de regulamentação dos dispositivos constitucionais, consubstanciados em decretos-leis, dispondo especificamente sobre concessão de "terras devolutas" nas divisas do território nacional com países estrangeiros e, bem assim, estabeleceram normas sobre aforamentos de terras de marinha e terras devolutas nessa zona. Dêsse modo, o regime encontrado pela Constituição Federal de 1967 foi o consubstanciado nos diplomas legais acima mencionados.

Os vários dispositivos legais que regularam a espécie ficaram ao sabor de interpretações, dando margem a que Estados Membros — o Paraná, por exemplo — tirassem suas próprias conclusões e atuassem na Faixa de Fronteira, por considerá-la de seu domínio, aceitando que a União mantivesse apenas o "poder de polícia", isto é, o controle de determinadas atividades, sempre ligadas à Segurança Nacional, além do direito de reserva de áreas destinadas à utilização federal. O restante da Faixa, segundo a interpretação de cada qual, era de atuação livre por parte do Estado e a ele pertencia. Para isso, concorreu a nossa primeira Constituição Republicana que transferia para o domínio do Estado as terras devolutas até então de propriedade do Governo Imperial.

Coerente com a tese defendida, o Paraná, para citar o exemplo que nos interessa, atuou amplamente na Faixa de Fronteira, atuação essa que se refletiu na outorga de concessão, expedição de títulos de domínio pleno, medição e demarcação de imóveis que foram identificados pelas denominações topográficas de "Tucuruvi", "Guairacá", "Rio Quarto", "São Francisco", "Andradas" (Timburi), "Chopim", "Missões", "Silva Jardim" e tantas outras.

Vamos ficar apenas com as glebas Missões e Chopim e procurar fazer um ligeiro histórico dêstes dois imóveis, onde hoje atua o GETSOP.

2 — A HISTÓRIA DAS GLEBAS "MISSÕES" E "CHOPIM"

Por Decreto n.º 10.432, de 9 de novembro de 1889, o Governo Imperial concedeu ao engenheiro João Teixeira Soares, ou à Companhia que o mesmo viesse a organizar, privilégio para construção, uso e gôzo de uma estrada de ferro que, partindo das margens do rio Itararé, na Província de São Paulo, terminasse no Rio Grande do Sul, desdobrando-se a linha-tronco em ramais e sub-ramais; e cedeu-lhe, pelo mesmo ato, as terras devolutas em uma zona máxima de (30) trinta quilômetros para cada lado do eixo da estrada, contanto que a área total de tais terrenos não excedesse a correspondente à média

de nove (9) quilômetros para cada lado da extensão total das referidas linhas.

Proclamada a República, o Governo Provisório, enfeixando atribuições legislativas (art. 4º do Decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889), tornou efetivo o ato imperial pelo Decreto n.º 305, de 7 de abril de 1890, fazendo-lhe entretanto algumas alterações, entre as quais a de reduzir a quinze (15) quilômetros para cada lado do eixo da estrada o limite anterior de trinta (30) quilômetros e a cancelar o ramal de Guarapuava restabelecendo-o, todavia, logo após, por força do Decreto n.º 920, de 24 de outubro de 1890.

O engenheiro João Teixeira Soares organizara em 1891 a Companhia Chémins de Fer Sud Ouest Brésiliens, transferindo-lhe, na forma prevista pelo ato imperial de 1889, seus direitos e obrigações. Por sua vez, a Companhia Chémins de Fer Sud Ouest Brésiliens transferiu a concessão à Companhia Industrial dos Estados Unidos do Brasil, e esta, finalmente, com o assentimento dado pelo Governo brasileiro, sub-rogou a concessão à Companhia Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande.

Tendo surgido dúvidas, quanto ao reconhecimento pelo Estado do Paraná dos direitos assegurados à Companhia São Paulo — Rio Grande, em virtude da concessão federal, à vista do art. 64 da Constituição de 1891, que transferia para os Estados, o domínio das minas e terras devolutas situadas em seus territórios, ficou o Poder Executivo paranaense autorizado por lei a verificar pelos meios que julgar necessários, os direitos que assistem à Companhia Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande, quanto à questão das terras marginais às suas linhas no território do Estado, podendo entrar em qualquer acordo com aquela Companhia, de modo a harmonizar os direitos que lhe forem reconhecidos com o interesse do Estado.

Em 1917, por Decreto n.º 613, de 4 de setembro, era aprovado o contrato de acordo entre o Estado do Paraná e a referida Companhia, a fim de ficar regularizada a concessão de terras, a que a mesma tem direito neste Estado, ficando ainda estipulado, pela Cláusula III, que a área correspondente ao ramal de Guarapuava, seria pela Companhia medida e demarcada, no prazo de dois anos, em zonas compreendidas nos municípios de Palmas, Guarapuava e Tibagi. Na cláusula V foram estabelecidas as condições em que a Companhia poderia exercer o domínio sobre as terras em aprêço e a cláusula VI impôs penalidades pelo inadimplemento das obrigações a que estava vinculada.

Decorreu, no entanto, o prazo previsto de dois anos, sem que a Companhia tivesse procedido à referida demarcação, pelo que o Governo do Estado, com base nas disposições contidas no decreto de 4 de setembro, resolveu não dar andamento aos processos de medição, em que era requerente a concessionária.

Derrogada ficou assim a concessão federal dada à Companhia Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande para a construção do ramal de Guarapuava e seu prolongamento até o rio Paraná, mas, mesmo assim, ainda a Companhia conseguiu os títulos definitivos de domínio de várias glebas, estando incluídas:

- Missões, com área de 425.731 hectares;
- Chopim, com área de 71.528 hectares.

Com a vitória da revolução de 1930, o Governo do Paraná baixou o Decreto n.º 300, de 3 de novembro de 1930, em que o Estado declarou para todos os efeitos rescindido o contrato firmado com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande, e, bem assim, todos os atos conseqüentes, e declarou nulos e de nenhum efeito, todos os títulos de domínio expedidos em favor da Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande. No entanto, por não esposar o ponto de vista do Estado, a União sempre reivindicou como suas, as terras em questão, alegando que, com o advento da República, aquelas áreas já não pertenciam ao domínio público, mais especificamente, não poderiam ser consideradas "terras devolutas" para os efeitos do que a primeira Constituição Republicana previa. Assim é que, em 1940, com a encampação da Companhia Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande pelo Governo Federal, foram aquelas glebas — Missões e Chopim — consideradas acervo das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, entidade então criada.

Em 1943, o Governo da União iniciou a colonização naquelas áreas, tendo instalado na gleba Missões a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO).

No ano de 1950, o então Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União começou a alienar os bens incorporados e vendeu as duas glebas a particulares.

É fácil de se compreender o tumulto que se originava, eis que, ao mesmo tempo o Governo do Paraná, estribado no Decreto Estadual n.º 300, de 3 de novembro de 1930, passou, também, a titular sobre a mesma área. Daí originou-se monumental processo, que se arrastou pelo Judiciário, ora com ganho de causa do Estado, ora da União.

Só muito recentemente, com o advento do Estatuto da Terra e leis decorrentes, foi atribuída ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) a competência para regularizar a posse das terras localizadas na faixa de 150 km ao longo da nossa fronteira terrestre.

Enquanto o problema se arrastava no Judiciário, os Poderes Executivos quer da União, quer do Estado, agiam na área como se cada qual fosse o único, certo e indiscutível detentor do domínio.

Como órgãos de execução surgiram, no plano federal:

— o Serviço do Patrimônio da União (SPU) e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), autarquia posteriormente absorvida pela Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA).

No âmbito estadual atuaram:

— o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e, mais recentemente, o Conselho de Desapropriação e Colonização (CDC).

Convém notar que cada órgão desses, mesmo no plano federal ou no estadual, fixava critérios próprios, quase sempre conflitantes, entendendo regularizar as terras mediante a expedição de títulos, uns sob regime de aforamento, outros, de domínio pleno. Em todos eles, nem sempre a legalidade das ações e lisura das transações foram a tônica dominante.

O quadro geral acima descrito, com uma ou outra alteração, permanece até os dias atuais, pelo menos, em algumas regiões de nossa fronteira terrestre. De igual maneira, persistem, até agora, questões no judiciário, com tramitações na justiça federal e na estadual, terminando usualmente no Supremo Tribunal Federal.

Enquanto a União e o Estado do Paraná se fustigavam nos Tribunais; enquanto a atuação das diferentes administrações se processava completamente divorciada, como se procurou caracterizar, a área nem por isso se estagnou à espera de soluções harmônicas e definitivas, e de entendimentos entre os poderes responsáveis. Pelo contrário, um surto de desenvolvimento ali teve lugar, eis que o potencial econômico, as possibilidades agropecuárias fornecidas por um solo de extraordinária fertilidade, constituíram atrativos a numerosos contingentes de colonos que, de outras paragens, buscavam no Sudoeste Paranaense aquela perspectiva de enriquecimento rápido e fácil. Ali chegaram levas, de predominância gaúcha, a maioria de boa fé, trazidos por "grileiros", que são os falsificadores de títulos, e negociadores excusos de bens que não lhes pertenciam.

Ali chegaram aventureiros sequiosos de enriquecimento fácil, atraídos pela derrubada de pinheiros nativos, última reserva nacional da nossa espécie araucariana. Serrarias surgiam da noite para o dia, trabalhando intensivamente na destruição de nosso patrimônio florestal. O povoamento da área se processou desta forma, sob o signo do tumulto e da desordem, trazendo consequências gravíssimas: a propriedade vertical — vários supostos donos sobre a mesma terra, cada qual com um documento de procedência diferente, ou sem nenhum documento; o minifúndio, já que a saturação da área levava ao retalhamento das terras para abrigar novos colonos; a indisciplina, a falta de autoridade, enfim, a desordem.

Nessa altura, a agitação social atingiu proporções alarmantes. Na oportunidade, cerca de 200.000 pessoas já ocupavam as terras, como "posseiros" e seus dependentes, e em luta com os "titulados do asfalto", nome dado aos que obtinham títulos por favores políticos, não sendo detentores de posse.

A gravidade da situação não permitia mais delongas, nem a cômoda espera do desfecho das questões que se arrastavam no Judiciário. Uma solução de emergência se impunha: a desapropriação. Para tais efeitos, o Governo Federal declarou a área de utilidade pública, em março de 1961, e, um ano depois, instituiu o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, para cumprir o decreto expropriatório e restabelecer a paz social na região. O GETSOP teve, inicialmente, organização exclusivamente federal, mas, logo a seguir, em consequência de convênio celebrado entre a União e o Estado do Paraná, transformou-se em órgão misto, na louvável tentativa de conjugação de esforços, visando à solução de tão complexo e delicado problema.

Fato importante é que a simples instituição do GETSOP teve o condão de alcançar, de imediato, a finalidade que se procurava, isto é, a pacificação da área. A notícia da criação do órgão misto foi suficiente para que a população se tranquilizasse e lhe hipotecasse um crédito de confiança, que felizmente vem se consolidando nestes seis anos de sua atuação.

É fora de dúvida que a razão deste êxito inicial está no simples fato de definição de um comando de ações, de uma autoridade prestigiada tanto pela União como pelo Estado. Posteriormente, a seriedade de atuação, a firmeza de critérios, a prudência e a sensibilidade, deram segurança aos bons colonos e provocaram o paulatino esvaziamento da área por parte daqueles aventureiros, marginais, "jagunços" e "picaretas", para usar expressões populares adequadas ao caso. Esses se orientam para novas regiões, cujo clima ainda lhes permite repetir a mesma atuação que adotaram na área hoje do GETSOP.

3 — O GETSOP

Com as considerações até agora expostas, chega-se, afinal, ao GETSOP.

Trata-se, como se viu de um Grupo de Trabalho, de composição mista, com missão definida no espaço, ao qual foi atribuída a incumbência de regularizar a situação das glebas "Missões" e "Chopim", e promover o seu desenvolvimento.

Segundo o decreto que o instituiu, a missão do GETSOP, é: "programar e executar os trabalhos necessários à efetivação dos objetivos determinados no Decreto n.º 50.494, de 25 de abril de 1961, para a desapropriação e, em convênio com o Estado do Paraná, planejar e

executar a colonização das glebas desapropriadas". Desde o início de sua criação, até meados de 1967, o GETSOP ficou subordinado diretamente ao Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, estando, atualmente, integrado no Ministério da Agricultura como órgão de administração indireta.

Em sua constituição o Grupo conta com um representante de cada um dos seguintes órgãos:

Da União

- Conselho de Segurança Nacional (Presidente)
- Procuradoria-Geral da República
- Ministério da Agricultura (INDA)
- Comissão Especial da Faixa de Fronteiras
- Serviço do Patrimônio da União

Do Estado do Paraná

- 4 representantes, indicados pelo Governador do Estado.

Entre as cláusulas do já mencionado convênio, celebrado entre a União e o Estado do Paraná, consta o seguinte:

1.º) Estado e União se comprometem a não discutir domínio, regularizando em conjunto as terras da área referida, titulando-as aos legítimos posseiros.

2.º) Estado e União se comprometeram a solidarizar-se contra terceiros que viesssem pleitear da Justiça a legitimidade do domínio das terras até então consideradas litigiosas.

3.º) Estado e União se comprometeram a incluir nos respectivos orçamentos, dotações necessárias à atuação do GETSOP.

Em decorrência da missão recebida, o GETSOP estruturou-se de modo a atender, basicamente, aos seguintes princípios:

- manutenção do espírito de colaboração entre a União e o Estado.
- transitoriedade do órgão.

Nestas condições — aproveitando ao máximo o funcionalismo federal e estadual já existentes — o GETSOP se articulou em dois núcleos principais:

- escritório-sede, em Curitiba, ou GETSOP
- escritório de campo, em Francisco Beltrão, ou Serviço do GETSOP/FB.

O organograma do GETSOP, apoiado nesses dois núcleos, comprehende seções e setores que, além de prover o órgão de condições para sua própria administração interna, possibilitam a execução das seguintes atividades:

- a — Regularização da posse da terra, compreendendo:
 - medição, demarcação e divisão em lotes;

- exame técnico e aprovação das plantas;
 - cadastramento das terras e seus ocupantes;
 - processamento de requerimentos de terras;
 - vistoria para constatação do critério seguido pelo GETSOP
 - cultura efetiva e moradia habitual;
 - pagamento de uma taxa para regularização da terra;
 - expedição dos títulos de propriedade.
- b — Fomento agropecuário
- c — Reflorestamento
- d — Controle madeireiro
- e — Outras atividades de valorização.

1) Regularização da terra

É atividade essencial do GETSOP; por si só justificaria sua existência. No momento, a situação se encontra do seguinte modo:

- mais de 80% da área encontra-se medida e demarcada, ou em curso de medição;
- já se possui em arquivo mais de 200 processados de medição.
- mais de 14.000 títulos de propriedade já foram expedidos.

2) Fomento agropecuário

O GETSOP tem desenvolvido grandes atividades neste setor. Além de verbas específicas para aquisição de sementes, mudas e fertilizantes etc., criou um Fundo Rotativo, destinado à compra e revenda de sementes selecionadas aos colonos. Também, para incentivar a mecanização da lavoura adquiriu cinco tratores agrícolas que, mediante pequena remuneração, são empregados no preparo das terras para o cultivo de cereais.

A fim de orientar e dar assistência aos lavradores, dispõe em seus quadros de um competente agrônomo.

O êxito desse empreendimento é indiscutível, constituindo-se o GETSOP como o órgão que maior assistência presta aos lavradores na região.

3) Reflorestamento

Bem antes dos órgãos encarregados desta parte definirem uma política florestal, o GETSOP sentiu a necessidade de intervir no problema, buscando uma solução que mais se adequasse ao palpável assunto.

Infelizmente, o minifúndio e o desinteresse dos colonos pelo plantio de espécies florestais, de crescimento demorado, têm dificultado a atuação nesse setor.

Para a produção de mudas de pinheiros, principalmente do "pinus elliottii", o GETSOP instalou em Francisco Beltrão um Hórtico Florestal. Grande tem sido a produção das espécies plantadas, atingindo no último ano a um milhão de mudas. Aos mais diversos arti-

fícios tem recorrido o GETSOP para incutir na área uma mentalidade de reflorestamento. Já foram organizados cursos, visitas ao Hórtio Florestal pelos lavradores, estágios, demonstrações, enfim, uma série de facilidades de sorte que o colono verifique que o reflorestamento é indispensável, não só para manutenção de solo, como poderá tornar-se futuramente uma fonte de renda.

4) *Contrôle madeireiro*

Nas terras do Sudoeste do Paraná, precisamente onde estão situadas as glebas "Missões" e "Chopim", localizavam-se as últimas grandes reservas florestais homogêneas do País, constituídas de pinheiros, avaliadas em mais de três milhões de árvores adultas.

A exaustão quase total dos pinheirais no Rio Grande do Sul e em grande parte de Santa Catarina, fez convergir para o Sudoeste Paranaense uma onda de aventureiros em busca do fabuloso atrativo — o pinheiro. A onda invasora tornou incontrolável a situação, e, paralelamente aos inevitáveis conflitos, eram cada vez abatidas maiores quantidades de pinheiros, para fazer mais rapidamente o enriquecimento.

Quando o GETSOP iniciou suas atividades, as glebas "Missões" e "Chopim" abrigavam mais de 190 serrarias clandestinas, isto é, em funcionamento sem ter a sua situação regularizada perante o então Instituto Nacional do Pinho. Uma primeira providência que se impunha seria o fechamento sumário de todas. Prudentemente, o Governo instruiu o GETSOP no sentido de enfrentar a situação de fato, estabelecendo medidas de controle, que permitissem diminuir a desmatação sem prejudicar a atividade econômica da região. Mediante convênio celebrado com o referido Instituto, o GETSOP procedeu ao cadastramento de todas as serrarias, impôs normas disciplinadoras, reduzindo a produção à metade da capacidade das máquinas. Desta forma, freiou o corte desordenado das nossas derradeiras reservas florestais, já praticamente esgotadas, pois dos três milhões de árvores existentes, o GETSOP encontrou apenas um saldo avaliado em menos de meio milhão de árvores.

5) *Outras atividades de valorização*

Como a missão de GETSOP é colonizar, as suas atividades têm um campo ilimitado de atuação. Vários são os empreendimentos de valorização executados pelo GETSOP, estando alguns deles ainda no início de operação. Podem ser enumerados.

- a) Construção de um Aeroporto em Francisco Beltrão. Obra praticamente concluída, estando, presentemente, em execução a construção da Estação de Passageiros, além dos trabalhos de proteção aos taludes e revestimento primário da pista de taxiamento.

- b) Execução de um Plano Rodoviário na área. Mediante convênio celebrado com o Departamento de Estrada de Rodagem, incumbiu-se o GETSOP de equipar o Distrito Rodoviário instalado em Francisco Beltrão. Variado é o equipamento adquirido pelo GETSOP e posto à disposição do Distrito; tratores, pás carregadeiras, motoniveladoras, caminhões basculantes etc., são operados pelo Distrito na construção, conservação e melhoria das estradas da área.
- c) Construção de casas escolares. É um dos empreendimentos onde a atuação do GETSOP tem sido decisiva. Mediante auxílio às Prefeituras, já foi possível construir mais de 70 escolas com uma ou duas salas de aulas.
- d) Auxílio às Prefeituras para construção de pontes nos respectivos municípios.
- e) Financiamento para projeto de abastecimento de água a diversos municípios.
- f) Concessão de bolsas de estudos para estágio a estudantes da Escola de Florestas e da Universidade Rural. No ano de 1963 foram concedidas dez bolsas de estudo.
- g) Auxílios diversos às Prefeituras para aquisição de tratores e motoniveladoras.
- h) Aquisição de tratores para empréstimo às Prefeituras. Já dispõe o GETSOP de quatro tratores rodoviários que são emprestados às Prefeituras, mediante rodízio, para serem empregados nos trabalhos de abertura de novas estradas municipais, melhoramentos de ruas, construção de praças, etc.

4 — CONCLUSÕES

4.1 É indiscutível o êxito já alcançado pelo GETSOP no cumprimento de sua missão. A paz social foi restabelecida na área, o que tem possibilitado um desenvolvimento extraordinário nesta parte do Sudoeste Paranaense.

4.2 Algumas atividades, como medição e controle madeireiro podem ser consideradas satisfatoriamente realizadas. A primeira, pela conclusão da tarefa e a segunda, pela possibilidade da devolução dos encargos ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, agora em condições que lhe possibilitam plena atuação.

4.3 A titulação é um processo mais lento, dependendo, inclusive de participação do colono. Já se conseguiu estabelecer uma rotina de trabalho, estando em andamento milhares de processos.

4.4 Há ainda problema de ordem jurídica a resolver, e alguns bem sérios. Entretanto, o GETSOP não está desatento, mantendo frequentemente entendimentos com o IBRA, órgão a quem está afeta a Política Agrária Nacional.

4.5 Tendo encontrado uma situação de fato, agravada por omissões e erros acumulados durante anos, o GETSOP ainda não fez re-

forma agrária. Primeiro, porque faltavam-lhe recursos; segundo, não lhe foi atribuída essa atividade pelo decreto que o instituiu. Limitou-se a regularizar a terra, dando estabilidade ao colono e restabelecendo-lhe a confiança nos poderes públicos.

Em outubro de 1967, foi celebrado um convênio com o IBRA, que permite ao GETSOP dar início à solução do delicado problema de reforma agrária. É intenção do Grupo deslocar posseiros ocupantes dos lotes minifundiários para outras regiões do País, onde possam aproveitar melhor a terra, possibilitando, assim, eliminar o minifúndio improdutivo dentro da área de jurisdição do GETSOP.

4.6 A estrutura do GETSOP é singular e responde à exigência da sua transitoriedade. Mesmo assim, face ao vulto dos encargos que lhe estão afetos, é de registrar-se um fato raro em nossa administração pública: o GETSOP gasta em pessoal cerca de 10% de sua dotação orçamentária.

4.7 Finalmente, qualquer que seja a medida que, em futuro próximo ou remoto, venha a ser tomada com respeito ao GETSOP — extinção ou ampliação das suas atividades — um ensinamento, sem dúvida, deve ser aproveitado. Sómente a conjugação de esforços poderá solucionar o grave, delicado e complexo problema de terras do Paraná ou de outros estados.

B I B L I O G R A F I A

- TERRAS DEVOLUTAS: Paulo Garcia
- O GETSOP: Conferência do Coronel Adhemar da Costa Machado
- MEMORIAL SÓERE A SITUAÇÃO DO GETSOP: Dr. Ildefonso Gugisch de Oliveira
- AS TERRAS PÚBLICAS NO ESTATUTO DA TERRA: Messias Junqueira.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. **É a sua tribuna.** MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

NOSSO APÉLO

VOCÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

CURIOSIDADES DA CAMPANHA DO PARAGUAI

A OBSERVAÇÃO AÉREA

Quando o Marechal Marquês de Caxias quis avançar além de Tuiuti constava que os pântanos circundantes do Estero Bellaco não podiam ser transpostos.

Para ter certeza do que o esperava mandou construir no Rio de Janeiro dois balões aerostáticos pelos irmãos Green, de nacionalidade norte-americana, os quais em pessoa levaram-nos até o local onde iam ser empregados.

Segundo relata Teodoro Fix em seu livro História da Guerra do Paraguai, êstes balões subiam ao ar presos por cordas de 100 metros de comprimento, nas quais pegavam soldados que se moviam conforme se fazia mister.

Ainda no dizer do mesmo autor o terreno foi observado por oficiais do Estado-Maior, os quais declararam ser possível a passagem, fazendo-se um rodeio de nove léguas.

Outro autor que se refere aos balões, mas o faz cometendo enganos de datas é o argentino B. Rossani, em seu livro Guerra del Paraguay. Nos fatos passados em maio de 1866 assinala que, a 22, chegaram ao acampamento de Tuiuti, procedentes do Brasil, os irmãos Allen, com dois balões cativos para observação. O registro está em desacordo com o Diário do Exército, o qual menciona a chegada dos balões em

maio de 1867, isto é, um ano depois do que diz Rossani na obra acima referida. Também Bormann, no 2.^o volume de sua ótima publicação dos acontecimentos da Campanha, diz textualmente: "Em fins de maio de 1867 chegaram a Tuiuti dois balões para se observarem as posições paraguaias abrigadas pelas matas que nos ficavam em frente. A 1.^a ascensão teve lugar a 24 de maio. Os paraguaios faziam fumaça no acampamento com queimadas para dificultar a observação." É curioso notar que este registro de Bormann também discorda do que refere o Diário do Exército em Operações no Paraguai sob o comando do Marechal de Exército Marquês de Caxias, pois êste só começa a registrar atividades dos balões a 1.^o de julho de 1867, como veremos nas citações a seguir.

O argentino Rossani insiste no erro quando cita, logo depois do que acima expomos: "6 de julho de 1866 — 1.^a ascensão aerostática feita em Potreiro Pires. A tripulação era o engenheiro Allen, o Cap. Céspedes, paraguaio a serviço da "Legião" e o engenheiro R. A. Chodaziewiz." Como bem se constata, torna a aparecer o ano de 1866 na data.

Outro elemento a ser considerado é o que diz o Diário de

Campanha do Cap. Pedro Werlang, publicado em DEFESA NACIONAL de setembro/outubro de 1966: "A 24 de junho (1867) ensaiamos a ascensão de um balão captivo, a fim de poder melhor observar o inimigo."

Parece-nos muito importante dar tôda a atenção ao termo ENSAIAMOS, o que deixa margem a supor que a ascensão não se efetuou, na plenitude da expressão.

De qualquer modo é indiscutível que as operações aéreas entre nós começaram no Paraguai, com o uso dos citados balões, e que, por certo, o primeiro oficial brasileiro que se elevou em um deles para verificar o terreno, tem o direito de ser considerado pioneiro da observação aérea no Brasil.

Como o Diário do Exército em Operações é raridade bibliográfica, que por sorte pudemos compilar, vamos transcrever quanto dali anotamos acerca do assunto.

1.º de julho de 1867 — O aeronauta Allen veio ao Quartel-General participar que a limalha de ferro vinda no vapor "Dezesseis de Abril" era em pouca quantidade e que para supri-la haviam mandado zinco em fôlhas; porém, que não servindo esse material tão bem como aquêle para o fim a que se destinava, iria ele, não obstante, tentar a ver se era possível preparar o hidrogênio em quantidade bastante para o pequeno balão."

4 de julho de 1867 — O aeronauta Allen veio ao Quartel-General participar que, durante a

noite, tinha-se esvaziado o balão, que se achava pronto para elevar-se no momento determinado, por motivo da forte ventania, que tinha ameaçado arruiná-lo, mas estava já tudo disposto para começar novo desprendimento de gás, na noite seguinte, se凭 ventura o tempo melhorasse, e desse lugar a que se pudesse efetuar a ascensão no dia imediato."

6 de julho de 1867 — Não pôde ser efetuada a ascensão aerostática em razão do mau estado da atmosfera."

8 de julho de 1867 — Estando a atmosfera menos carregada de nevoeiro do que na véspera, e prometendo melhorar o tempo, efetuou-se a ascensão aerostática do mesmo lugar em que foi preparado o balão, ao meio-dia; sendo dai conduzido até o centro do acampamento da 2.ª Divisão de Infantaria, percorreu paralelamente à linha das trincheiras da vanguarda o espaço entre aquêle acampamento e o argentino, onde desceu. Subiram na barquinha, como observadores, o engenheiro polaco contratado no exército argentino e um paraguaio prático dos lugares que tinham de ser observados. O balão permaneceu no alto, quando muito, meia hora."

É natural que o inimigo procurasse atingir o balão quando se elevava. O Diário do Exército, no mesmo dia 8 de julho, registra: "Os telegramas recebidos à tarde comunicavam terem sido feridos no acampamento, por estilhaços de granadas arremessadas pelo inimigo, na ocasião da ascensão do balão, três soldados,

sendo um do 38.^º e dois do 27.^º corpos de voluntários."

O engenheiro polaco era o mesmo R. A. Chodaziewiz e o paraguaio prático dos lugares, o Capitão Céspedes. A propósito d'este componente da "Legião Paraguaiã" encontramos citação feita pelo General Don Francisco Isidoro Resquin, em seu livro Dados Históricos de 1.^a Guerra del Paraguay con la Triple Alianza. Eis-la: "O vaqueano Higinio Céspedes, que participou das primeiras ascensões do balão de observação em Tuiuti, era da região de la Capela Gonzalez e perfeito conhecedor de toda aquela região."

O Diário do Exército prossegue:

9 de julho de 1867 — Pela manhã, S. Exa. o Sr. General-em-Chefe, deu as precisas ordens para que se efetuasse uma ascensão aerostática na extrema direita da linha, e saiu depois a percorrer o acampamento. Não pôde ser levada a efeito a ascensão aerostática, em consequência de estar ventando com alguma intensidade, posto que a atmosfera estivesse clara e prometesse bom resultado nas operações."

10 de julho de 1867 — S. Exa. foi à oficina dos aerostatos e soube que não poderia ter lugar a ascensão por causa do mau tempo da atmosfera."

11 de julho de 1867 — Amaneceu chovendo, e o dia conservou-se invernoso até anotecer, ventando sempre com mais ou menos intensidade, pelo que não foi possível efetuar-se a ascensão aerostática."

12 de julho de 1867 — As 11 horas fêz-se ascensão aerostática no centro do acampamento. O dia estava nublado e o vento era calmo. O balão atingiu a altura de 1.000 pés ingleses. Além do engenheiro polaco subiu também, desta vez, como observador, o Capitão do Estado-Maior de 1.^a classe Francisco Cesar da Silva Amaral. Desceu o balão nessa mesma posição, subiu depois com o referido engenheiro e um oficial da Legião Paraguaiã, prático dos lugares, e seguiu para a direita argentina. Ai desceu novamente e, tendo ficado em terra o oficial paraguaio, subiu outra vez o capitão Amaral e o engenheiro polaco. Permaneceu por espaço de uma hora na altura de mil pés, pouco mais ou menos."

Este tópico nos dá motivo para dois comentários: 1.^º — Como podemos ver linhas antes, Teodoro Fix declarou que o balão subia preso por cordas de 100 metros de comprimento e o Diário do Exército cita que o balão subiu a 1.000 pés ingleses, o que dá mais de 300 metros de altura; 2.^º — O Capitão Francisco Cesar da Silva Amaral parece ter sido o primeiro oficial brasileiro a fazer observação aérea em nossas Fôrças Armadas.

13 de julho de 1867 — Às duas e meia da tarde fêz-se uma ascensão aerostática no centro do acampamento, subindo, como observadores, o Capitão Amaral, o 1.^º Tenente de Artilharia Cursino do Amarante e um paraguaio, como prático, mas que nada soube informar. Às quatro e meia da tarde desceu o balão no mesmo lugar de onde havia subido.

19 de julho de 1867 — Durante o dia houve constantemente vento rijo do quadrante SO, dando causa a que não pudesse ser o balão transferido para o acampamento do 3.º corpo de Exército, deixando conseqüentemente de fezer-se ali a ascensão aerostática, como estava determinado."

20 de julho de 1867 — A tarde houve ascensão aerostática na extrema direita do campo argentino, elevando-se o balão a 450 pés ingleses. Como observadores subiram os Capitães Amaral, Conrado e Madureira."

21 de julho de 1867 — Às 9 horas da manhã fêz-se uma ascensão aerostática na esquerda do nosso acampamento, com o fim de reconhecer-se melhor as posições fortificadas do inimigo. Subiram como observadores os Capitães Amaral e Conrado. O fumo, porém, desenvolvido pelo grande número de fogueiras, que parecem ser feitas com este propósito, visto a coincidência de aparecerem elas todas as vezes que se tem feito ascensões, não permitiu que se observassem os detalhes da primeira, e a forma e direção da segunda linha de fortificações, como se tencionava."

22 de julho de 1867 — Houve à tarde uma ascensão aerostática no acampamento do Exército da vanguarda, subindo como observador o Capitão Conrado."

25 de julho de 1867 — Tendo S. Exa. dado ordens, na véspera, para que o balão, com os preparativos necessários, fosse conduzido para o acampamento da

vanguarda, a fim de serem ali feitas as ascensões necessárias, soube do deputado do Quartel mestre General junto ao Comando-em-Chefe, que não havia mais ácido sulfúrico para o desprendimento de hidrogênio. A vista do que determinou S. Exa. que fizesse voltar para Tuiuti o mesmo balão com o respectivo material."

Aí existe um hiato na utilização dos aerostatos, pois só no mês seguinte reaparece a narração de suas atividades.

14 de agosto de 1867 — Às 11 horas foi S. Exa. o Sr. General-em-Chefe ao Passo Apoí assistir a chegada do balão aerostático, que se havia mandado trazer."

15 de agosto de 1867 — Havia-se mandado vir, a toda pressa, o balão aerostático, que tinha ficado no Passo Apoí; e chegando ele ao referido povoado às 10 horas, fêz-se uma ascensão, subindo como observador o Capitão Amaral, e como prático dos lugares o Tenente paraguai Céspedes. Fêz-se outra ascensão aerostática, obtendo-se porém, os mesmos resultados da primeira."

16 de agosto de 1867 — Determinou S. Exa. se fizesse também uma ascensão aerostática próximo ao mesmo lugar, para o mesmo fim. Tanto o ajudante de campo como o oficial que subiu no balão aerostático verificaram apenas a existência de uma força de cavalaria inimiga, em número de 500 ou 600 homens, que parecia achar-se ali de observação e dando pasto à cavalhada. Isto se passou já à vista de Hu-maitá."

Nôvo intervalo nas atividades do balão, que só tornou a funcionar no fim do mês seguinte, quando suas ascensões são relatadas.

25 de setembro de 1867 — As 6 horas da manhã foi recomendado que se fizesse uma ascensão aerostática. Em vista desta ordem seguiu o balão e efetuou-se a ascensão às 8 horas. O balão conservou-se elevado por espaço de três quartos de hora, esperando os observadores, Capitães Amaral e Madureira e 1.^º Tenente Madureira que se dissipasse o nevoeiro. À tarde tentou-se fazer nova ascensão na vanguarda, mas não foi possível por causa do vento e falta de hidrogênio no balão. Estas contrariedades patentearam o pouco proveito que se poderia esperar desse gênero de observatório, aliás tão dispensioso e, por conseguinte, deu S. Exa. ordem para que regressasse no dia seguinte o balão para o Passo da Pátria, demonstrando que não contaria de hora em diante com este auxílio para as operações."

E aqui terminam as citações acerca do balão.

Depreende-se que as dificuldades de empregar e, talvez até mais do que isso, as de manter em estado operacional os balões, acabaram por trazer o desinteresse do comando-em-chefe, que resolveu colocar de parte esse processo de colher informações.

Mas é também certo que, enquanto foi empregado, rendeu bons serviços, mormente no reconhecimento da natureza do terreno à frente do acampamento de Tuiuti.

A data certa da primeira ascensão deixa margem a dúvidas, embora haja pouco se tenha comemorado o centenário da primeira ascensão.

Parece-nos justo estudo mais acurado para estabelecer, sem contestação, quando se fêz a primeira subida do balão, para fins militares.

Em todo o caso achamos que não deve ser considerada a de 24 de maio como sendo a exata, pois os documentos a ela se referem como tendo sido de caráter experimental.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna.

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

A DEFESA NACIONAL

Em 27 de agosto de 1968, foi eleito por aclamação para Diretor-Presidente da CMECI "A DEFESA NACIONAL" o Gen. de Div. Humberto de Souza Mello, que tomou posse naquela mesma data, em substituição ao Gen. de Div. José Campos de Aragão nomeado para o Comando da 5.^a Região Militar, sediada em Curitiba. Em face da transferência do Rio de Janeiro para Brasília do Ten-Cel Lauro Paraense de Farias, foi eleito por aclamação para substituí-lo no cargo de Diretor Secretário, o Coronel de Cav. Geraldo Knaack de Souza tomando posse no mesmo dia.

O atual Conselho de Administração ficou inicialmente, assim constituído:

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — General-de-Divisão Humberto de Souza Mello

Diretor-Secretário — Coronel Geraldo Knaack de Souza

Diretor-Gerente — Ten-Cel. João Capistrano M. Ribeiro

Conselheiros: — General-de-Divisão Adailton Sam-pao Pirassunun — Coronel Nilton Freixinho

Conselho Fiscal — Gen. Paulo Prado Pereira — Cel. Alberto Bandeira Queiroz — Ten-Cel Jonas Correia Neto

(Ver pág. 104)

ORIENTAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO E CONDUTA DO ENSINO DE FORMAÇÃO

Das Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino baixadas pelo Exmo. Sr. Gen-Div Humberto de Souza Mello, Diretor do Ensino de Formação, para o corrente ano, 1969, A DEFESA NACIONAL extraiu o tópico — ORIENTAÇÃO BÁSICA — que nos parece de interesse geral.

1 — ORIENTAÇÃO BÁSICA

A valorização do homem, meta governamental, alcança-se principalmente pela educação democrática, com liberdade e responsabilidade, tendo em vista o fortalecimento da unidade nacional. Liberdade que no campo da educação, escuda-se nos direitos à educação e à informação garantidos a todos os brasileiros. Responsabilidade que repousa: por parte de quem educa, no equilíbrio, na sensatez e na honestidade com que ministra os conhecimentos visando "o desenvolvimento integral da personalidade do educando", iluminado pelos objetivos nacionais; da parte do educando, em ouvir, meditar, duvidar, argüir e em assimilar e sedimentar os ensinamentos que se lhe oferecem para elevar-se aos que lhe ensinam e poder participar da luta pelo bem-estar da sociedade brasileira, inspirado no princípio da coesão nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

No cumprimento desse desiderato, a escola, um dos mais importantes instrumentos da educação, tem papel de relêvo. Ela deve aperfeiçoar com desenvolvimento ininterrupto as faculdades intelectuais; desenvolver a capacidade de julgar com retidão; fazer participar do patrimônio da cultura adquirido por gerações passadas; promover o sentido dos valores; preparar a vida profissional e fazer nascer relações de amizade que favoreçam a compreensão entre os homens.

Exige-se dos que dela se encarregam, vocação grandiosa e especial, caracterizada por dotes peculiares de espírito, entre os quais avultam a compreensão e as capacidades de evolução e adaptação, além de outras qualidades, como a de preparação esmerada e a prontidão contínua para a renovação.

Características que respondem pelo dinamismo, indispensável a esse tipo de instituição: a escola.

Em se tratando de educar para a carreira das armas, que pertence à nação, para a defesa da sociedade nos termos de suas tradições, características e aspirações, releva considerar os fundamentos da organização militar que, também e necessariamente, haverá de influenciar as atividades a serem desenvolvidas pelas escolas de formação do Exército.

O valor de uma força armada reside mais no moral, na coesão e na ordenação que na qualidade do seu equipamento bélico.

O moral militar é integração de convicções, espírito de luta e conhecimento da profissão. A coesão repousa na unidade de doutrina e no consenso que gera a disciplina intelectual. A ordenação dá forma ao corpo militar que, dispondo de moral e coesão, sustenta-se por uma coluna vertebral, constituída pelo princípio da autoridade, pela hierarquia e pela disciplina.

O que se preconiza a seguir, no espírito das diretrizes do escalão superior, decorre desta compreensão, com a qual urge que nos ponhamos de acordo, por indispensável à consecução da necessária convergência de esforços, para cumprir com eficiência a tarefa de formar os jovens militares do Exército.

Assim pois, o ensino e a instrução, no âmbito desta Diretoria, se desenvolverão visando realizar o jovem como futuro homem na família, no Exército, na pátria e nas suas relações nos diversos campos da vida social e cristã. Isto é formar o cidadão-soldado, instruindo e educando para que adquira responsabilidade pessoal e indeclinável no papel que desempenhará nas atuais circunstâncias históricas da nacionalidade que projetam para o futuro a sociedade e a pátria, nos seus aspectos de organização moral, mental, cívica, cultural e de desenvolvimento, em benefício do progresso geral da comunidade social e de cada um dos indivíduos que a constituem. É na afirmação dos princípios de liberdade e dos ideais de solidariedade humana, cada vez mais crescentes, e de compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana que, por obra da educação, se integrará a juventude das nossas escolas à nossa civilização para que esta continue perene nos séculos.





GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Maj. Eng. WALDYR COELHO

1. INTRODUÇÃO

O mundo atual está nitidamente dividido por duas ideologias antagônicas e inconciliáveis: o comunismo e a democracia.

O comunismo é uma ideologia agressiva e expansionista e, como tal, visa a estender seu domínio a todo o mundo. Foi o próprio Lenine quem declarou, após a vitória da revolução em sua pátria, que "a Rússia assumirá imediatamente a pesada responsabilidade de levar a revolução a todo o globo, conduzindo a humanidade para o comunismo". Julgam os próprios formuladores da doutrina marxista-leninista que a sobrevivência de tal ideologia estará sempre ameaçada enquanto o comunismo estiver cercado pelo regime capitalista. A expansão — que é da própria essência da doutrina marxista-leninista — é, pois, um imperativo, de vez que dizem êles — a revolução só terminará quando fôr implantada no mundo a "sociedade sem classes", ou, em outras palavras, quando toda a humanidade estiver comunizada.

Por outro lado, o mundo ocidental — na defesa de seus ideais de liberdade — está decidido a conter a pretendida expansão comunista e dispõe-se a manter o "status quo" atual a qualquer custo.

Não convém aos comunistas, no entanto, a deflagração da guerra aberta, declarada, porque, de um lado, o atual estágio da ciência e da técnica proporciona meios bélicos de extraordinário poder de destruição, capazes de eliminar a humanidade inteira, e, de outro, há um aparente equilíbrio de meios nos dois blocos antagônicos. Não

há, conseqüentemente, garantia de sobrevivência para qualquer dos contendores. Seria, admitem êles, uma guerra suicida.

Quanto mais remota vai se tornando a possibilidade de eclosão de uma guerra geral — como decorrência do chamado “equilíbrio do terror” — cresce de importância para os comunistas a Guerra Revolucionária, por se tratar de uma guerra camouflada, clandestina e su-reptícia e que, por suas próprias características, permite ao bloco comunista eximir-se da responsabilidade pelo seu desencadeamento. Assim é que o imperialismo comunista vem incessantemente aperfeiçoando, atualizando e sistematizando tal tipo de guerra com o propósito de, através dela, estender seu domínio a toda a humanidade.

Se ainda restasse alguma dúvida acerca dos propósitos comunistas de implantar sua ideologia em todo o mundo, bastariam, para eliminá-la de vez, as seguintes palavras de Mao-Tsé-Tung: “Conquistar ou neutralizar primeiro a Ásia, o que nos dará acesso ao Oceano Índico e ao Mediterrâneo, depois a África, o que nos levará ao Atlântico e tornará a Europa e o Oeste indefensáveis. Em seguida, liquidar totalmente a Europa, ou então visar a América do Sul. A América do Norte estará então à nossa mercê e a chantagem nuclear será certamente suficiente para dominá-la”.

2. EVOLUÇÃO

Em 1917, Lenine deixou a Suíça, onde se encontrava exilado e rumou para a Rússia. Levava em mente o firme propósito de derrubar o governo tsarista através de insurreição popular. O lema usado para empolgar e conquistar o povo russo foi “Terra e Paz”, que se mostrou perfeitamente ajustado às aspirações máximas de seus compatriotas. Vitoriosa a revolução, foi instaurada a chamada “Ditadura do Proletariado”. Urgia então — fiel à doutrina comunista — estender a revolução a todo o globo para a implantação da chamada “Sociedade sem Classes”. Era preciso estabelecer os meios e modos de realizar tal expansão e essa tarefa ficou a cargo dos pensadores comunistas que demonstraram, ao longo dos anos, extraordinária flexibilidade. Sem jamais perderem de vista o objetivo capital — comunização de toda a humanidade — atualizaram, ajustaram e aprimoraram as táticas e técnicas de acordo com as conveniências do momento. Para Lenine, o instrumento de luta seria o Partido Comunista, constituído pela elite dirigente — minoria atuante — que se incumbiria de criar as condições propícias à eclosão do movimento revolucionário, bem como de conduzi-lo. Caberia ao PC a conquista e condução da massa proletária, para, através e com o apoio dela, implantar a nova ideologia. Mais tarde Bukarin, constatando que o desenvolvimento dos países industrializados proporcionava ao proletariado um padrão de vida altamente satisfatório e

que tal fato — como é óbvio — não favorecia a expansão da ideologia comunista naqueles países e, por outro lado, não existindo nos países semicoloniais e subdesenvolvidos o proletariado industrial da concepção marxista, introduziu modificações para contornar aquelas constatações. Estudando o assunto Bukarin chegou à conclusão de que os anseios dos povos semicoloniais e subdesenvolvidos eram nacionalistas e burgueses e que, como tais aspirações mostravam-se hostis ao capitalismo ocidental, cabia ao comunismo aproveitá-las em prol de seus objetivos ideológicos. Em 1928 o Komintern expediu a seguinte diretriz, baseada no pensamento de Bukarin:

“Se queremos acelerar o fim do capitalismo, se queremos fazer aproximar no tempo a vitória da revolução, notemos que a máquina capitalista não se nutre apenas do proletariado operário, mas também das matérias-primas. Ora, as matérias-primas estão espalhadas por todo o globo terrestre. Um levante geral dos povos privará o ocidente capitalista das matérias-primas, dos mercados consumidores dos seus produtos e levará os países burgueses ao caos econômico e o operariado à revolução social”.

É o chamado “cêrco do capitalismo”.

Posteriormente Mao-Tsé-Tung, após sua vitória na China sobre Chiang-Kai-Shek, ampliou ainda mais o campo de ação da guerra revolucionária, ao estabelecer que a revolução poderia ter por base a massa camponesa, incorporando, assim, ao termo proletariado da terminologia comunista — que abrangia apenas o proletariado urbano — o trabalhador rural. E foi além Mao-Tsé-Tung quando declarou, após pesquisar as razões de alguns insucessos da guerra revolucionária:

“A nossa guerra será perdida tal qual a concebeis. Perdida porque não tendes em conta um caráter essencial, porque lhe falta um caráter essencial: esta guerra é uma guerra total. Ela é total porque cada indivíduo é um objetivo da guerra revolucionária, porque todas as atividades de um Estado, de uma sociedade, contribuem para criar nesse indivíduo, objetivo da guerra revolucionária, um estado de espírito. Em consequência, todas as atividades de um Estado, de uma sociedade, devem ser consideradas e fundamentadas em função da guerra revolucionária”.

Nos dias atuais, ocorre um conflito ideológico entre a URSS e a China, devido às discordâncias entre os pensamentos estratégicos dos dois países. A URSS adota a estratégia da expansão do comunismo através da Coexistência Pacífica e as Guerras de Libertação Nacional. A China não aceita a Coexistência Pacífica e propugna pela expansão do comunismo por meio das Guerras de Libertação Nacional — às quais dão maior apoio — e da guerra final entre o comunismo e o capitalismo. Observa-se, porém, que o objetivo de

ambos os países é o mesmo, qual seja a implantação do comunismo em todo o mundo. O instrumento de que se valem para atingir tal fim é a Guerra Revolucionária, cujo desenvolvimento apresenta — como veremos mais adiante — duas alternativas: a derrubada do governo e do regime por meios pacíficos, que a URSS, mais prudente, preconiza e a tomada do poder por meios violentos, única solução viável para a China de Mao-Tsé-Tung.

3. CONCEITUACÃO

O EMFA recomendou e o EME determinou a seguinte conceituação de Guerra Revolucionária:

"É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que, apoiados em uma ideologia, estimulados e até mesmo auxiliados do exterior, visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida".

4. CARACTERÍSTICAS

a. A GR é uma guerra **interna**, ou, em outras palavras, não é uma guerra entre países. Difere fundamentalmente da guerra clássica porque não ocorre, na GR, a luta entre as Fôrças Armadas das nações em oposição.

b. A GR é de **concepção marxista-leninista**, porém, doutrinariamente, não constitui instrumento apenas do expansionismo comunista. Pode ser adotada por movimentos revolucionários apoiados em ideologia diferente daquela. No quadro da conjuntura mundial da atualidade é, no entanto, a ideologia comunista que se apresenta em condições de empregá-la.

c. O campo de ação da GR é fundamentalmente a **mente humana**. A minoria atuante que a conduz, apoiada em técnicas próprias, busca, de maneira sutil e progressiva, a conquista do pensamento do homem, inicialmente como indivíduo, a seguir como grupo social e finalmente como nação. A derrubada do governo e a implantação do novo regime é alcançada com o emprêgo da parcela da população convenientemente "trabalhada". A conquista e o domínio da população constitui-se, pois, na componente mais importante do GR.

d. A GR é uma guerra **total**, porque desenvolve-se em todos os setores da vida humana. Visa o domínio físico, moral, intelectual e espiritual da população e, para atingir seus fins, tudo é permitido; nada é vedado. Não admite preconceitos éticos ou morais. Utiliza-se

com desembarço da subversão, da corrupção, da traição, da cizânia, do terror, da ambição, da delação, etc...

e. A GR é uma guerra **global**, porque visa o domínio de toda a humanidade. Seu campo de batalha é o mundo e seu objetivo final é a destruição do regime capitalista privado e a subsequente substituição da atual sociedade, fundamentada no homem-indivíduo, por uma nova sociedade, estruturada na Massa-Estado.

f. A GR é uma guerra **permanente**, porque só terminará — dizem os comunistas — com a vitória do comunismo em todo o mundo. As paradas, os recuos, os períodos de calma e as tréguas são apenas aparentes e estão enquadrados na própria tática comunista. Visam ganhar tempo para a reformulação dos planos, quando obstáculos imprevistos se antepõem aos designios do imperialismo comunista.

g. A GR é uma guerra **indivisível**, porque é única. Não existe para os comunistas uma outra forma de guerra para a implantação da doutrina comunista no mundo.

5. CONDIÇÕES PARA DESENCADEAMENTO

A GR necessita de determinadas condições para a sua eclosão, desenvolvimento e vitória final. Essas condições favoráveis poderão existir no país visando bastando, em tal caso, aproveitá-las convenientemente — ou, então, ser criadas artificialmente pelo engôdo das populações, através de táticas e técnicas peculiares, apoiadas maciçamente pela propaganda.

As condições ideais para a eclosão da GR podem ser resumidas em três itens:

- existência de contradições internas;
- disponibilidade de uma minoria atuante; e
- falta de autoridade do governo.

a. *Contradições internas*

São as grandes brechas da estrutura social, política e econômica por onde se infiltra a pregação revolucionária. Tais contradições existem, principalmente, nos países subdesenvolvidos e semicoloniais, mas podem ser encontradas também em países adiantados. Podem ser de várias espécies:

- sociais: intolerância religiosa, classes privilegiadas, racismo, má distribuição da justiça, legislação trabalhista inadequada, assistência social insatisfatória, estado sanitário precário, estruturação social inadequada, analfabetismo, etc...
- econômicas: pauperismo, acentuada desigualdade na distribuição da renda nacional, desequilíbrio entre regiões geoeconômicas, remuneração insuficiente, custo de vida elevado,

inflação galopante, dependência do exterior, má distribuição de terras, etc...

— políticas: tendências separatistas, governo despótico, estruturação política inadequada, etc...

Empregando habilmente os "slogans" que mais se ajustam às condições atuais dos países que querem dominar, tais como Nacionalismo, Autodeterminação, Neutralismo, Pacifismo, Antiimperialismo, Coexistência Pacífica, Capital Espoliativo, Reforma Agrária, Justiça Social e outros chavões tão conhecidos, os comunistas mascaram suas verdadeiras intenções e aprofundam as divergências, acentuam os antagonismos, destroem os valores morais e espirituais da nação e, quando sobrevém o caos, apossam-se do poder com o assentimento de uma parcela da população convenientemente anestesiada pelas promessas e pelos engodos.

b. Minoria atuante

É o grupo orientador, a minoria que conduz as massas aos objetivos preestabelecidos. É o grupo encarregado de conduzir a revolução. Sendo a GR, como já foi dito, desferida contra a população, é necessário conquistá-la, dominá-la e "despertá-la" para a revolução. Surge, aqui, a necessidade de líderes nacionais capazes de influenciar e empolgar as massas. Não pode haver GR sem a existência de um líder nacional. Lenine na Rússia, Mao Tsé-tung na China, Ho Chi Minh na Indochina e Fidel Castro em Cuba confirmam a necessidade imperiosa de um líder, de âmbito nacional, para polarizar a opinião pública e simbolizar os ideais revolucionários.

c. Falta de autoridade do governo

É outro fator que favorece, de muito, a eclosão da GR. Aproveitando-se da tibieza do governo, os comunistas obtêm concessões, estabelecem acordos que lhes beneficiam, infiltram-se nos órgãos governamentais e montam um mecanismo de pressão sempre crescente. Fazem crer à população que o governo lhes teme a força e, pelo medo, vão engrossando suas fileiras. Desacreditado e desmoralizado o governo apoderam-se do poder e implantam o regime comunista.

6. TÉCNICAS

As técnicas empregadas na GR visam, de um lado, desmantelar os valores tradicionais, as crenças e as convicções da população sobre a qual é desencadeada e de outro lado, objetivam a criação de uma nova mentalidade, a implantação dos valores comunistas, a formação da nova sociedade. É como desmontar um edifício e com o material assim obtido, construir um outro, com aspecto totalmente diferente.

Tais técnicas são, normalmente, capituladas em dois grandes grupos: destrutivas e construtivas.

a. *Técnicas destrutivas*

(1) **Intimidação**

É uma técnica que alcança um efeito psicológico de grandes proporções. Solapa a autoridade governamental e obriga o poder legal a uma atitude defensiva, gerando um ambiente de apreensão, insegurança e pânico na população. Como consequência, compromete as atividades econômicas e aprofunda os desequilíbrios sociais, agravando as contradições internas existentes. Busca a destruição da estrutura político-econômico-social através de meios pacíficos ou violentos, tais como:

- comícios, desfiles e passeatas de protestos;
- greves legais ou ilegais, quer sejam justas ou injustas, de advertência, de solidariedade, de natureza política;
- resistência passiva;
- motins, depredações, agitações, tumultos populares;
- terrorismo seletivo, visando a eliminar os que não aderem e têm condições para manter a população ao lado do governo;
- terrorismo sistemático, objetivando levar o terror a uma classe ou a uma região;
- sabotagens, visando tumultuar os serviços de utilidade pública; e
- guerrilhas.

(2) **Desmoralização**

Essa técnica visa fundamentalmente o organismo político-administrativo-militar da nação. Faz crer à população que tal organismo está mal estruturado. Emprega todos os meios para a desmoralização das autoridades governamentais, dos partidos políticos, dos chefes militares e das elites sociais. Prega a ineficiência dos órgãos administrativos e proclama a má distribuição da justiça. Mao-Tsé-Tung aconselha:

“Desorganizai tudo o que há de bom na nação-objetivo, tentai envolver os agentes do poder dos mais altos escalões em emprêsas criminosas, comprometei as suas pessoas e não vos esqueçais de dar ao fato a mais alta publicidade”.

A GE adota, entre outras, as seguintes atitudes de desmoralização:

- sabotagem no serviço público e nas grandes empresas;
- notícias falsas ou tendenciosas;
- interpretação falsa de atitudes individuais;
- calúnias e pequenas inverdades contra indivíduos;

- estigmatização de classes sociais;
- ridicularização de sentimento religioso;
- deformação de patriotismo;
- deturpação da história pátria;
- enfraquecimento dos laços de família;
- negação dos êxitos;
- ampliação e divulgação dos erros;
- pregação da ineficiência da justiça;
- estabelecimento de dúvidas sobre a honorabilidade dos chefes, magistrados, etc...

A corrupção também é muito empregada pela GR, associada à técnica de desmoralização e com ela, às vezes, se confundindo. Busca além da desmoralização, o aliciamento de cúmplices. É Manuilski quem aconselha:

"Há, na América Latina, numerosos generais ambiciosos, que estão dispostos a nos dar apoio, sob a única condição que não lhes façamos guerra, de que não combatamos sua política e lhes outorguemos o nosso apoio".

(3) Intoxicação

É dirigida particularmente sobre os neutros, isto é, aqueles que ainda não tomaram partido, visando mantê-los neutralizados e anestesiados para que não se decidam pela corrente democrática. É uma das técnicas mais insidiosas e solertes e tem sido definida como a técnica das "meias-verdades". De um lado, escarnece os verdadeiros democratas, acusando-os de "entreguistas", beneficiários da "indústria do anticomunismo", etc., e, de outro, utiliza-se de "slogans" como autodeterminação, imperialismo, nacionalismo, etc., para acobertar suas verdadeiras intenções e intoxicar os incautos, a fim de mantê-los alheios à pregação democrática dos líderes que se apercebem da revolução em marcha.

- (4) É utilizada para eliminar os irredutíveis, inconversíveis e neutros. Os que resistirem à intimidação e à intoxicação, são eliminados através do assassinato, das execuções em massa, das deportações, das depurações e das chamadas batalhas de aniquilamento.

b. Técnicas construtivas

São empregadas para a formação da nova sociedade. Comprendem:

- seleção e formação dos quadros;
- aliciamento;
- infiltração;
- enquadramento da massa; e
- edificação de novas estruturas.

(1) Seleção e formação dos quadros

Vimos, anteriormente, que a GR busca a conquista da população para, com o apoio dela, derrubar o governo e implantar o novo regime. Para o aliciamento da população há necessidade de líderes, propagandistas, agitadores, sabotadores, agentes especiais, especialistas, auxiliares, futuros dirigentes, etc., que conheçam perfeitamente as técnicas comunistas. Daí a necessidade de selecioná-los e instruí-los convenientemente para torná-los aptos às suas missões específicas. Esse grupo de homens perfeitamente identificado com o comunismo constitui o "APPARAT" e é composto por comunistas profissionais. A seleção é feita através da:

- importação de técnicos estrangeiros;
- seleção de técnicos nacionais;
- seleção de descontentes; e
- seleção de simpatizantes.

Realizada a seleção, passa-se à formação, que abrange:

- escolha e discussão da ideologia básica;
- escolha e discussão das ideologias intermediárias;
- treinamento de agitadores especializados;
- treinamento de agentes especiais;
- treinamento de auxiliares; e
- treinamento de futuros dirigentes.

(2) Aliciamento

Visa sensibilizar a população para a causa revolucionária, mascarando, porém, com a habilidade, a origem comunista do movimento. Faz uso de "slogans" e afirmativas que são contínua e incessantemente repetidos até se transformarem em verdades no consenso popular. É a chamada "impregnação psicológica" que se vale de todos os meios de divulgação a seu alcance para a catequização das mentes. Através dessa técnica, aumenta-se progressivamente o contingente de adeptos da revolução e amplia-se o quadro do "APPARAT".

(3) Infiltração

Busca o controle de órgãos, entidades e associações para melhor conduzir a subversão. É uma das técnicas mais empregadas na GR e se processa continuamente, de maneira sub-reptícia, quase desapercebida, desde os primeiros estágios da GR. Aos poucos, progressivamente, os comunistas vão infiltrando seus elementos nos sindicatos, nos órgãos de divulgação, nas associações rurais, nos partidos políticos, nos órgãos legislativos e judiciais, nos órgãos governamentais, nas associações estudantis, nos órgãos de ensino, etc., até controlá-los ou, pelo menos, exercerem nos mesmos alguma influência. Realizam nêles intensa e dissimulada campanha revolucionária e valem-se de alguns deles para a difusão do movimento na massa.

(4) Enquadramento da massa

Para a conveniente manipulação das massas, é necessário enquadralas, controlá-las e exercer sobre elas um completo domínio. Esse papel gigantesco e fundamental para o desenvolvimento da GR é reservado às chamadas "Hierarquias Paralelas", que são uma intrincada rede de orga-

nismos que se justapõem, clandestinamente, às hierarquias da ordem legal, em todos os setores de atividade, em todos os escalões, cobrindo todo o país. São estruturados em células, cujos componentes se infiltram nos órgãos e organizações existentes, após o que passam a esvaziar a autoridade constituída a tumultuar o seu funcionamento, a aliciar novos adeptos para a causa revolucionária e a pregar a subversão. Exercem controle cerrado sobre os indivíduos e os pressionam privando-os de sua vontade própria ao mesmo tempo que lhes apontam os caminhos da revolução. Criam as chamadas "Organizações de Fachada" com objetivos aparentemente sadios e montam, junto a elas, as mesmas células, com os mesmos objetivos, para, dessa maneira, cobrirem todos os campos, de modo a não escapar ninguém de seu controle. Dessa modo, o enquadramento vai se tornando mais efetivo e mais impiedoso à proporção que a rede de organismos vai se ampliando, até que o controle atinge a todos os indivíduos, quer no local de trabalho, quer na escola, quer no clube, quer no bairro onde reside, etc. Assim é que os comunistas, com solerte habilidade, valem-se dos órgãos dos poderes legais, das Forças Armadas, dos sindicatos, das organizações estudantis, das associações rurais, das sociedades esportivas, das chamadas frentes nacionais (de libertação, parlamentares, etc.), das associações pró-paz, das associações femininas, das organizações de juventude, das associações dos amigos de bairros, dos centros culturais, etc., aos quais justapõem suas células — do serviço de segurança, das organizações de massa, administrativas, do Partido, etc. — passando a influenciá-los ou controlá-los. Com tal organização convenientemente estruturada e rigidamente disciplinada, ficam em condições de, mediante a substituição dos detentores legais dos cargos pelos seus correspondentes comunistas das "Hierarquias Paralelas", exercerem o comando do país.

(5) Edificações de novas estruturas

Visa edificar a sociedade revolucionária. Para tal, organizam-se as "Bases de Apoio" que se multiplicam e dão origem às "Zonas Liberais", controladas pelos comunistas. Sobrevém então a queda do governo, seguida da formação de um novo governo, que normalmente não é comunista, mas sim controlado pelos revolucionários. A seguir implanta-se o novo regime e, por fim, ocorre a satelitização.

7. FASES

Costuma-se dividir a GR em fases, tão-somente para facilitar a sua compreensão não há rigidez em tal faseamento, uma vez que o processo revolucionário é contínuo e as fases, de acordo com as circunstâncias, muitas vezes se interpenetram e se superpõem. Admite-se que o processo revolucionário se desenvolve em três fases:

- conquista do apoio da população;
- preparo dos elementos para a ação em força (se necessário); e
- criação do clima revolucionário, derrubada do governo e do regime.

a. *Conquista do apoio da população*

Nesta fase desenvolvem-se as seguintes atividades:

(1) Criação de um núcleo de revolucionários profissionais — APPARAT — que se encarregará de dar partida à subversão e iniciar o processo revolucionário.

(2) *Infiltração e aliciamento*

Os comunistas infiltram-se nas organizações selecionadas — sindicatos, órgãos de ensino, associações estudantis, Forças Armadas, órgãos de divulgação, Partidos políticos, Congresso, Assembleias Legislativas, Poder Judiciário, órgãos governamentais, etc. — e são criados outros organismos para ampliar a ação subversiva. Desencadeiam uma campanha visando difundir a ideologia revolucionária na massa, a qual, valendo-se da técnica da impregnação psicológica, alicia novos adeptos que vão reforçar seus quadros e engrossar suas fileiras.

(3) *Enquadramento da população*

As massas, submetidas à técnica de aliciamento e à subversão desencadeada pelos comunistas, são progressivamente enquadradas e controladas pelas "Hierarquias Paralelas".

(4) *Verificação*

Objetiva constatar o grau de enquadramento alcançado, a eficiência do sistema montado, o estado de obediência das massas submetidas. A verificação é realizada através de campanhas de reivindicação de salários, memoriais, passeatas, concentrações, etc.

b. *Preparo dos elementos para a ação em fôrça* (se necessário)

Visa a montagem de uma organização apta para realizar a tomada do poder por meio de ações violentas, em fôrça.

As atividades mais características desta fase são as seguintes:

(1) *Seleção e preparo de líderes*

A seleção objetiva escolher indivíduos que possuam aptidões para comandar grupos que se empenharão em ações violentas. Esses líderes surgem naturalmente nos "quebra-quebras", nos tumultos, nas escaramuças com a polícia, etc.

O preparo é feito através de treinamento intensivo em curso realizado normalmente em países estrangeiros (Cuba, Tcheco-Eslováquia, Rússia, etc.);

(2) *Montagem e adestramento de uma organização paramilitar*

Para a montagem da organização paramilitar, valem-se os comunistas das "Hierarquias Paralelas", do PC e das organizações e associações de todos os tipos por elas já controladas.

O adestramento é realizado através de cursos especializados onde são formados os chamados "Grupos de Choque" e os "Guerrilheiros", aquêles destinados a operações em áreas urbanas e êstes nos meios rurais. Surgem as pequenas BASES, onde são preparados os guerrilheiros e estoca-se material bélico.

(3) Obtenção de material bélico

É alcançada principalmente através do contrabando e do desvio de armas e munições das Fôrças Armadas e das Polícias Militares.

(4) Verificação

Surge, outra vez, a necessidade de constar a eficiência da organização. Executam-se invasões de fazendas, destruição de plantações, sabotagens nos serviços de utilidade pública, motins, depredações, agitação, etc.

c. *Criação do clima revolucionário, derrubada do governo e do regime.*

Nesta fase os comunistas criam, artificialmente, com o emprêgo das técnicas já focalizadas, um clima de insatisfação e ansiedade no seio da população. Se já existem antagonismos internos, compete-lhes agravá-los, de modo a alcançarem um clima favorável à revolução. Tiram proveito de todos os problemas que surgem na vida da nação ou dos que foram criados por êles próprios. Procuram, por todos os meios, a desmoralização das instituições e das autoridades que as representam. Praticam a sabotagem, o terrorismo, impõem o medo, o pânico, a delação e geram a desconfiança no seio da população, que perde a confiança no governo e passa a temer o poder dos revolucionários. Dentro do atual pensamento soviético, busca-se, a seguir, a derrubada do governo e do regime e a satelização por meios pacíficos, quer através da vitória eleitoral — como ocorreu recentemente no Chile, sem êxito — quer através da provocação de medidas de suposta salvação nacional — Golpe de Estado, como o levado a efeito na Tcheco-Eslováquia, em 1948 — por meio de "Pressões de Cúpula e de Base". Não sendo possível a conquista daqueles objetivos por meios pacíficos citados, busca-se a vitória através dos meios violentos. Os comunistas chineses, à frente Mao Tsé-tung, não aceitam a viabilidade da tomada do poder sem o emprêgo da violência e, por tal razão, saltam aquelas etapas no processo de evolução da GR.

A etapa seguinte é a de ações militares, com o emprêgo da organização paramilitar montada e adestrada na fase anterior (preparo dos elementos para a ação em força, se necessário). Entram em ação os guerrilheiros e grupos de choque. A "Organização Político-Administrativa" (OPA) das "Hierarquias Paralelas" assume o controle de uma parte do território nacional e criam-se, assim, "Zonas Liberadas", onde procede-se à mobilização e organiza-se o "Exército de Libertação Nacional". Passa-se então à etapa das operações regulares, que diferem muito, das operações levadas a efeito pelos exércitos tradicionais. Quando a situação chega a esse ponto, freqüentemente ocorre a queda do governo, tal é o grau de desagregação da nação, sem que haja necessidade de ações específicas para derrubá-lo. Forma-se, então, novo governo, cujo poder fica nas mãos dos comunistas. Têm

inicio os já tradicionais "julgamento" dos líderes democráticos e dos chamados irredutíveis e passa-se, a seguir, às execuções em massa, às deportações, etc., com o propósito de "limpar" a nação dos "inseparáveis". Aproveitando-se da confusão reinante pela sucessão vertiginosa dos acontecimentos e diante da perplexidade da nação atemorizada, implantam o novo regime e, a seguir, impõem a satelização. É a vitória final.

8. CONCLUSÕES

- a. A GR é um tipo diferente das demais guerras porque, nela não há luta aberta entre exércitos. Na definição feliz dos franceses "a GR é uma guerra abstrata contra um inimigo invisível".
- b. Não se pode pensar em se opor a tal tipo de guerra com o emprêgo apenas das Forças Armadas da nação. Como vimos, a GR atua em todos os campos de atividade e explora, habilmente, as contradições internas existentes. Daí a necessidade de ações efetivas e permanentes, também e, principalmente, nos campos político, econômico e psicossocial, para remover os antagonismos e imunizar a população da propaganda insidiosa comunista.
- c. Há necessidade de um Serviço Nacional de Informações — em tão boa hora criado no Brasil — para localizar a subversão no seu nascedouro e propiciar condições ao poder legal de se contrapor a ela, quando ainda em seus estágios iniciais.
- d. Há necessidade do fortalecimento permanente, no âmbito do Exército, dos ideais de liberdade e democracia, objetivando mantê-lo infenso a toda e qualquer pregação — ostensiva ou subterrânea — da subversão comunista. Por outro lado, é impositivo — face à agressividade do expansionismo marxista-leninista — o conhecimento pleno, pelos quadros do Exército, do mecanismo, técnicas e táticas empregados pela GR, para melhor pressenti-la e localizá-la. Mas só isso não basta. É imprescindível manter quadros e tropa, permanente e convenientemente adestrados para se oporem à GR onde e quando ela se manifestar.

9. BIBLIOGRAFIA

- LUTA CONTRA A SUBVERSÃO — Ten-Cel José A. Vaquero — Tradução do Ten-Cel Art QEMA Jonas Correia Neto.
- GUERRA PSICOLÓGICA — Antonio Carlos Pacheco e Silva.
- A GUERRA REVOLUCIONÁRIA — Theodor Arnold — Tradução do Maj Eng Alílio Sebastião Mendes Vaz.
- A GUERRA REVOLUCIONARIA E A SUBVERSÃO COMUNISTA INTERNA-CIONAL — Cel Art QEMA Oswaldo de Araújo Souza.
- ASPECTOS DOUTRINARIOS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA — Maj Art QEMA Kleber Frederico de Oliveira.
- NE 3-65 — GUERRA REVOLUCIONÁRIA — ECENE
- 1/1.01.4 — GUERRA REVOLUCIONARIA E CONTRA-REVOLUÇÃO — ECENE.
- IV/1.23.1 — PANORAMA MUNDIAL — Nota Suplementar n.º 1 e 2 — ECENE.
- IV/1.24.3 — AGRESSÃO COMUNISTA — ECENE.

A DEFESA NACIONAL

(Recomendação)

Aviso n.º 99, de 21 de janeiro de 1947:

"Tendo em vista que A DEFESA NACIONAL vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Transcrito do Boletim do Exército n.º 4, de 25 de janeiro de 1947).

Em Aviso n.º 373-D/6 - GB, de 25 Nov 68, o Exmo Sr Ministro do Exército revigrou a recomendação acima — Vide a capa desta Revista.

O FAIBRÁS NA REPÚBLICA DOMINICANA

INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES EM MONTANHA E GUERRILHA

Gen Bda Carlos de Meira Mattos
e Oficiais do FAIBRÁS

(Continuação)

INSTRUÇÃO DE TIRO DE COMBATE

1. Generalidades

Considerando-se as características da Infantaria, seu modo de emprêgo, as missões que normalmente lhe são confiadas, surge como conseqüência lógica, a necessidade do conhecimento pelo Infante, do manuseio rápido e preciso de seu armamento, no inesperado do combate. Apesar disto, nas nossas Unidades, no Brasil, a Instrução de Tiro quase nunca atinge seu total rendimento, isto é, prende-se sómente ao Tiro ao Alvo à distância real, sem que a grande maioria da tropa, realize o Tiro de Combate. Visando superar essa deficiência em nossa formação profissional, procurou-se em São Domingos, acrescentar aos demais ramos de Instrução Especial, a do Tiro de Combate. Na preparação e organização da instrução, bem como na organização da Pista de Tiro de Combate, preocupou-se o Comando da Brigada, com a simplicidade, porém objetivando o máximo de praticabilidade e rendimento.

2. Finalidade

Sua principal finalidade foi assegurar, no âmbito da Brigada Latino-

Americana, um alto grau de ades- tramento e eficiência combativa de suas Unidades, por meio da prática intensiva do tiro de todas as armas do Btl em situações semelhantes à realidade do combate.

3. Conceito Doutrinário

Esta instrução possibilitou aos quadros e à tropa da Brigada, o aperfeiçoamento e conhecimento básicos sobre o Tiro de Combate, realizado no terreno, o adestramen- to do combate no tiro em progres- são ou de surpresa, completando assim, a formação do atirador pela aquisição de novos conhecimentos e técnica de emprêgo das armas.

4. Características da área de exercício

A região do exercício foi esco- lhida no interior da vastíssima área de instrução do Exército Domini- cano, que ofereceu todas as facilida- des à Brigada Latino-Americana. Estava situada a 30 km ao Norte da cidade de São Domingos, no local denominado Sierra Prieta. Sua enorme extensão, com as encostas da Sierra Prieta ao fundo, consti- tuindo-se em excelente pára-balas, prestou-se magnificamente para ês- te ramo de Instrução Especial, quer

no referente à segurança do tiro, quer na natureza do terreno para aplicação das instruções complementares previstas nas jornadas das Companhias.

5. Características do material empregado

Para confecção da Pista de Combate, o material utilizado foi muito variado, devido aos diferentes obstáculos existentes, sendo empregado em grande quantidade, o natural da região. A Brigada foi também apoiada pelo Exército Americano, através a "16th Gen Spt Gp", que forneceu toda a madeira e o papelão especial para a confecção dos espelhos dos alvos.

Utilizou-se ainda 180 sacos de areia na construção das barricadas para abrigar o homem ajoelhado, correspondente ao terceiro obstáculo da Pista de Tiro. Finalmente, nos obstáculos nove e dez, constituídos pela silhueta móvel, foram usados 8m de cabo de aço, 3 carretilhas metálicas e 30 m de cabo de campanha duplo, leve.

Assim sendo, o material empregado, foi de natureza mais simples possível e de baixo custo, complementando-se como o material natural da região, o que fosse necessário.

6. Pessoal participante

A Instrução do Tiro de Combate foi prevista, pela Nota de Instrução nº 005/LA da Brigada Latino-Americana, para o I/REsI e para o Batalhão Fraternidade. Pela mesma NI foram designados dentro de cada contingente os Oficiais e Praças para Instrutores e Monitores, formando uma equipe encarregada

desta Instrução, no âmbito da Brigada. Esta equipe ficou assim constituída:

Instrutor Chefe — 1 Cap. (do I/REsI, Brasil)

Instrutores — 5 oficiais (dois brasileiros — I/REsI e DsT Fzo. Nav. um paraguaio, nicaraguense e hondurenho)

Monitores — 5 sgts. (dois brasileiros, um paraguaio, nicaraguense e hondurenho).

7. Execução

a — Na montagem da Instrução foram previstas duas fases:

(1) 1ª fase —

(a) Instrução de Tiro de Combate

Passagem individual pela Pista de Tiro, de todos os atiradores do FAL e FAP.

Execução de tiro rápido de Pistola, pelos elementos dotados desta arma.

Execução do Tiro de Combate pelas peças de Can SR 106 mm e 57 mm, LRJ 3.5" e Mtr. 30, partindo de um ponto à retaguarda para a posição de tiro, realizando a entrada em posição a comando do respectivo chefe.

Execução do tiro com granadas de bocal, pelos granadeiros das Cias.

Lançamento de granadas de mão.

(b) — Instrução complementar

Maneabilidade dos grupos e peças, com deslocamentos e entrada em posição.

Orientação diurna e noturna.

Camuflagem.

Aproveitamento do terreno para progredir e atirar.

(2) 2^a fase —

Realização do Tiro de Combate por um Pelotão de Fuzileiros, dentro de uma situação tática simples.

Realização do tiro pelas Sec. Mrt. 81 das Cias. Fzo e pelo Pel. Mrt. 4-2 dos Btl.

b Normas de Execução

(1) Os atiradores do FAL e FAP executaram o Tiro de Combate, percorrendo uma pista composta de dez posições, sobre alvos fixos e móveis.

O percurso da pista em passo vivo, deveria ser feito no tempo máximo de 5 minutos por homens, executando em cada posição 2 tiros sobre o alvo correspondente.

A contagem de pontos foi feita baseada nos impactos nas silhuetas dos alvos, valendo 1 ponto cada; a exceção feita, aos alvos 7 (seteira) e 9 (silhueta móvel), que valiam 2 pontos. A apuração final feita dentro do Pelotão foi considerada juntamente com o tempo gasto no percurso, não podendo cada esquadra ultrapassar o previsto de 10 minutos e os grupos de 15 minutos, caso em que o Pelotão perderia 20 pontos no cômputo total.

Os alvos da Pista, tiveram suas medidas baseadas no RTAP e nas Instruções Preparatórias para o Tiro, da 1^a DI.

As dez posições da Pista, na ordem, foram assim organizadas:

Posição 1 — Construção de madeira e forma de telheiro.

Posição do atirador: deitado, arma apoiada.

Distância do alvo: 200 m.

Tipo de alvo, silhueta de cabeça com 50 cm x 30 cm.

Resultado obtido: a média apresentada nesta posição foi satisfatória com uma incidência de impactos de 50% dos tiros dados.

Observações: a posição apresenta o privilégio de sendo a primeira pista, ser ocupada pelo atirador completamente descansado, que, entretanto, sofrendo influência de fatores psicológicos, como o nervosismo, e tendo a preocupação de realizar todos os tiros no tempo visto, o faz com muita rapidez, com prejuízo da pontaria e, desta forma, o resultado é inferior ao índice normal que deveria apresentar (mínimo 60% dos tiros na silhueta).

Posição 2 — Construção de madeira simulando casa com janela.

Posição do atirador: em pé, arma sem apoio. Distância do alvo: 200 m.

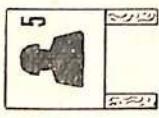
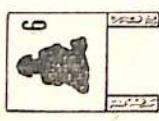
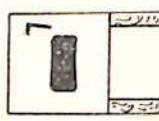
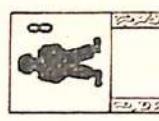
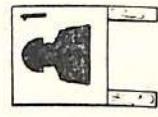
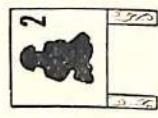
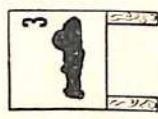
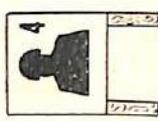
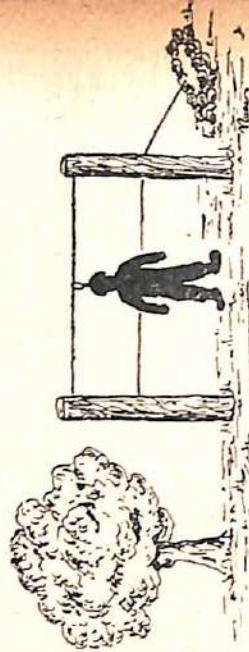
Tipo do alvo: silhueta de homem ajoelhado de 50 cm x 80 cm.

Resultado obtido: a incidência de impactos no alto apresentou um resultado correspondente a 60% dos tiros dados.

Observação: o tiro de pé com arma sem apoio é relativamente mais difícil que o anterior, mas o alvo se apresenta mais nítido e maior, oferecendo portanto melhor resultado no tiro. Na construção de uma Pista de Tiro, onde se possa contra com maiores meios, como molas por exemplo, seria interessante colocar-se uma posição ao inverso desta, isto é, com a casa na linha dos alvos e a silhueta surgiendo inesperadamente à janela, só a cabeça.

Posição 3 — Barricada com sacos de areia

Posição do atirador: ajoelhado com arma apoiada. Distância do alvo: 200 m.



Tipo do alvo: perfil de homem deitado com 150 cm x 30 cm x 25 cm.

Resultado obtido: 35% de impactos no alvo.

Observações: o tipo do alvo apresenta certa dificuldade para a pontaria rápida, mas a posição ajoelhada com arma apoiada compensa um pouco no resultado do tiro.

Posição 4 — Monte de pedras ..

Posição do atirador: deitado, arma apoiada ou não.

Distância do alvo: 200 m.

Tipo do alvo: busto com 50 cm x 50 cm.

Resultado obtido: 70% dos tiros dados incidiram no alvo.

Observações: posição e alvo oferecem facilidade para o tiro, nota-se porém, que o atirador já apresenta os primeiros sinais de cansaço.

Posição 5 — Abrigo para homem de pé.

Posição do atirador: de pé.

Distância do alvo: 150 m.

Tipo de alvo: silhueta de cabeça com 50 cm x 30 cm.

Resultado obtido: 80% dos tiros acertaram o alvo.

Observações: o único problema que se apresenta nesta posição é o tamanho do atirador em relação à profundidade do abrigo, sem contudo influir muito no resultado do tiro.

Posição 6 — Abrigo para homem deitado.

Posição do atirador: deitado

Distância do alvo: 150 m.

Tipo do alvo: silhueta de homem ajoelhado de 50 cm x 80 cm.

Resultado obtido: a média dos tiros acertados no alvo atingiu 85% do total.

Observação: pelo resultado obtido observa-se que esta posição não apresentou qualquer dificuldade aos atiradores.

Posição 7 — Árvore.

Posição do atirador: deitado ou ajoelhado.

Distância do alvo 150 m.

Tipo do alvo: retângulo em forma de seteira com 40 cm x 20 cm.

Resultado obtido: sómente 15% dos tiros atingiram o alvo.

Observação: nesta posição houve o mais baixo índice. O atirador devido a rapidez na execução dos tiros anteriores e as corridas feitas entre as diversas posições, chega a esta etapa ofegante e bem cansado, o que prejudica muito a pontaria sobre um alvo relativamente difícil pelas suas dimensões.

Posição 8 — Cérca

Posição do atirador: deitado.

Distância do alvo: 150 m.

Tipo do alvo: silhueta de homem em pé com 150 cm x 50 cm.

Resultado obtido: a incidência dos impactos no alvo, atingiu a média de 80% dos tiros dados.

Observação: esta foi outra posição que não apresentou qualquer dificuldade. O resultado foi muito bom.

Posição 9 e 10 — Boneco móvel

Posição do atirador: deitado.

Distância do alvo: 100 m.

Tipo do alvo: homem em pé com as dimensões normais, deslizando suspenso a um cabo de aço.

Resultado obtido: considerando-se os dois movimentos do boneco, o resultado final foi bom, apresentando uma média de acertos de 75%.

Observações: o boneco nesta posição apresentou dois movimentos, com velocidade de deslocamento um pouco diferente.

Inicialmente o atirador toma posição deitado atrás de um tronco realizando 2 tiros no deslocamento do boneco, da esquerda para a direita. Em seguida faz um roolamento tomando posição atrás do segundo tronco, dando mais 2 tiros sobre o boneco que, deverá estar se deslocando da direita para esquerda, com uma velocidade um pouco maior. Esta posição exige uma boa ligação entre a linha de tiro e a trincheira, onde se instala o elemento encarregado do movimento do boneco para fazer a sincronização deste com o momento em que o atirador chega e toma posição.

Utilizamos com bom resultado o telefone.

(2) Os atiradores de Pistola executaram, cada um, 6 (seis) tiros rápidos, sobre silhueta normal, em 15 segundos, a uma distância de 30 m valendo cada impacto na silhueta, 1 ponto.

(3) Para a metralhadora .30 foram previstas duas posições:

— à escolha do Chefe de Peça, fora do espaldão

— utilizando o espaldão tipo feradura.

Tipo de alvo: para ambas as posições foi utilizado o mesmo tipo de alvo, composto de duas silhuetas de homem deitado de frente e ajoelhado.

Distância do alvo: 150 m.

Execução: cada peça executou os seus tiros o comando do respectivo chefe, dando em cada posição 25 tiros sobre o alvo, valendo 1 ponto por impacto.

(4) As equipes de Lança Rôjões 3.5", constituídas do atirador e seu auxiliar, executaram 3 tiros, dentro do espaldão circular, contra alvo formado por monte de pedras, a uma distância de 150 m.

(5) Os granadeiros dos pelotões fizeram o tiro direto, com a arma apoiada sob o braço, contra um muro de pedra, situado a 150 m.

(6) Para as peças de Can SR 57 mm, foram previstos 3 tiros, sendo um sobre reparo e dois sobre o ombro do atirador e auxiliar, contra um alvo a 300 m em formato de viatura.

(7) O tiro de San SR 106 mm, foi realizado por peça e por Seção. Cada peça, separadamente, executou um tiro sobre uma carcaça de viatura a 600 m; em seguida a Seção, deslocando-se rapidamente até a posição de tiro, executou mais 4 tiros à mesma distância e sobre o mesmo alvo. Em todos os tiros, as peças estavam sobre viatura (jipe).

(8) Cada seção de mrt. 81, assim com o Pel. Mrt. 4.2, recebeu os alvos a serem batidos instantes antes da execução do tiro. O Pel. Mrt. realizou o tiro de seção e de Pelotão. Foi feito um concurso de tiro entre as diferentes Seç. de Mrt.

8. Resultados obtidos

Considerando esta a primeira vez que a tropa realizou esta modalidade de tiro, o resultado foi bom.

Todos os Pelotões de Fuzileiros fizeram seus tiros, quer na passagem pela Pista de Tiro, quer nas posições das armas coletivas no tempo previsto. O cômputo dos pontos apresentou uma média que não deixou dúvida sobre o elevado

rendimento desta Instrução na Brigada Latino-Americana.

9. Conclusão

Findo o período de Instrução Especial, quando todos os Contingentes, cumprindo a programação prevista, realizaram com seus quadros e suas tropas o Tiro de Combate,

baseado no resultado final, pode-se concluir, que, a Brigada Latino-Americana atingiu aquêle objetivo:

O de assegurar o mais alto grau de adestramento e eficiência combativa, complementando a formação do atirador e das equipes de tiro das diferentes armas e engenhos de infantaria, em condições muito próximas às do combate real.

FÔRCA INTERAMERICANA DE PAZ
BRIGADA LATINO-AMERICANA
SIEÇÃO DE TIRO DE COMBATE
QUADRO DE TRABALHO NO TERRENO

DIAS	MANHÃ				TARDE				NOITE			
	Pista de tiro	Orientação	Patrulha	Aproveitamento do terreno para progredir	Estande n.º 2	Maneabilidade	Aproveitamento do terreno para preverdir	Pista de tiro	Orientação	Patrulha	Estande n.º 2	Orientação noturna
D	INSTALAÇÃO DA CIA	TODA CIA.	TODA CIA.	TODA CIA.	TODA CIA.	TODA CIA.	TODA CIA.	TODA CIA.	TODA CIA.	TODA CIA.	TODA CIA.	TODA CIA.
D+1	—	—	—	TODA CIA.	—	—	—	—	—	—	—	—
D+2	PEL A	PEL G	PEL D	PEL B	—	—	—	PEL B	—	—	—	—
D+3	PEL C	PEL B	PEL A	PEL D	—	—	—	PEL D	—	—	—	—
D+4	PREPARATIVO PARA O REGRESSO	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.	REGRESSO DA CIA.

OBSERVAÇÕES 1 — No ESTANDE N.º 2 serão executados os tiros de PISTOLA — GRANADA DE BOCAL — MTR. 30 E LANÇA-AROJÃO.
 2 — As instruções previstas para a CIA devem ser ministradas no âmbito dos Pelotões.
 3 — O tiro de CAN SR 106mm, deverá ser realizado após o término do percurso da Pista pelo Pelotão de Petreiros.

SILVIO ANTONIO DE OLIVEIRA SANTOS
 Cap. Instrutor Chefe



FOTO — Execução do tiro de combate, posições n.º 1, n.º 2 e n.º 3



FOTO — Tiro do lança-rojão 3,5"

POR QUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vêzes mais do que o número de assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas; e
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vêzes, não chega senão através desta Revista.

- 2 — Se sua existência de 54 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército, em face de sua utilidade incontestável para as Classes Armadas.

ATO INSTITUCIONAL N° 5

Dada a importância de que se reveste esta decisão do Governo, a DN transcreve, na íntegra, o Ato Institucional n.º 5, bem como o Ato Complementar n.º 38, ambos baixados pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, no dia 13 de dezembro de 1968:

"Art. 1.º — São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2.º — O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras dos Vereadores por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dêle, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1.º — Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2.º — Durante o período de recesso, os senadores, os deputados federais, estaduais e os vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3.º — Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua

ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3.º — O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único — Os interventores dos Estados e municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercendo todas as funções e atribuições que caibam respectivamente aos Governadores ou prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4.º — No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos, federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único — Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5.º — A suspensão dos direitos políticos com base neste ato importa simultaneamente em:

1.º) cessação de privilégio de fôro por prerrogativas de função;

2.º) suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais;

3.º) proibição de atividades e manifestações sobre assuntos de natureza política;

4.º) aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança;

- a) liberdade vigiada;
- b) proibição de freqüentar determinados lugares;
- c) domicílio determinado.

§ 1.º — O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2.º — As medidas de segurança de que trata o item 4.º deste Artigo, serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa à apreciação de seu ato pelo poder judiciário.

Art. 6.º — Ficam suspensas as garantias constitucionais, ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade, assim como a de exercício de funções por prazo certo.

§ 1.º — O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste Artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das Polícias Militares, assegurados, quando fôr o caso, vencimentos ou vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2.º — O disposto neste Artigo e seu parágrafo 1.º, aplica-se tam-

bém nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7.º — O Presidente da República, em quaisquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Parágrafo único — Em caso de recesso do Congresso Nacional, fica dispensada a exigência contida no § 1.º do Artigo 153 da Constituição.

Art. 8.º — O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente no exercício de cargos ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único — Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á a sua restituição.

Art. 9.º — O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da revolução, as medidas previstas nas alíneas "b" e "e" do parágrafo 2.º do Artigo 152 da Constituição.

Art. 10 — Fica suspensa a garantia de "habeas-corpus" nos casos de crimes políticos contra a Segurança Nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 — Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 — O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data,

revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968."

O ATO COMPLEMENTAR N.º 38

"O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º — Nos termos do Artigo 2.º e seus parágrafos do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, fica decretado o recesso do Congresso Nacional a partir desta data.

Art. 2.º — O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968."

A DEFESA NACIONAL

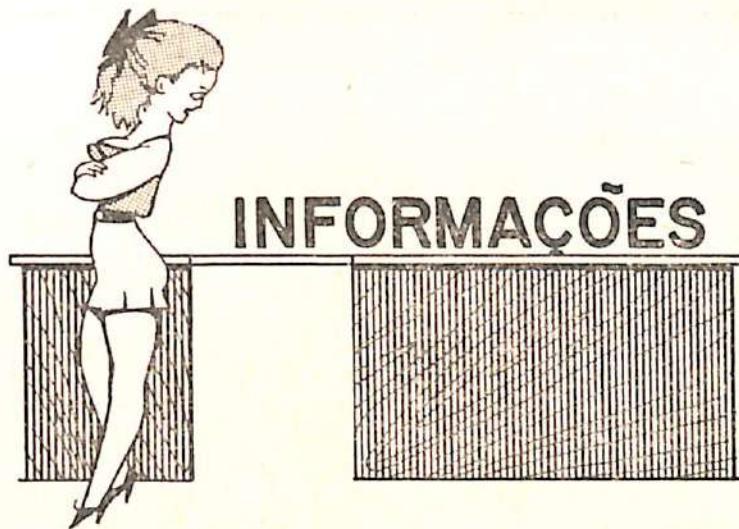
ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 5,00).

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não sómente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.



INFORMAÇÕES

A 3.^a BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA

ASPECTOS DE SUA ORGANIZAÇÃO E EMPRÉGO (*)

Cel Cav
CARLOS RAMOS DE ALENCAR

1. INTRODUÇÃO

Cumprindo determinação do Exmo. Sr. Diretor-Geral do Ensino, aqui estamos para focalizar, em largos traços, a organização e o emprego da Bda C Mec, no curso de Operações Militares e de Segurança Interna.

Para isso, tomamos por base idéias contidas nas *Instruções Provisórias* elaboradas, recentemente, por uma Comissão Especial da Diretoria de InSTRUÇÃO do Exército, de que fizemos parte, presidida pelo Gen Moacir Barcelos Potyguara e integrada, também, pelo Cel Waldo Chagas Nogueira. Tais IP já se acham aprovadas pelo Estado-Maior do Exército.

Antes de abordar, propriamente, o tema da Palestra, julgamos necessário tecer algumas considerações em torno dos seguintes pontos:

- Reorganização do Exército;
- Evolução dos meios bélicos e da doutrina;
- Emprego das Brigadas e Fôrças-Tarefas;
- Mecanização da Cavalaria.

(*) Palestra pronunciada para os Comandantes e Oficiais dos estabelecimentos de ensino, subordinados à Diretoria-Geral do Ensino, em 10 de janeiro de 1969.



3^a BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA



MARCO DE RENOVAÇÃO DO EXÉRCITO

a. Reorganização do Exército

A criação recente da 3.^a Bda C Mec, com sede em Bagé, substituindo a tradicional 3.^a DC, faz parte do *plano de modernização progressiva* das nossas GU, dentro das possibilidades econômico-financieras da Nação.

Tal plano se enquadra na política de *reorganização do Exército*, levada a efeito pelo Governo, tendo em vista:

- de um lado, tornar verdadeiramente *operacionais* as Unidades das diferentes Armas, reaparelhando-as com material adequado e instruindo-as dentro de doutrina consentânea com o atual Conceito Estratégico Nacional;
- de outro lado, simplificar o funcionamento da máquina administrativa, através de uma reforma nos métodos e processos burocráticos que elimine órgãos supérfluos ou com duplicidade de atribuições.

b. Evolução dos meios bélicos e da doutrina

As mais recentes campanhas militares têm evidenciado que os meios *blindados* e *mecanizados* continuam desempenhando, para o desfecho vitorioso dos conflitos, o mesmo papel predominante que exerceram durante a 2.^a Guerra Mundial. Daí porque buscam todos os Exércitos melhorar, cada vez mais, as características básicas das Unidades Blindadas e Mecanizadas — a *mobilidade*, a *potência de fogo* e a *ação de choque* (resultante essa última da soma da mobilidade das viaturas de combate com o uso do seu armamento no tiro direto e à pequena distância).

De modo especial, as preocupações maiores giram em torno do aumento da *mobilidade tática*, importa pelas exigências da dispersão e da rapidez das ações na guerra moderna. Assim, surgiram os transportes de pessoal blindado (TPB), viaturas anfíbias que transpõem com facilidade e em relativa segurança os cursos de água, bem como dispositivos que permitem aos CC cruzarem os vaus profundos, imersos, pelo leito dos rios (Fig. 1). São os projetores infra-vermelhos, proporcionando às guarnições das viaturas condições favoráveis de visibilidade nas ações noturnas, sem o acendimento de faróis.

Paralelamente, aperfeiçoam-se os meios de Comunicações, em especial os *rádios*, para permitir ao Comando perfeito controle e coordenação das operações.

Se não bastasse isso, criam-se, em diversos Exércitos, os Esquadrões de Cavalaria do Ar (à base de helicópteros), orgânicos de GU, para ampliar, ainda mais, as possibilidades do reconhecimento aproximado e afastado.



Fig. 1 — O Carro AMX 30 (francês), de 30 t, pode transportar imerso cursos de água com o máximo de 4 metros

No que se refere à *potência de fogo*, há progressos sensíveis no sistema de direção de tiro dos blindados e se prevê o uso de mísseis em lugar da munição convencional. Ao mesmo tempo, as armas anti-carros aumentam de potência e precisão, embora a mais perigosa delas continue a ser o próprio carro.

Intensifica-se, além disso, a cooperação entre as Unidades blindadas, mecanizadas, aeroterrestres e a Fôrça Aerostática (FAT). Pois, não se pode desprezar o apoio dos *meios aéreos* na guerra nuclear ou não nuclear (convencional), irregular ou revolucionária. Tais meios, cumprindo missões de reconhecimento, de apoio aéreo aproximado, de defesa aérea, de transporte de tropa e de suprimento, ou realizando a evacuação aeromédica, garantem pronto êxito às operações desenvolvidas em regiões distantes e isoladas.

Cumpre considerar no campo da *Logística*:

- a adoção de motores multicompostíveis (caso do C Bld Saladin, inglês), com possibilidades de consumir desde o óleo cru até os óleos vegetais;
- a tendência para a substituição dos poderosos CCM, M47 e M48 (EUA), em face do seu enorme consumo de combustível, pelos M60 (movidos a óleo diesel).

Enfim, os obstáculos que se apresentam às Fôrças Armadas no tocante ao problema do *reaparelhamento material* (que se mostra imperioso para o acompanhamento da evolução da doutrina) são, mais do que nunca, de ordem econômico-financeira.

Poucos países no mundo, talvez só as superpotências, podem pretender equipar os seus Exércitos, desprezando, inteiramente, os velhos carros, as viaturas blindadas sobre rodas e meias-lagartas ou os canhões auto-rebocados, de guerras passadas, os quais, até certo ponto, ainda podem prestar reais serviços, na paz e na guerra.

c. *Emprêgo das Brigadas e Fôrças-Tarefas*

A mecanização intensa dos Exércitos, acarretando uma massa considerável de meios no escalão Divisão⁽¹⁾ — GU tática por excelência — deu lugar à sua articulação em *Brigadas*: Mda I, Bda Bld (orgânica de DI e DB) e Bda C Mec. Essas Brigadas, que substituem os Grupamentos Táticos (GT), surgidos na 2.^a Guerra Mundial, sem organização definida, deixaram de ter a constituição binária e rígida de outras épocas, ainda que a organização de qualquer delas se assente no binômio Inf-Carros (ou Carros-Inf). Hoje, dispõem, também, de órgãos de reconhecimento, de apoio ao combate e de apoio administrativo.

Por sua vez, a ampla *iniciativa* é concedida aos Regimentos e Batalhões, em razão das características das operações (detalhes sobre a execução da missão, não devem constar das Ordens de Operações), levou as Brigadas a se organizarem para o combate em formações também flexíveis, denominadas *Fôrças-Tarefas* (FT). A posição dessas FT varia, evidentemente, com a natureza da missão a cumprir e com o desenvolvimento da situação. Os meios em CC, Fzo B, Cav, Art, Eng e os elementos de Serviços são atribuídos ou retirados, sem nenhuma parada para reajustamento do dispositivo. A *flexibilidade da organização* da FT assegura, pois, uma *flexibilidade operacional* correspondente.

d. *Mecanização da Cavalaria Brasileira*

Sabemos que a primeira condição a satisfazer por uma GU de Cavalaria, para bem cumprir as duas missões precípuas da Arma —

(1) A profundidade de uma DB, em estrada, é da ordem de 150 km.

Reconhecimento (Busca de Informes) e *Segurança* (particularmente Cobertura) — é a de ser mais móvel, ou seja, deslocar-se com mais rapidez, do que o grosso das tropas (Ex ou C Ex), para o qual trabalha. Desde que esse grosso se constitui de DI motorizadas, de DB ou de Unidades Blindadas, as GU de Cavalaria, à base dos RC hipo, não mais podem ser empregadas com proveito.

Ao mesmo passo, observa-se em nosso País o aumento contínuo da rede de estradas (rodovias e ferrovias); a expansão irrefreável da indústria automobilística, com possibilidades de fabricação de viaturas e motores, dos mais diversos tipos e destinos; enquanto a produção petrolífera (já atingindo os 200.000 b/d), com a exploração da plataforma continental, pode chegar, em futuro breve, à tão sonhada auto-suficiência.

Tudo isso, acrescido das dificuldades para a aquisição periódica de bons animais e das modificações que se processam no ambiente geográfico do Sul do País — onde já é comum ver-se gaúchos “parando o rodeio” em Jeeps e semeando o campo ou realizando as colheitas “montados” em tratores — parece justificar o início da substituição gradual da atual organização divisonária (a DC mista), constituída de elementos a cavalo, mecanizados e motorizados, de mobilidade e potência desiguais, por uma outra, mais homogênea, e, portanto, de mais fácil emprêgo em conjunto.

Uma GU que atenda às necessidades das Forças de Terra numa guerra em TO continental, a despeito da carência de recursos e prevariedades do sistema de transportes; que permita a absorção de novos equipamentos, sem necessidade de modificações profundas na sua organização, para atender a hipóteses de emprêgo em TO extracontinental; que se ajuste, quanto aos seus *efetivos* (em pessoal e material), à realidade nacional, podendo ser adotada desde o tempo de paz; que indique, afinal, a tendência para a qual terão de evoluir, em prazo razoável, as DC mistas e remanescentes.

2. ORGANIZAÇÃO DA BDA C MEC

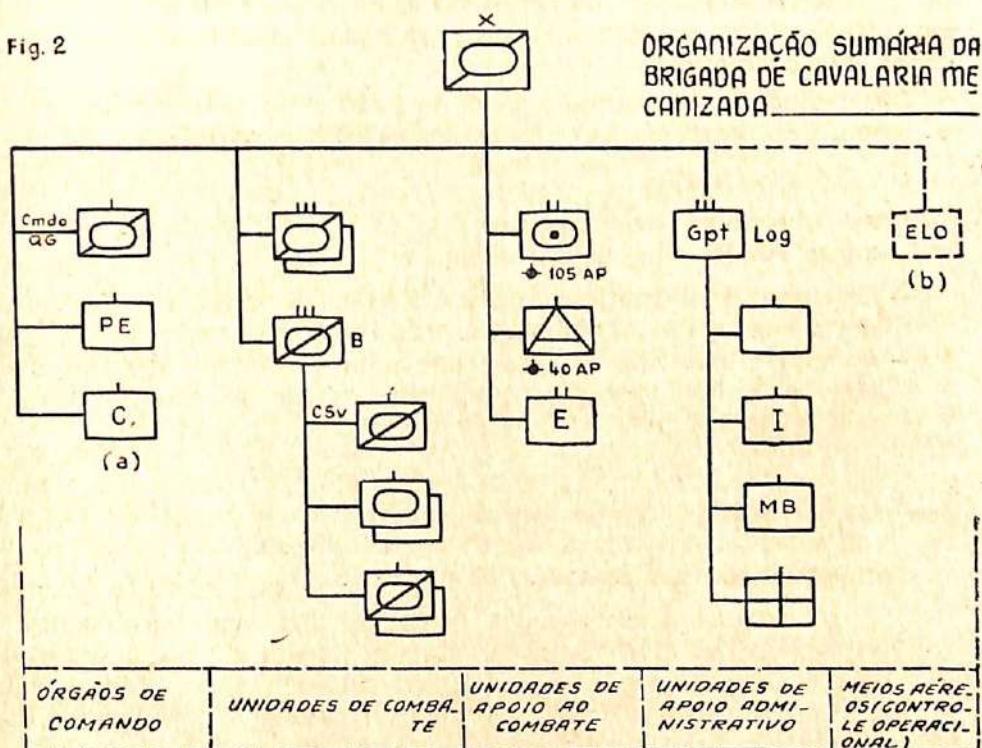
a. Organização Sumária

O EME houve por bem adotar a seguinte organização para a Bda C Mec (Fig. 2):

- Cmdo e Esqd do QG;
- 1 Cia PE;
- 1 Cia Com;
- R C Mec (organização semelhante à atual: 1 Esqd C Sv e 3 Esqd C Mec);
- 1 R C B (1 Esqd C Sv, 2 Esqd CC e 2 Esqd Fzo B);
- GO 105, AP (inicialmente, deverá utilizar material auto-rebogado);

- 1 Bia A Ae, Can 40, AP (idem);
- 1 BE Cmb, Blindado (o BE deve dispor, logo que possível, de 1 Cia Pontes);
- 1 Gpt Log (1 Esqd Cmdo, 1 Cia Int, 1 Cia MB e 1 Cia S). Deve ser prevista em tempo de guerra, a inclusão de 1 Cia Adm. O Gpt Log permitirá o apoio oportuno aos elementos de combate em qualquer situação;
- Eventualmente, 1 ELO (Esquadrilha de Ligação e Observação) agirá sob o controle operacional da Bda, aumentando, sensivelmente, as possibilidades de observação, regulação do tiro da Art, reconhecimento e ligações da Bda. A ELO proporcionará, também, apoio logístico limitado (transporte de tropa, de suprimento e evacuação aeromédica).

Fig. 2



Obs: (a) Tem a seu cargo, também, os suprimentos de material de comunicações e a manutenção, em campanha, do equipamento
 (b) Não incluída no efetivo da Bda; pertence à FAB

Fig. 2 — Organização Sumária da Brigada de Cavalaria Mecanizada

Observações:

- Tem a seu cargo, também, os suprimentos de material de comunicações e a manutenção, em campanha, do equipamento.
- Não incluída no efetivo da Bda; pertence à FAB.

b. *Confronto com outras organizações*

Cabe um rápido confronto da nossa Bda com a Bda C Mec norte-americana, constituída de:

- Comando e Esqd QG;
- 3 RC Mec (tem mais 1 Esqd CC e 1 Bia O, orgânicos de cada RC Mec);
- 1 Esqd de Cavalaria do Ar (c/helicópteros).

As Unidades de apoio ao combate e de apoio administrativo da Bda norte-americana, bem como os elementos de Carros e Fzo B, provêm da Reserva Geral; são postos à disposição da GU de acordo com a situação.

Verifica-se, assim, que essa Bda tem maior capacidade de investigação (3 RC Mec, bem mais potentes, e meios aéreos orgânicos), mas não é auto-suficiente do ponto de vista tático e administrativo, nem dispõe de um *RCB*, "ao pé da obra", para atuar nas fases decisivas das operações.

Observamos que importante papel do Esqd C Ar é desempenhado, na organização brasileira, em proporções reduzidas pela ELO.

c. *Possibilidades*

Como qualquer tropa mecanizada, as possibilidades da nossa Bda estarão condicionadas, sobretudo:

- ao tipo e qualidade das *viaturas blindadas* orgânicas (Carros de Combate, Carros Blindados, TPB, Obuzeiros, etc.);
- ao valor e natureza dos *meios de comunicações* de que forem dotadas as Unidades, principalmente *rádios* (a estação normal da Bda C Mec é em largas frentes).

Vejamos qual o material a utilizar, no momento:

- Os RC Mec estarão equipados com os velhos e rústicos CCL M3 e M3 A1, anteriores à 2.^a Guerra Mundial (até há pouco indisponíveis em sua maioria), e armados com canhão 37 mm.

Devidamente recuperados pelos Pq MM, sua mobilidade através-campo será razoável. Mas apresentarão sérias deficiências quando lançados em ações rápidas e sobre objetivos profundos (pequeno raio de ação) ou quando o inimigo dispuiser de meios blindados e armas anticarros em número apreciável (fraca blindagem).

- No *RCB*, principalmente elemento de força da Bda, os dois *Esqd CC* utilizarão, de início, em vez de Carros médios, os mesmos CCL, série M3, dos RC Mec (2). Terão, assim, sua capacidade ofensiva bastante limitada. Conseqüentemente, estará, também, enfraquecida a defesa AC da GU.

(2) A atribuição de CCL, armados com Canhão 75 e 76mm (como os M41), seria uma solução a considerar.

Já os dois Esq Fzo B, dotados de TPB M-113, rápidos e versáteis (ainda que de manutenção complexa e delicada), poderão cumprir quaisquer missões à altura. Suas guarnições acompanharão, de perto, embarcadas, a progressão dos Carros, prontas para neutralizar ou eliminar os obstáculos e resistências surgidas; eventualmente, quando forçadas a combater a pé, contarão com o apoio imediato das mtr .50 das próprias viaturas.

- Quanto aos *rádios*, as perspectivas são, de certo modo, favoráveis para que, dentro de um prazo nunca inferior a dois anos, as nidades sejam equipadas com material realmente eficiente e em quantidade compatível.

3. MISSÕES

Aprecemos, sucintamente, as diversas missões afetas à Bda C Mec:

a. *Missões precipuas*

- 1) *Reconhecimento* (Busca de informes), de *zona* ou de *área*. É uma missão a ser cumprida em qualquer fase das operações, antes mesmo de tomado o contato com o inimigo.

O reconhecimento de *eixo* cabe a escalão menor (R C Mec).

2) *Segurança*

Compreende:

- Cobertura, da frente ou dos flancos do Ex (C Ex), no curso de uma ação ofensiva, defensiva ou de movimento retrógrado.
- Fechamento de brecha (ligação entre duas GU), durante o combate ofensivo ou defensivo, tendo em vista economizar meios do escalão superior. Indiretamente, é uma cobertura do flanco de ambas as GU.
- Vigilância (Contra-reconhecimento). Missão executada por meio de uma cortina móvel ou fixa, conforme o Ex (C Ex) se ache em deslocamento ou estacionado. A ação limita-se a informar e manter o contato; não há idéia, como na cobertura, de ganhar tempo (durar) em uma ou mais linhas do terreno.
- Segurança de uma área da retaguarda, para atenuar efeitos de ataques aeroterrestres ou de forças aerotransportadas, preservá-la contra atos de sabotagem ou neutralizar ações de guerrilhas contra nossas tropas, instalações militares importantes e pontos críticos das vias de transporte. Comporta a destruição do inimigo, a vigilância e guarda de pontos sensíveis e o controle da população local.

Cumpre lembrar, a propósito, que as missões de *Reconhecimento e Segurança* se completam. A unidade que cumpre uma missão de Reconhecimento está proporcionando, também, Segurança.

b. *Missões eventuais*

1) Combate ofensivo e defensivo, seja no desempenho de suas missões precípuas (caso normal), seja para economizar meios do escalão superior em uma frente secundária da zona de ação.

Nas ações ofensivas, o RCB faz parte, reunido ou não, do escalão de ataque. Nas ações defensivas, a Brigada realiza, normalmente, a defesa móvel, mantendo o grosso do RCB em reserva para os contra-ataques.

2) Aproveitamento do êxito de outras GU e Perseguição (a Bda C Mec deve ser convenientemente reforçada para atuar como força independente, na destruição ou captura do inimigo em retirada).

3 Participação em operações especiais (reconhecimento ou ataque noturno, transposição ou defesa de curso de água, combate em localidades, ações contra forças irregulares).

A doutrina de guerra convencional se aplica, com algumas modificações, nas *ações antiguerrilhas*, as quais abrangem, afora as operações de combate, o controle de localidades, a segurança das vias de transporte, a escolta de comboios, a vigilância de áreas e as operações aeromóveis. A estreita afinidade porventura existente entre os guerrilheiros e a população civil exigirá, paralelamente, a adoção pela Brigada de medidas relacionadas com a Segurança Interna e a execução de programas de Ação Cívica Militar.

c. *Segurança Interna e Guerra Fria*

A Bda C Mec é, ainda, apta para cumprir missões de:

1) Manutenção de ordem interna (ações repressivas), em complemento à ação das Forças Policiais, nos Estados da Federação e Territórios.

O Plano de Emprêgo da Brigada (PAR) deve cogitar, desde a simples "demonstração de força" e a ocupação de pontos sensíveis, até a eliminação de distúrbios civis (dispersão de multidão, redução de barricadas) e destruição de focos de guerrilheiros.

2) Cooperação com os governos estaduais e dos Territórios nas situações de calamidade pública.

Tal cooperação consiste, para a Brigada, em participar das operações de apoio e socorro às populações flageladas. O problema está intimamente ligado à Defesa Civil do território nacional, pelo que a responsabilidade pelo planejamento e ação dos diversos órgãos da Administração Pública (incluindo a execução de trabalhos permanentes contra as sécas e inundações) cabe ao Ministério do Interior.

3) Policiamento de áreas conflagradas, mesmo em território estrangeiro, sob o controle ou não de entidades supranacionais (ONU, OEA).

A Brigada poderá, em tal caso, integrar uma Fôrça de Manutenção de Paz, destinada a assegurar a ordem, durante determinado período de tensão política, o que implicará, quase sempre, no controle de uma área, na execução de ações contra fôrças regulares e em operações de Segurança Interna.

4. EMPRÉGO TÁTICO

a. Dispositivo

A Bda C Mec adota, normalmente, para a execução de suas missões normais o dispositivo em *largura*: 2 R C Mec em 1.^º escalão e RCB em reserva.

Tais Unidades se articulam, como já vimos, em *Fôrças-Tarefas*, quer no âmbito regimental, quer no das subunidades.

O núcleo das FT tem por base elementos de Carros e de Fzo B.

Podemos ter, por exemplo, uma FT de *R C Mec*, com a seguinte constituição:

- R C Mec (— 1 Esqd C Mec);
- 1 Esqd CC;
- 1 Esqd Fzo B;
- 1 Bia O, AP;
- Pel E Cmb (ou Cia);
- Sec Art A Ae (Can 40, AP).

Já os *Esqd C Mec*, como FT, poderão constituir-se de:

- 1 Pel CC, 1 Pel Fzo B e elementos E Cmb.

Da mesma forma, uma FT de *RCB* assim poderá organizar-se:

- RCB (— Esqd CC e 1 Esqd Fzo B);
- 1 Esqd C Mec;
- 1 Bia O, AP;
- Pel E Cmb (ou Cia);
- Sec Art A Ae (Can 40, AP).

No âmbito do *RCB*, quando não são constituídas as FT, os *Esqd* devem atuar *reforçados*:

- Esqd CC (+ 1 Pel Fzo B);
- Esq Fzo B (+ 1 Pel CC).

Só em casos excepcionais uma ou outra subunidade será empregada isoladamente.

b. Fundamentos

A Bd aC Mec, como verdadeira *GU blindada leve* que é, pode operar sem reforços em ações que não exijam esforços continuados e potentes.

Seus princípios básicos de emprêgo são, em síntese, os mesmos da DB:

- *surpresa* (atuação em direções e horas inesperadas, dissimulação, rapidez de ação e potência dos meios empregados);
- *massa* (aplicação do máximo poder de combate em ponto vulnerável do dispositivo inimigo, quase sempre num flanco ou na sua retaguarda);
- *impulsão* (rapidez e continuidade da progressão até o objetivo final, a despeito dos obstáculos, resistências inimigas e condições atmosféricas adversas — o que implica em agir com espírito agressivo, iniciativa e audácia, sempre mediante planos e ordens simples).

No que se refere à técnica de progressão, vale dizer que o avanço em *massa* no ataque (ou no reconhecimento em força), embora sendo a regra, nem sempre se mostrará aconselhável. Se a reação inimiga for violenta ou o terreno difícil, a progressão deve ser feita por *lanços* (processo do fogo e movimento), no âmbito das subunidades.

Caso os CC não possam integrar, momentaneamente, o escalão de assalto, devido ao terreno impraticável, devem apoiá-lo pelo fogo, através do *tiro direto* — jamais permanecendo imobilizados, à retaguarda, ou atuando como Artilharia.

Quanto às formações de combate da Brigada (coluna e linha), emprêgo da reserva (só até Regimento), escalonamento dos órgãos de comando (PC e Trens), coordenação do apoio de fogo (CCAF) e características do apoio logístico (cercado, contínuo e flexível), nada há a ressaltar em particular.

5. CONCLUSÃO

- Resumindo tudo quanto acabamos de expor, podemos dizer que a *Bda C Mec* é uma nova GU, mais potente, mais móvel, mais versátil e, portanto, mais apta a cumprir as clássicas missões da Arma — Reconhecimento e Segurança — do que a atual DC mista.
- Sua estrutura, adotada a título experimental, se assenta em nossas reais possibilidades e na experiência de outras Fôrças Armadas. Se o material de que foi dotada, no momento, não permite que a sua eficiência operacional seja a ideal, nem por isso esta deve ser menosprezada. Pois nenhum material, por mais poderoso que seja, levará, por si só, um Exército à vitória. É o que a história comprova.

Atentemos para a campanha de 1967, no Oriente Médio, onde o Exército Egípcio — dispondo de 2 DB, 5 Bda Bld e 12 GO, AP, e equipado com moderno material russo — foi derrotado fragorosamente, em poucos dias, por fôrças de Israel numéricamente inferiores. As razões da "debâcle" supreendente, ainda estão sendo discutidas. Mas é incontestável que elas residem, em particular, no *elemento humano*, ou mais precisamente:

- na falta de disciplina intelectual dos diversos escalões de comando;
- no baixo estado moral da tropa;
- na falta de flexibilidade das formações de combate;
- na falta da adaptação de uma doutrina estrangeira às condições intrínsecas do TO (terreno, clima, fatôres sócio-econômicos, etc.).

Viu-se, na citada campanha, a utilização, no deserto, de viaturas anfíbias, herméticamente fechadas, em regiões desprovidas de cursos de água, incapacitando suas guarnições pela asfixia e insolação; a distribuição, sem finalidade, de equipamento especial para neve e de seções de pontes; de carros pesados, lentos e sem ventilação, próprios para o combate sob condições nucleares, pelo que se tornaram prêsa fácil de granadas AC e lança-rojões; a centralização constante e indiscriminada do tiro da Art, inclusive em ações que exigiam a máxima rapidez por parte dos executantes; o emprêgo condenável de CC entrincheirados, facilmente desdobrados ou postos fora de combate; o deslocamento freqüente de DB e Brigadas, em comboios, convidando às emboscadas mortíferas em pontos críticos dos itinerários.

- Eis um quadro que não pode ser perdido de vista. Estamos certos de que os oficiais e praças da nova Bda C Mec, surgida sob os melhores augúrios, devidamente instruídos, aparelhados e imbuídos do mesmo ideal, do mesmo espírito de sacrifício, de desprendimento, de audácia e de iniciativa — que caracterizou a Cavalaria a cavalo, de Osório e de Andrade Neves saberão manter o prestígio inconfundível das tradicionais DC no seio do nosso Exército e das Fôrças Armadas no continente sul-americano.

REPRESENTANTE!

1. Prestigie sua Revista, divulgando-a ao máximo em sua Unidade e angariando novas assinaturas. O valor de A DEFESA NACIONAL é muito superior ao de sua assinatura. Ela contém matéria sempre de interesse para os Quadros do Exército. São 54 anos a serviço da cultura militar.

2. FAÇA A REVISTA CAMINHAR. Caso um assinante tenha sido transferido, encaminhe seu exemplar diretamente a ele e comunique-nos o novo endereço, para a devida alteração em nosso fichário. Evitará, assim, que o assinante transferido receba sua Revista com grande atraso, ou mesmo não a receba, e poupará trabalho à nossa reduzida Seção de Expedição.

3. Verifique na Tesouraria de sua Unidade:

- a) Se há assinante em débito com a Revista;
- b) Se o pagamento das assinaturas está sendo feito em dia;
- c) Se o desconto em fôlha foi atualizado (NCR\$ 5,00 de uma só vez ou NCR\$ 2,50 em 2 vêzes).
- d) Se as quantias destinadas ao pagamento das assinaturas estão sendo remetidas pelo correio em vale postal ou valor declarado e pelo Banco do Brasil com a declaração de pagável na Agência Central do Banco do Brasil, Estado da Guanabara;
- e) Se as despesas de remessa do valor das assinaturas estão correndo, como devem, por conta do assinante e não por conta da Revista. Nossa preço já é muito baixo para que a Revista possa suportar mais esse ônus.

4. Finalmente, estimule os jovens oficiais para que remetam seus trabalhos de natureza profissional. Poderão servir de valioso subsídio aos Quadros do Exército.

A DIRETORIA



AÇÃO CÍVICA MILITAR

PROGRAMA DE COLONIZAÇÃO DE UMA GUARNIÇÃO DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA

HELIO BORBA, DO GEF
Cap Cav

1 — Antecedentes

Fui honrado pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército, com a missão de freqüentar o Curso de Ação Cívica Militar, na Escola das Américas, Forte Gulick, Zona do Canal do Panamá. Retornando ao GEF, após completar o referido curso, iniciei estudos de como poderia aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos no Panamá.

De imediato, surgiram dois programas da mais alta importância, na região amazônica:

1.º Programa — Estudo sócio-econômico e planejamento, visando o desenvolvimento comunitário, na área dos Pelotões de Fronteira, subordinados ao GEF.

2.º Programa — Planejamento de projetos de ação cívico-militar em localidades que não fôssem sede de Organização Militar.

Foi considerado como prioritário, o primeiro programa, por agir em área estritamente militar e pela necessidade premente de incutir bases comunitárias, às populações civis e militares que gravitam em torno dos Pelotões de Fronteira. Estas populações giram em média, em oitocentas almas.

Apresento aos companheiros, que tiverem a paciência de ler êste documento, o estudo sócio-econômico realizado naquela Organização Militar e, após, o planejamento montado em função dos dados levantados neste es-

tudo, visando a colonização e desenvolvimento comunitário da localidade de Estirão do Equador.

Com êste trabalho, presto uma homenagem ao Comandante e a Tropa em geral, que com seu sacrifício e alto espírito de abnegação, na fronteira da Amazônia, procuram realizar uma obra gigantesca, qual seja a povoação e colonização de uma área até bem pouco tempo desabitada. Lutam com sérias dificuldades, porém, com o alto espírito de dedicação ao dever, vão vencendo, pouco a pouco, os obstáculos, elevando bem alto o nome de nosso Exército, colaborando anônimamente para a integração da Amazônia, ao restante do Brasil. Poderíamos dizer, sem medo de erro, que estes companheiros, são os bandeirantes do Século XX.

2 — Estudo sócio-econômico da região de Estirão do Equador, sede do 9.º Pelotão de Frenteira

a — Localização

Localizada à margem direita do rio Javari, fronteira com o Peru. Estende-se numa área aproximada de 3.000 metros, por 400 metros. Apresenta uma topografia irregular, com elevações baixas, tendo raros locais planos. Região apertada entre o rio e a densa floresta amazônica. Seu solo é aparentemente fértil, porém praticamente inexplorado. O aspecto da geografia da área, particularmente a vegetação densa, exige um grande esforço da população para tirar seu sustento da terra.

b — Clima

Tropical superúmido, com temperaturas elevadas e calor

intenso, por vezes insuportável. Grande índice pluviométrico, sendo a época que mais chove no ano, a compreendida entre novembro e fevereiro. A temperatura elevada traz grande apatia à população, sendo o homem da região, totalmente despido de qualquer ambição de melhora do seu padrão de vida.

c — Economia

(1) Generalidades

A região é totalmente nula econômica. Depende para sua sobrevivência da ajuda de Manaus. O local apresentado é área militar de interesse à Segurança Nacional, fazendo a vigilância da fronteira NW do Brasil. Há intenção do Exército de criação em Estirão de uma Colônia Militar, para incremento da agropecuária, não tendo sido realizada a obra por falta de meios e estrutura.

(2) Agricultura

Praticamente nula na região. Existe uma pequena plantação de abacaxis e, de raro em raro, semeia-se macaxeira para consumo dos porcos. Foi tentada uma colheita de milho, sem resultado.

(3) Matérias-primas

A matéria-prima da região seria a extração de madeira e seu beneficiamento ou, venda em bruto, no entanto nada é feito neste particular, não possuindo na área, uma serraria.

Outra grande fonte, seria a caça e a pesca orientadas para o benefício comum.

(4) Comércio e indústria

Depende Estirão do Equador de um Armazém Reembolsável,

explorado pelo 9.º Pel Fron e dos regatões que percorrem o rio Javari.

A indústria seria a extrativa, porém, inexplorada. Não há incentivo orientado à produção.

(5) Finanças

A estrutura financeira é extremamente limitada, reduzindo-se no presente, exclusivamente, ao movimento do Armazém Reembolsável.

(6) Transportes e telecomunicações

A região é ligada aos centros maiores, por hidrovia perfeitamente explorável. É ainda atendida com um vôo semanal da FAB, que aquatiza no rio Javari, com seus hidroplanos, tipo "Catalina".

A COMARA (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica) está construindo um campo de pouso, próximo à área, havendo, no entanto, necessidade de ser feita uma ligação terrestre, através da selva, para aquele campo.

(7) Trabalho

A mão-de-obra é a militar, não especializada, afeita à labuta na selva. Principais recursos, em mão-de-obra especializada: carpinteiros, aprendizes de mecânico, práticos em navegação, correeiro, barbeiro, construtor naval prático.

Há um número reduzido de civis na área, em relação aos militares. Poderão ser utilizados em obras comunitárias.

d — Aspectos Sociais

(1) População

Aproximadamente de 750 almas. Composta a maioria de famílias dos militares em serviço no 9.º Pel Fron.

Distribuída numa pequena área em torno do aquartelamento, entre o rio Javari e a floresta. Baixo índice social e físico. Padrões morais não muito acentuados. Homogeneidade cultural de índices muito baixos. Não existem áreas de fricção. Costumes idênticos aos demais da Amazônia.

(2) Religião

A religião predominante, é o catolicismo, o que não exclui a crença no espiritismo. Existe um templo católico de alvenaria.

A religião influí no tratamento de algumas doenças, que não dispensam os famosos "rezadores".

(3) Informação Pública —
Não existe na região.

(4) Educação

Há apenas um Grupo Escolar de ensino primário, bastante deficiente por inexistência de professoras primárias formadas e, ainda, por falta de material escolar.

O prédio em que funciona o Grupo, é de madeira e encontra-se em precárias condições de conservação. As carteiras são velhas e bastante usadas.

(5) Saúde e Estado Sanitário

Influência dos fatores ambientais: o clima por suas variações bruscas proporciona o aparecimento, por surtos, de afecções do aparelho respiratório. A água, altamente contaminada por microparasitas, larvas e ovos, determina o grande número de infestações parasitárias. O alto grau hidroscópico do ar, conjuntamente com a não potabilidade da água, favorece o aparecimento de reações dermatológicas. A alimentação, quase

que exclusivamente à base de conservas, ocasiona grande número de gastrites pois tais produtos contêm preservativos químicos, que quando ingeridos durante longo tempo, causam as perturbações acima e, ainda, algumas intoxicações. O consumo de carne e peixe salgado, é largamente difundido, trazendo, em consequência, quando as mesmas não são bem salgadas, graves intoxicações. Existem focos de hepatite, não identificados. A falta de alimentação qualitativa, produz subnutrição.

(6) Bem-Estar

Não há um plano de bem-estar social.

3 — Plano de ação para os trabalhos de colonização na área do 9.º Pelotão de Fronteira

a — Generalidades

Após estudo detalhado da região, conclui-se que o melhor sistema de trabalho para o Pelotão, é o tipo cooperativista, em que todos trabalham em benefício do grupo e, assim sendo, com o desenvolvimento da coletividade, estão sendo aumentados os padrões individuais. Exemplo característico, deste tipo de trabalho, em condições mais difíceis que a área estudada, temos nos seus primórdios, os "Kibutz" do Estado de Israel, quando ainda possessão da Inglaterra. Fizeram com o esforço conjugado de grupos de famílias, florescer uma região desértica. No caso do 9.º Pel Fron, a situação é bem outra, pois a Natureza tudo lhes oferece em estado latente, basta que a explore. Inicialmente, com seus próprios meios, poderão fa-

zer bastante; posteriormente, com maior ajuda do GEF e outros órgãos, poderão ampliar em muito, seu campo de ação.

b — Problemas Existentes

(1) A agricultura é praticamente nula na região

(2) Não há extração de madeira para venda ou beneficiamento

(3) Não há caça e pesca, orientada para o benefício comum

(4) As residências dos militares da região são precárias em sua apresentação externa e nas condições mínimas de higiene que deveriam possuir, mais por desconhecimento das medidas sanitárias necessárias à conservação da saúde.

(5) Há grande incidência de doenças causadas por ausência de medidas sanitárias por parte da população, má alimentação e as causadas pelo meio ambiente.

(6) Não existe um Plano de Bem-Estar Social para a população local.

(7) O ensino na região é deficiente, tendo em vista não haver professoras normalistas para orientar o aprendizado. Há falta de material escolar.

c — Plano a ser executado

Face aos problemas existentes e, tendo como idéia básica, o aproveitamento únicamente, no início, dos recursos atuais da região, foi montado o seguinte plano de ação, que deverá ser executado pelo Cmt do 9.º Pel Fron e informado ao GEF os resultados parciais obtidos e as falhas encontradas, para que se-

jam feitas as necessárias adaptações:

(1) Criação de uma equipe de caça e pesca, com cinco homens. O produto apurado será vendido por preços minimos, necessários à manutenção de equipamentos, combustível para a lancha e pagamento de uma percentagem ao Soldado reformado que chefiará a equipe. O Pelotão utilizará para este mister a lancha Juruá e um batelão construído na própria OM.

(2) Criação de uma equipe de agricultura com oito homens, que fará inicialmente o desmatamento de uma área para este fim e após, iniciará o plantio, organizando uma horta, um pomar e plantação de leguminosas necessárias à alimentação. Referido produto será vendido por preços que permitam a auto-suficiência d'este setor.

(3) Para manutenção da criação animal existente, será criada uma equipe com três homens.

(4) Criação de uma equipe de reparação e construção das residências dos militares da área, utilizando-se para tal, unicamente os recursos da selva amazônica. A partir desta obra, tais residências passarão a ser propriedade da comunidade, que se responsabilizará pela sua conservação e manutenção. Deverão ser observadas condições mínimas de higiene nestas residências a construir ou reparar.

(5) Criação de uma equipe de corte de madeira para aproveitamento nas obras do Pelotão, ou venda.

(6) Criação, dentro das famílias dos militares, de uma orga-

nização de senhoras, que executarão trabalhos atinentes ao seu labor, em beneficio do grupo. Serão aproveitadas estas reuniões para esclarecimentos sanitários às famílias, bem como para adoção de medidas para melhoria do estado de higiene da população.

(7) Fica autorizado o Cmt Pel a criar novas frentes de trabalho de acordo com as necessidades e suas observações pessoais, devendo no entanto, o GEF ser informado a respeito, para atualização do presente plano.

(8) Deve ter em mente, o Cmt Pel, que as presentes obras acima especificadas, são comunitárias, logo os possíveis lucros auferidos, deverão reverter em novos benefício à comunidade, ou ampliação dos já existentes.

d — Direção

Por se tratar de OM, caberá ao Cmt Pel a direção do sistema cooperativo, tomando as decisões necessárias ao seu funcionamento, bem como aplicando sanções, visando corrigir erros.

Cada atividade deverá ter um gestor, que em princípio será Oficial ou Sargento.

e — Componentes

Todos os militares em serviço no Pelotão, serão componentes da cooperativa em caráter obrigatório, uma vez que usufruirão seus benefícios e por se tratar de um ato de serviço. As famílias de militares, os civis e seus familiares, também deverão pertencer a cooperativa, sob pena de lhes ser vedado usufruir seus benefícios.

"Tudo pela Fronteira"

ASSEMBLÉIA-GERAL DA DEFESA NACIONAL

Em 13 de dezembro de 1968, foi decidido pela Assembléia-Geral, modificar o Art 31 dos Estatutos, extinguindo o cargo de Diretor-Geral e criando os de Diretor Administrativo e Diretor Tesoureiro, para os quais foram eleitos por aclamação, o Gen Div R-1 JOÃO GAHYVA e o Ten-Cel (Ref) JOÃO CAPISTRANO MARTINS RIBEIRO.

Foi exonerado, a pedido, do cargo de Redator, o Ten-Cel Art Dávio Ribeiro de Farias e eleitos para o mesmo cargo o Ten-Cel Prof Pedro Wandeck de Leoni Ramos e o Ten-Cel Inf Brasil Ramos Caiado Filho.

Na mesma ocasião, foi decidido ainda, nomear uma Comissão constituída pelo Gen Div R-1 João Gahyva, Cel Art José de Sá Martins, Ten-Cel Prof Pedro Paulo Wandeck de Leoni Ramos e Ten-Cel (Ref) João Capistrano Martins Ribeiro, para proceder à revisão dos Estatutos.

OPERAÇÃO TRANSPORTE — VIATURAS PARA O IV EXÉRCITO

VIATURAS MILITARES BRASILEIRAS

RELATO-VIAGEM S. PAULO-BELEM-BRASÍLIA

Uma equipe de militares do DRMM/2 (Depósito Regional de Motomecanização da 2.^a RM), chefiada pelo seu Diretor, Major Ney Piedade Fleury, realizou uma viagem denominada "Operação Transporte de Viaturas para o IV Exército (Recife — PE), a pedido do próprio DRMM/2, com aprovação do DPO — Departamento de Produção e Obras do Ministério do Exército.

Além da viagem, a operação destinava-se a testar as viaturas de fabricação brasileira para o Exército.

Após o cumprimento da missão principal, prosseguiu a equipe em viagem para o NE e N até Belém, com regresso pela Rv Belém-Brasília.

Observação: O pessoal empregado, pertencente ao DRMM/2, encontrava-se em gozo de férias regulamentares, exceção feita aos soldados.

1.^a PARTE — FASE PREPARATÓRIA

Durante a fase preparatória foi mantido contato com 40 laboratórios farmacêuticos da Capital paulista, que doaram grande quantidade de medicamentos, levantada pelo médico que nos acompanhou,

prevendo não só a possibilidade de prestar apoio à população de certas localidades como também o atendimento a elementos da coluna, caso fosse necessário diante de doenças ou acidentes. Todos os componentes foram vacinados contra febre amarela e dos que prosseguiram na 2.^a fase, receberam medicação preventiva contra a malária.

Após o regresso, todos os participantes da 2.^a fase submeteram-se a tratamento específico preventivo contra a filariose (elefantíase) doença que surge no Pará, com caráter endêmico.

1.^a ETAPA — Pessoal participante

Maj Ney Piedade Fleury;
1.^º Ten João José Ramos;
2.^º Ten Sinval Machado Vaz;
2.^{os} Sgts: Francisco Balek; José Silva Neto; José Augusto dos Santos; Francisco José de Oliveira; Waldomiro Salvador e Ildefonso José Rossato;

3.^{os} Sgts Benedito de Jesus Arruda; Issamu Nakao; Arcy Gagliardi; Geraldo Leite Neto; Luiz Carlos Taubo; Antonio Marins; Eurypedes de Oliveira e Silva; Mario Costa Serafim; Enerson Marin; José Aparecido Coelho;

Luiz Carlos Fernandes; Roberto Ozaki e José Mario Mantovani;

Cabos: Ademar Barros de Souza; Landulpho Alves dos Santos e João Rodrigues Dantas; Messias Olício; Antonio A. da Silva e Moicam M. Si.

Sds: Luiz Roberto Ligiera; Edélio Barbeiro e Wolfgang Kark Hupel; Edson Rolim de Almeida e Cswaldo Araujo de Brito.

Obs.: Todos portadores da Carteira Nacional de Habilitação.

Efetivo total

Viaturas transportadas	28
Viatura manutenção, protótipo 6x6, aprovada nos testes do GETVAE	1
Viatura experimental 4x4, 3/4, montada em componente C-14, Chevrolet	1
Viatura C-1416, pertencente à Engesa, destinada ao transporte dos elementos daquele indústria	1
Total	31

A partida de São Paulo (DRMM/2) deu-se na hora prevista para passagem no PI, e a chegada ao Rio, ECT, teve um adiantamento de 2 horas decorrente das condições atuais da Via Dutra, totalmente trafegável em dupla pista.

O comboio foi visitado, no dia 2 Jul no ECT, pelos Exmos. Srs.: Gen José Canavarro Pereira, Dir da DGMB; Gen Ariel Pacca da Fonseca, Dir da DMM; e Gen Newton Faria Ferreira, 2.º Subchefe do DPG, bem como pela imprensa (Jornal do Brasil, O Globo, Agência Nacional e o Chefe da Sala de Imprensa do Gabinete do Exm.º Sr. Ministro do Exército).

O ECT (Estabelecimento Central de Transportes), por determinação de S. Ex.ª Gen Newton, forneceu 70 rações operacionais, as quais foram consumidas durante a operação, sendo muito bem aceitas quanto à qualidade e quantidade dos produtos, inclusive obtida a declaração de que atende perfeitamente até dois dias completos, em caso de necessidade.

No dia 3 Jul, partiu às 6 horas, da Cidade do Rio de Janeiro.

Chegada às 17h30min em Governador Valadares, a 655 km do Rio. O 6.º RI da Polícia Mineira abrigou a coluna e alojou todo o pessoal.

Dia 4 a jornada teve início às 6h e término às 17h30min, em Vitória da Conquista, sendo percorridos 520 km. Nesta cidade o DNER alojou as viaturas e o pessoal.

No dia 5, às 6h, partida para Salvador, com chegada às 17h, sendo percorridos 490 km.

Em Salvador foram alojados no 19.º BC, Unidade do Exército.

No dia 6, sábado, a coluna deslocou-se para as duas concessonárias GMB, onde sofreu a revisão de garantia dos 1.500 km, sob a supervisão dos Cmt de U M. Na ocasião foram corrigidas todas as observações da viagem.

Dia 7, às 6h foi reiniciada a viagem para Penedo, onde chegaram às 19h, após percorrerem 480 km. Neste trecho tiveram as primeiras dificuldades com relação à estrada. A BR-101 a partir de Esplanada, na Bahia, tem o piso asfáltico destruído até a fronteira de Sergipe. Daí recupera-se o asfalto bom até Aracaju. Para Penedo a BR-101 está ainda em cons-

trução, o que obrigou a utilização de desvios e estradas estadias em precaríssimas condições, cujo resultado foi o de realizar 124 km em 6 horas.

Em Penedo novo problema, a travessia do Rio São Francisco. Na estrada de acesso às balsas, havia cerca de 100 caminhões carregados sem nenhum esboço de ordem para apenas uma balsa em serviço.

Sómente às 23h30min é que toda a coluna estava estacionada em Penedo, para pernoite.

É importante ressaltar a necessidade de uma providência urgente com relação ao problema de travessia do Rio São Francisco, feita em balsa de propriedade particular, sem nenhuma exigência quanto a hora de trabalho.

A BR-101 é a estrada que liga todas as capitais do Nordeste com o Sul, pelo caminho mais curto. É utilizada apesar dos 200 km em péssimas condições através de Sergipe e Alagoas. O serviço de balsas para a travessia é particular, sendo proprietário o prefeito de Neópolis, cidade sergipana. Os balseiros são mal pagos, recebendo salário de fome. Segundo informação de um deles, atingindo a 90 cruzeiros novos mensais. O proprietário cobra a razão de NCr\$ 3,50 por viatura pequena, NCr\$ 7,00 por viatura grande (caminhão) e NCr\$ 12,00 por viatura de 3 eixos. Não existindo ponte, o serviço de balsas deveria ser obrigatoriamente explorado pelo DNER e de forma ininterrupta, ou ainda, pelo DER de um dos Estados.

No dia 8, início do movimento às 6h para atravessar em Alagoas, o pior trecho da estrada. A

partir da divisa do Estado de Pernambuco a estrada é cimentada até a Capital, Recife. Esta etapa de 400 km foi cumprida em 11 horas.

À entrada de Recife foram aguardados pelo Subdiretor do DRMM com batedores da PE e pelo Eng.^o José Luiz Whitaker Ribeiro, da Egesa. No quartel da 7.^a Cia de Int ficaram estacionados. No dia seguinte foram entregues as 27 viaturas ao DRMM/7 que incumbiu-se de realizar a distribuição das viaturas e da carga.

Antes da entrega final, a equipe de Engesa revisou todas as viaturas e a GM colocou 2 agências à disposição para a revisão da parte relativa àquela indústria.

Os Cmt do IV Ex e 7.^a RM, demonstraram grande satisfação em receber aquêle material, particularmente por tratar-se de produto nacional.

Foi fretado um ônibus da Expresso Pernambucano, que no dia 10 às 20h largou do pátio do DRMM/7, retornando com os 30 motoristas comandados pelo 1.^º Ten Ramos, chegando em Osasco, DRMM/2, à 1h do dia 13.

Assim foi a 1.^a parte da viagem.

CONCLUSÕES PARCIAIS

— Foi cumprido o percurso em 8 dias sendo gastos em movimento apenas 6 dias para cobrir 3.300 km.

— Os percursos foram em jornadas diurnas, com rendimento médio de 500 km/dia.

— O trecho Rio-Governador Valadares apresenta piso bom, mas

a topografia é bastante acidentada, perigosa e difícil.

— O trecho Vitória da Conquista-Salvador é difícil, existindo muitos lugares onde está sendo recuperado o asfalto (Poções, Jequié).

— O trecho Salvador-Penedo é bom até Esplanada, interrupção do asfalto, até a divisa de Sergipe em péssimas condições (30 km). A seguir de Aracaju até Penedo a estrada federal BR-101 está em obras, sendo utilizadas estradas estaduais em péssimo estado (124 km). A região de Carmópolis deve sofrer as limitações dessas estradas difíceis (e Exploração de Petróleo). A conclusão da BR-101 trará grande desenvolvimento a essa região que se apresenta bastante pobre. Nas vilas, o índice de casas de alvenaria é baixo, sendo comuns as feitas de barro e palmeiras.

— Quanto ao problema do Rio São Francisco a BR-101 cruzará o rio, a 50 km rio acima, em Propriá.

— O povo, ao saber tratar-se de material nacional, demonstrava grande entusiasmo.

— Entre Penedo e Recife há 80 km difíceis que gastaram 6h de marcha. 80 km antes de Maceió surge novamente o asfalto até cerca de 40 km antes da divisa de Pernambuco onde constatou-se estar destruído o capamento asfáltico da pista e daí por diante é concretada.

— As viaturas tiveram um desempenho muito bom e apresen-

taram um consumo médio de 2,5 km/litro até 3 km/litro.

— Quanto ao comportamento das viaturas foi feita uma seleção das panes mais importantes por grupo em relação ao produtor.

2.ª Etapa:

No dia 11 Jul, quinta-feira, foi reiniciado o movimento, agora com a seguinte composição:

Viatura C-14, experimental, 3/4, transmissão Engesa.

Maj Ney Piedade Fleury — Diretor do DRMM/2.

Dr. Antônio Carlos Ferraz de Aguiar — médico civil.

— Viatura 2 1/2 ton, 6x6, aprovada pelo CETVAE, transmissão Engesa. Ten-Cel R/1, Luiz Farias Guimarães, Ch do Dept.º de Ass Téc da Engesa. Benedito de Oliveira — mecânico da Engesa.

Observação: Os militares encontravam-se em férias até o dia 30 Jul.

Conforme programação, percorreram no primeiro dia Olinda, João Pessoa, com almôço no 1.º/15.º RI. Neste trecho, sómente restam 30 km sem asfalto, entre Sapé e Mamanguape, na Paraíba, mas com intenso trabalho de preparação para o asfaltamento.

No 1.º/16.º RI, o Comandante entusiasmou-se com as viaturas, fazendo na manhã do dia 12 uma formatura para conhecimento geral, ocasião em que foi explicada a realização nacional. Estiveram presentes SS Ex.as Gen Pereira, Cmt da 1D/7 e Gen Carlos de Meira Matos que chegara naquele dia para inspeção da Polícia Estadual. Foi convocada a imprensa local que compareceu e reportou.

Prosseguiram no mesmo dia para Fortaleza.

Até Angicos a estrada BR-304 está pavimentada. Daí por diante, as condições caem bastante, porém as obras prosseguem realizadas pela Engenharia Militar. Itinerário: Açu, Mossoró, Aracati e Boqueirão de Cesário, onde a BR-304 encontra a BR-116; retomada do asfalto até Fortaleza. Chegada às zero hora do dia 13, após percorrer 670 km, em 13 horas. Manutenção no quartel do 23.^º BC e dia 14, retomada para Teresina.

Este trecho, BR-222 e 343, é de 625 km, sendo que até Itapagé é asfalto e também de Campo Maior até Teresina, perfazendo um total de 240 km. Percurso de 12 horas em estrada bem conservada pela Engenharia Militar.

É de grande beleza a Serra de Ibiapaba, entre Tianguá e a fronteira do Piauí, com cerca de 500 m de altitude. Trecho totalmente calçado com pedras. Em Piripiri tomaram a BR-343 que vem de Parnaíba.

Em Teresina estacionaram no 25.^º BC e a rádio local dava conhecimento ao público, da presença e finalidade da Operação. Visita na manhã do dia 15, ao quartel do 2.^º BE Const, cujo Cmt muito se interessou pelas viaturas, pois são de grandes possibilidades de uso naquele Batalhão. Às 9h, seguiram rumo a São Luís. Às 15h chegada ao quartel do 24.^º BC, após percurso de 459 km em 6 horas. Estrada em corte novo a partir de Timon, Caxias, até Caxuxa (BR-31) e daí BR-135 até São Luís. Próximo à Capital já existem 70 km de asfalto. Nota-se grande progresso

em toda a extensão apesar de ainda ser muito pobre a população. Pode-se verificar que a grande esperança desses dois Estados, Piauí e Maranhão, reside na energia elétrica de Boa Esperança. Já existem torres para a rede de transmissão que levará energia elétrica até São Luís. A Polícia Militar do Maranhão possui excelente organização e apresentação.

A Estrada de Ferro São Luís a Teresina mantém trens percorrendo essas duas cidades, uma vez por semana.

Os percursos feitos em estrada sem asfalto, a partir de Natal, somam cerca de 800 km, com muita trepidação.

Em São Luís, Capital do Maranhão, incorporaram-se ao grupo mais cinco pessoas, a saber:

— Dr. José Luiz Whitaker Ribeiro — Diretor da Engesa;

— Dr. Miguel França Pinto — Funcionário do Governo do Estado de São Paulo;

— Eng.^º Armando Elieser — Chefe da Engenharia Experimental da GMB;

— Sr. Italo — Mecânico da GMB; e

— Armando Elieser — filho do engenheiro.

Em São Luís a viatura C-14, 4x4, foi apresentada e fêz provas nas dunas para o residente da Petrobrás, naquela cidade. Despertou grande interesse pois conseguiu vencer obstáculos na areia que nenhum outro veículo logrou. É oportuno ressaltar aqui que essa viatura C-14, foi preparada pela Engesa, por sua iniciativa, sem aprovação da GMB, razão pela qual aquela fábrica não de-

clarou existir para vendas a viatura 3/4, C-14, com aquéle equipamento. Entretanto em tóda a viagem foi motivo de curiosidade, juntamente com o 6x6,2 1/2 ton.

No dia 20 reiniciaram o movimento. Houve uma parada imprevista de 4 dias. Desceram a BR-135 até Presidente Dutra, sede de uma das Companhias do 2.º BE Const, que está construindo a BR-226, até Pôrto Franco (Belém-Brasília).

A outra Companhia está em Cababal, na direção do Gurupi que seria o itinerário desejado, mas infelizmente interrompido no rio do mesmo nome, pela inexistência de balsa. Impraticável essa ligação, mas que seria o ideal, pois a ligação São Luís-Belém seria feita com apenas 800 km, quando pelo caminho em uso, são 3 dias e 1.500 km.

Nessa jornada até Presidente Dutra a estrada era ruim mas permitia rendimento razoável. A partir de 50 km passa-se a estrada carroçável e caminho de gado até Barra do Corda. Chegada às 17h.

Nesta cidade foram doados todos os medicamentos, uma vez que foi constatada a pobreza reinante e ainda mais por existirem nesse município 2 tribos de índios Canelas (tupi) e Guajarás (gês), indigentes e doentes. O município tem um só médico que atende tóda a área. É região rica em gado, algodão, arroz e madeira, mas conforme declaração do prefeito, fica 8 meses por anc, isolada pelas águas. Apenas o avião (Varig e CAN) ou barco pelo Rio Mearim, permitem o contato com o resto do Estado. A estrada BR-226 é por conseguinte, de importância vital, mas restam para o lado de Teresina, 240 km

por fazer tudo e do lado da Belém-Brasília, 400 km no mesmo Estado. É uma região bastante populosa mas, de uma pobreza comovente e de total falta de recursos. De outro lado constatou-se com satisfação a melhoria no ambiente do governo municipal, muitos planos, honestidade e trabalho objetivo. Referiam-se sempre com muito entusiasmo sobre a Revolução, afirmando que anteriormente o abandono era total e a corrupção campeava naquele Estado. Hoje acreditam que tudo vai melhorar, principalmente por saberem estar o Exército empenhado na construção da estrada que será a redenção da área.

No dia 21, rumo a Grajaú e Imperatriz. De Grajaú até Ribeirãozinho, na BR-010, por um caminho que não consta nas cartas. Por informação local, tocaram para Sítio Nôvo, daí para Montes Altos e a seguir para Ribeirãozinho.

Percorso de 360 km em 22 horas, entre Barra do Corda, às 6h, Imperatriz, às 4h do dia seguinte, tendo viajado tóda a noite. Neste percurso as transmissões 4x4 e 6x6, venceram areais, rios (Grajaú, Pindaré) e alagadiços com areia, sem o menor problema. Houve apenas problema com a viatura 6x6, pelo seu volume, no sentido de ter que se cortar a mata para não rasgar o tôldo, mas em momento algum, quanto a travessia de obstáculos.

Dia 22, a partir das 7h30min para Belém e chegaram às 17h no 26.º BC. Naquela Capital submeteram as viaturas a uma manutenção geral no dia 23. O Coronel Godofredo, do GEIMEC, incorporou-se e o Dr. José Luiz partiu de avião para São Paulo.

Dia 24, cedo, 7h30min, partida para a marcha de retorno, tendo sido programado 1.100 km para esse dia. Chegada às 21h em Colinas exatamente a 1.100 km de Belém, já no Estado de Goiás.

No dia 25, partida para Brasília, iniciando a marcha às 6h e atingindo às 12h15min um ponto 70 km antes de Porangatu. Dessa cidade a Brasília, restavam 550 km.

Prosseguiram no dia seguinte, 26, para Goiânia sem passarem por Brasília. De Goiânia, dia 27, seguiram por Frutal, Colômbia, para São Paulo, onde chegaram às 21h, cobrindo 960 km.

Houve um acidente com a viatura C-14 motivado pela quebra do pino do centro do feixe de molas dianteiro, fato normal após percorrer 8.900 km, sem a menor preocupação em poupar a suspensão dos buracos, desniveis, ondulações (costeletas), sempre mantendo altas velocidades. Como exemplo, o trecho Teresina-São Luis, 459 km em 6 horas e o de Belém a Colinas, 1.100 km, em 13 horas. Nos dois, a estrada era bastante acidentada, entretanto sempre procurando manter 100 a 110 km por hora.

CONCLUSÕES GERAIS

1. O planejamento apresentando foi cumprido no tempo certo, sendo cortada a passagem por Brasília, Cuiabá e Campo Grande, não só pela falta de tempo que de qualquer maneira existiria, como por um acidente em Porangatu.

2. A falta de tempo decorreu também dos 4 dias paralisados em São Luís, aguardando peças.

3. Quanto ao comportamento das viaturas podemos considerar excepcional. A viatura C-14 saiu zero km de São Paulo e acidentou-se a 8.900 km, sem apresentar nenhum outro defeito senão quanto ao funcionamento do sistema de direção.

A viatura 6x6, 2 1/2 ton, partiu de Osasco com 41.905 km e chegou com 51.991 km, percorrendo portanto mais de 10.086 km sem apresentar outra pane a não ser a rachadura das carcaças dos diferenciais traseiros, provocada por falta de manutenção, agravados pela natureza do leito das estradas e pressão utilizada nos pneus.

4. A sobrevivência em todos os pontos foi muito facilitada pelos recursos existentes, apesar de difíceis. Quanto à gasolina, pagaram 50 centavos por litro, na região sul do Maranhão, por ser enlatada.

5. Quanto à Belém-Brasília, estrada que possui uma Companhia para sua manutenção (Rodobrás), tem tráfego intenso e acha-se praticamente paralisada de Belém até Porangatu, cerca de 1.600 km. Não se vê trabalho algum a não ser tapar buracos em pontes de madeira que oferecem grande perigo dada a intensidade do tráfego. Neste trecho não existem obras de arte, sendo os pontilhões de madeira e em precárias condições. Lê-se nos jornais que a Rodobrás está trabalhando, mas o que se viu foi paralisação total. Sómente obras no trecho Anápolis-Porangatu. É uma estrada de importância vital, que necessita de urgente melhoria, em toda a extensão, pois os acidentes são em grande quantidade.

6. Durante a primeira etapa da viagem (São Paulo-Recife) foram vistos diversos caminhões transportando nordestinos (Região de Minas e Bahia), contrariando leis e o Código Nacional de Trânsito. Tal transporte é objeto de proibição especial, entretanto continuam trafegando pelas principais estradas. A Polícia Rodoviária Federal não toma conhecimento apesar de estar a par da proibição.

7. A partir de Minas Gerais há absoluta falta de sinalização nas estradas, ocasionando dificuldades em se saber a direção a seguir.

8. Não existe ligação das cidades do sul do Maranhão (Peritoró, Presidente Dutra, Barra do Corda, Grajaú, Imperatriz), num total de 560 km. A grande expectativa é a obra do 2.º BEC, que de acordo com a declaração de seu Comandante, está sem verba, sem condições de prosseguir. Toda a atenção está voltada para a BR-316, em direção ao Gurupi.

9. A ração operacional teve ótima aceitação, entretanto com 60 dias pudemos constatar a deficiência na embalagem da R2 de combate. Quanto ao doce tornou-se melado e mesmo o café com açúcar liofilizado já endurecendo.

Trajetos percorridos:

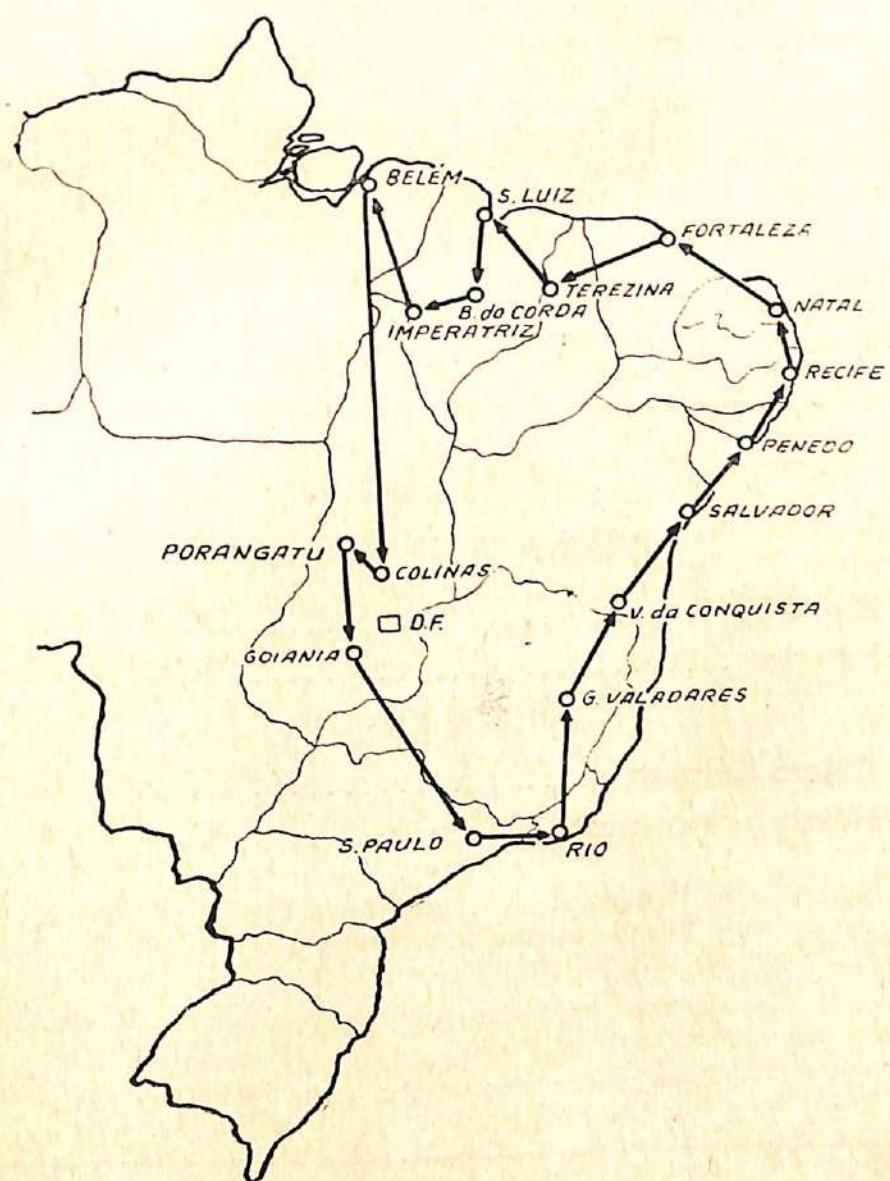
1.ª Etapa:

Datas	De	Até	Distância	Tempo
1 Jul — Osasco — SP		Rio — GB	460 km	11h
3 Jul — Rio — GB		Gov. Val. — MG	655 km	13h
4 Jul — Gov. Val. — MG		Vit. da Conq. — BA	520 km	11h
5 Jul — Vit. da Conq. — BA		Salvador — BA	490 km	11h
7 Jul — Salvador — BA		Penedo — AL	480 km	18h
8 Jul — Penedo — AL		Recife — PE	400 km	11h

2.ª Etapa:

Datas	De	Até	Distância	Tempo
11 Jul — Recife — PE		Natal — RN	404 km	8h
12 Jul — Natal — RN		Fortaleza — CE	670 km	15h
14 Jul — Fortaleza — CE		Teresina — PI	625 km	10h
15 Jul — Teresina — PI		São Luís — MA	495 km	15h
20 Jul — São Luís — MA		B. do Corda — MA	490 km	16h
21 Jul — B. do Corda — MA		Imperatriz — MA	350 km	20h
22 Jul — Imperatriz — MA		Belém — PA	600 km	12h
24 Jul — Belém — PA		Colinas — GO	1.100 km	16h
25 Jul — Colina — GO		Porangatu — GO	588 km	14h
26 Jul — Porangatu — GO		Goiânia — GO	650 km	14h
27 Jul — Goiânia — GO		São Paulo — SP	945 km	15h

NOTA — Houve sempre uma diferença de 2 a 3 horas da 1.ª para a última viatura. O tempo apresentado é em relação à última.



CONCLUSÃO FINAL

(Situação atual da área percorrida no Maranhão)

1 — Para viaturas militares ou civis com tração total

Durante o período das sêcas, 4 meses ao ano, total possibilidade de ligação, Maranhão-Pará.

Durante o período das chuvas

— impraticável para qualquer tipo de viatura.

2 — Para viaturas civis normais
Impraticável em qualquer tempo.

3 — Importância vital

O prosseguimento e conclusão da BR-226 (Presidente Dutra-Pôrto Franco), 400 km.

P R E Ç O S**ASSINATURA ANUAL**

Brasil	NCr\$	5,00
Exterior	NCr\$	15,00

NÚMERO AVULSO

Último número	NCr\$	1,00
Número atrasado	NCr\$	1,20

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigorarão a partir de Jan 69.

O CURSO DE COMANDO DE UNIDADE E CHEFIA DE SERVIÇO DE MATE- RIAL BÉLICO

ALCIDES NAZÁRIO GUERREIRO BRITTO
Ten-Cel QMB Professor do IME

O CCUCS/MB foi criado pelo Decreto n.º 48.861, de 13 Agô 60, que definiu suas finalidades como "habilitar os oficiais de Material Bélico ao emprêgo das Unidades e a Chefia de Serviço nos Grandes Comandos".

Funcionou pela primeira vez em 1962 em caráter experimental com resultados que não foram considerados satisfatórios e cujas causas não nos deteremos em analisar.

Foi mandado funcionar em 1968 pela Portaria n.º 282 de 6 Set 67.

Cabe aqui, ligeiro retrospecto de como sentimos a questão cuja solução foi buscada com a criação de tal curso. Que nos perdoem os mais bem informados, porém no nosso nível é assim que se conta a estória.

A análise da execução do apoio logístico em Exércitos mais evoluídos mostrava claramente que este tipo de apoio não era executado praticamente no nosso Exército e a doutrina de seu funcionamento não estava ainda explicitada nos livros textos até 1968. Nem sequer a tradição das campanhas da Itália nos auxiliava, pois, naquelas operações, a logística foi totalmente efetuada pelo Exército Americano. Restaram

daquela época como herança mal compreendida e quase inexplorada, algumas Cias Leves de Manutenção e os nossos Parques de Moto de finalidade e funcionamento mal definidos. Tal era o panorama na década de 50, quando alguns coronéis sobre o assunto começaram a meditar.

Como fonte de inspiração daque-las meditações apareceram os exércitos europeus e principalmente o americano, mestre absoluto neste tipo de operações, pois graças a sua organização conseguira levar, com o mínimo de perdas, suas tropas vitoriosas, nas Filipinas, na Oceania, na África e na Europa.

Toda esta fabulosa tarefa, na parte referente a MB, repousou naquilo que o Exército Americano chama de "Ordnance Corps".

Seria lógico que buscássemos aí inspiração com a cautela indispensável em transplante de tal natureza e nos quais o risco de rejeição do corpo estranho é também funesto para o organismo receptor.

Dado o alto nível intelectual necessário à realização das tarefas precípuas de tais órgãos, definidas como: manter, suprir, evacuar e prestar serviços técnicos, e a afinidade dos trabalhos a realizar é

compreensível, que as autoridades olhassem para o então Quadro de Técnicos da Ativa como fonte natural de recrutamento dos quadros necessários ao desempenho da missão. Os integrantes de tal Quadro, que nos desculpem a imodéstia, possuam os conhecimentos matemáticos e técnico-científicos necessários a uma das faces do problema, faltando-lhes apenas, adquirir a necessária familiaridade com os problemas de natureza tática, que é a outra face, indispensável ao bom desempenho da complexa tarefa de apoio logístico de material bélico. Ainda mais; tais oficiais possuam a vivência de problemas conjunturais do Exército e tudo os capacita a exercerem com eficiência as funções a êles destinadas.

Podemos observar que a falta de uma doutrina logística de Material Bélico no Exército Brasileiro se reflete mesmo em problemas de tempo de paz. Por exemplo: as unidades de fronteira na Amazônia nunca tiveram um sistema normal e rotineiro de manutenção e suprimento. A falta de treinamento em lidar com problemas deste tipo leva os Estados-Maiores a soluções divorciadas da realidade.

O Exército Brasileiro, seja por iniciativa do seu Quadro de Engenheiros, seja por iniciativa do seu Quadro de Estado-Maior, nunca se utilizou notavelmente de instrumentos de planejamento teórico, tais como a Pesquisa Operacional para resolver seus problemas logísticos. Entretanto, desde 1943, tais técnicas já eram empregadas na solução de problemas militares!

Guiados por tais premissas e premidos por tal realidade, elaboraram os coronéis o anteprojeto que

seria depois a Lei n.º 3.654/59, que criou o Quadro de Material Bélico e para compô-lo a lei ofereceu opção aos Engenheiros Militares do QTA que passou a categoria de quadro em extinção.

A divulgação deficiente das finalidades do Quadro e a conjuntura nacional levaram a maioria dos oficiais do QTA, a optarem pela permanência num quadro em extinção o que de certa forma materializa uma marginalização voluntária cujas razões e o alcance não é nosso escopo analisar.

Após a pouco feliz tentativa de concretização da idéia de pôr em funcionamento o CCUCS em 1962, a idéia ficou em compasso de espera num estado maléfico de indefinição enquanto turmas sucessivas saíam da AMAN já com destinação específica para as tarefas de Material Bélico e vinculadas ao IME. O desejo expresso do Cap Waldeck e talvez algum outro oficial de Material Bélico de candidatar-se à Escola de Comando e Estado-Maior levou as autoridades a uma segunda tentativa no sentido de concretizar a complementação dos conhecimentos que julgam indispensáveis aos oficiais do QBM.

Já agora existia na EsAO uma estrutura montada para ministrar curso de aperfeiçoamento aos capitães do Quadro de Material Bélico egressos da AMAN. Existiam também oficiais de Estado-Maior debruçados sobre os problemas logísticos e que ensaiavam a consolidação da doutrina de emprégo das Unidades de Material Bélico como apoio logístico às unidades.

O esforço desse grupo foi dirigido no bom sentido do cumprimento da missão do ensino e principal-

mente no sentido da integração dos engenheiros de Material Bélico nos problemas da área que lhes compete opinar, mostrando a importância da missão desses engenheiros e valorizando a cooperação que pudessem apresentar.

Esta colaboração foi efetiva e pareceu-nos substancial.

Muitos problemas foram pela primeira vez enfocados e buscada uma solução. Podemos citar como exemplo a constituição das Unidades de apoio de Material Bélico às tropas

em operações no T O A (Teatro de Operações na Amazônia), teatro este de características peculiares não só quanto a natureza do material que deve utilizar como na constituição das unidades que devem ser perfeitamente adequadas ao tipo de combate na Região.

ESTRUTURA DO CURSO

O curso foi planejado para ministrar 540 horas de instrução, assim distribuídas:

NÚMERO	ATIVIDADE	N.º HORAS
1 — O E M B		102
2 — Adm M B		56
3 — Téc Adm		120
4 — Estatística		36
5 — Assuntos Gerais		32
6 — O A S		9
7 — E A S		17
8 — G Rev		15
9 — Treinamento Físico		15
TOTAL PARCIAL		399
10 — Feriados		32
11 — Disp Cmd.º		41
12 — Patrono		4
13 — Medidas Adm		24
14 — Solenidade de Encerramento		4
15 — Exame Final		4
16 — T C		4
17 — À disposição do C M B		8
TOTAL PARCIAL		121
TOTAL GERAL		540

Foram realizados estágios e visitas a:

- EsACosAAe — Fábrica Estréla;
- Es M B — Fábrica de Itajubá;
- CEP; — Fábrica Presidente Vargas;
- CPDEX.

Pela estruturação, distribuição de horas, currículo adotado e outras observações, verificamos a preocupação dos organizadores em:

- dotar os oficiais instruendos de conhecimentos militares mínimos indispensáveis ao exercício das funções de comando;

— propiciar aos oficiais instruendos conhecimentos úteis ao desenvolvimento da carreira de Engenheiro Militar, contribuindo assim para o aprimoramento profissional e mostrando sua compreensão e visão do problema que nos causou a melhor e mais agradável surpresa.

De aplicação direta e imediata podemos apontar as seguintes matérias:

- Introdução à Administração;
- Administração Documental e Arquivo;
- Problemas de Relações Humanas;
- Organização e Método;
- Pesquisa Operacional;
- Administração de Material e Patrimônio;
- Administração de Pessoal;
- Administração Financeira, Contabilidade e Orçamento;
- Organização da Instrução;
- Trabalho de Comando e Estado-Maior;
- Informações;
- ACISO.

De aplicação remota ou pouco provável ficam as demais o que em nada tira o valor e a oportunidade da aquisição do conhecimento não só como cultura, como por serem os mesmos indispensáveis a nossa condição de militar.

As atividades foram tôdas conduzidas na maior harmonia e nenhum incidente ou acidente deslustrou o agradável dos 3 meses que ali passamos.

A educação física, o convívio com a tropa, o almôço no campo, o bormal e o capacete de aço foram re-

miniscências agradáveis dos tempos da mocidade na AMAN, e serviram como um refrigerio na canícula da meia-idade de alguns e uma recarga no amor que dedicamos ao Exército, bem como deram enfoque sobre a nossa missão de militar, o que as vezes vai sendo esquecida, absorvidos que somos pela prática de nossas técnicas.

O reencontro com velhos companheiros serviu também como estímulo para os trabalhos a realizar.

Em resumo: pela organização que lhe foi dada, pela alta qualidade dos oficiais que o compuseram, pela apresentação cuidadosa das aulas, pelo espírito de camaradagem que presidiu tôdas as atividades; podemos considerar que o curso cumpriu suas finalidades nas melhores condições possíveis pois pareceu-nos que, instrutores e instruendo, muito lucraram neste contato que consideraram feliz e oportuno.

Conclusões: Trabalhos nos foram pedidos à guisa de projeto final.

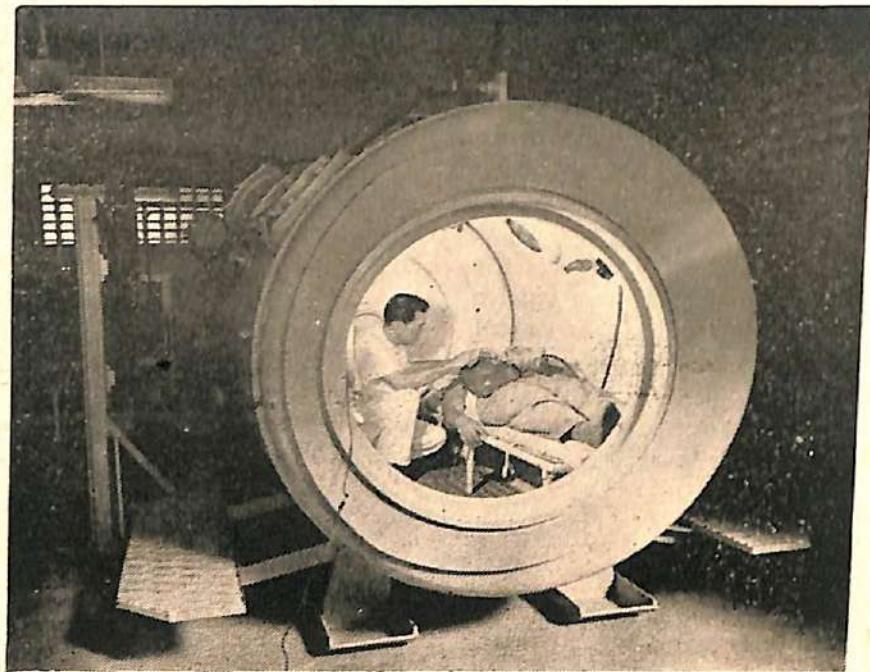
Foram êles:

- Elaborar anteprojeto de Diretriz para a Pesquisa de: Equipamentos para o Exército (C.C. e Can AP) considerados de importância para a dotação do Exército Brasileiro;
- Uma solução para o QEM/MB, dentro da política de Engenharia Militar;
- Mobilização Industrial.

Vemos, pela atualidade e amplitude dos assuntos, o grau de confiança e a urgência que tem o Exército de nossa colaboração. Para que ela seja eficaz falta apenas que os centros de decisão estejam bem

cientes de que os colaboradores possuem o grau de conhecimento imprescindível a uma colaboração consciente. Este grau só pode ser adquirido pela integração do conhecimento de nossas técnicas dentro do contexto, dos objetivos e das atividades fins da organização a que pertencemos. Permanecendo voltado apenas para a execução da parte especializada corremos o risco de fazer a técnica pela técnica, a ciência pela ciência e não a técnica e a ciência necessárias ao desenvolvimento da Organização que é o desejado num estabelecimento militar. As considerações acadêmi-

cas de que o progresso do país enseja e terá como corolário o progresso do Exército, mesmo que válido a longo prazo é prejudicial ao desenvolvimento, a atualização e a otimização do Exército para as missões urgentes, inadiáveis e intransferíveis que tem que desempenhar. Cabe o desenvolvimento global da nação ser comandado por outros órgãos entrando os nossos engenheiros militares em caráter supletivo ou como pioneiros, desde que este pioneirismo não disvirtue e o afaste da missão principal que é especificamente voltado, para as Fôrças Armadas.



Busca Submarina

Eis um exame do trabalho dos exploradores modernos, que buscam petróleo e gás abaixo das profundezas oceânicas para satisfazer as necessidades sempre crescentes da indústria e de outros empreendimentos.

Este é um dentre maia de uma centena de filmes, disponíveis na Filmoteca Shell, para empréstimo gratuito a sociedades e instituições. Descreve como os técnicos em petróleo elaboraram mapas das formações rochosas localizadas abaixo do solo submarino e decidem sobre as probabilidades de encontrar-se petróleo nessas formações. Descreve também o método de estudos das marés, correntes, velocidade dos ventos e de que maneira se têm descoberto novas técnicas para enfrentar com êxito os problemas de perfuração em condições inteiramente novas.



PARA INFORMAÇÕES SÓBRE FILMES SHELL ESCREVA PARA:

SHELL BRASIL S.A. (PETRÓLEO)

RIO DE JANEIRO, CAIXA POSTAL, 252 - ZC-00

SÃO PAULO CAIXA POSTAL 2000

A FÔRCA AÉREA BRASILEIRA COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

MARCUS AURELIUS MINERVINO
Cap Art

1 — O LEGADO

O Brasil, geográficamente um continente, politicamente um Império, nos foi legado constituindo uma unidade, classificada como "O milagre da Unidade Nacional", eis que ela consubstanciou um só corpo na diversidade dos membros componentes, tendo como forma de expressão, um ambiente geográfico e político em que tudo conspirava contra essa unidade.

Na verdade, o contraste que singulariza o Brasil, coeso, como herança de imensa colônia lusa, desmedidamente maior que a Metrópole, contíguo aos legatários do Império colonial espanhol, fragmentado em dezenas de entidades soberanas, é um fato por muitos qualificado de prodigioso, pois, componentes geográficos, econômicos, políticos e raciais convergiam para que se generalizasse a tendência à desintegração do país.

O imenso legado resultou, portanto, de um esforço quadrissecular, duro e contínuo, que devemos tanto à ação militar, administrativa e diplomática, como à penetração realizada por particulares, entradistas e bandeirantes, que desconheceram as barreiras além do Atlântico opositas à sua expansão.

Houve, assim, uma conquista do Brasil dificultosamente empreendida por nossos antepassados, tanto português como brasileiros, delineando o contorno físico da Pátria e garantindo sua integridade terri-

torial contra a maré-montante da cobiça de outros povos.

Raposo Tavares, Fernão Dias Pais, Pedro Teixeira, Alexandre de Gusmão, Barão do Rio Branco e Caxias, se alinham entre as figuras que dedicaram suas inteligências e patriotismo, quando não o próprio sangue, para o estabelecimento e manutenção do fabuloso legado, desconhecido ainda depois de 400 anos de sua descoberta.

2 — OS DESAFIOS

O momento se caracteriza, em todo o mundo, por um rompimento de equilíbrios, com a fragmentação marcando os velhos Impérios, tais como o inglês, o russo, o francês, o espanhol e o português.

A luta de classes, a discriminação racial, os contrastes entre o campo e a cidade, o antagonismo das gerações, a pregação do ódio e da violência, a cobiça, a interferência dos organismos supranacionais, tudo isto concorre para a desintegração, para o esfacelamento.

Junta-se a êsses, o fato de ser o nosso país o quinto do mundo em extensão territorial, com uma população rala e irregularmente distribuída, deixando imensos vazios, que formam verdadeiras ilhas, de variados níveis de desenvolvimento, a constituir um arquipélago econômico.

Quais as respostas a êsses desafios?

Quais as armas para enfrentá-lo..

3 — A RESPOSTA

A resposta a êsses desafios é a Integração.

É o ato ou efeito de integrar, de somar, de unir, de tornar inteiro, de realizar a Unidade na Diversidade.

A "Fôrça Aérea Brasileira — FAB" responde a êsses desafios, cumprindo um papel primordial, assumindo o comando das ações de presença, tendentes a levar a qualquer momento, no menor tempo, em qualquer ponto do território nacional, o apoio, a alegria, a esperança, a defesa, o contra-ataque, a diretriz nacional, a notícia correta, a inspiração central.

Sómente compreendemos essa tarefa, quando tomamos consciênciade que sete horas de avião, partindo de Brasília, nos separam das fronteiras com o estrangeiro, e que o Brasil, tem na aviação, um caminho natural para a sua integração e desenvolvimento, sua resposta ao desafio "Brasil-Arquipélago", opondo-lhe o "Brasil-Continente", expressão do "Brasil-Unidade".

É desempenhando essas missões, que a FAB cumpre a ingente, a nobre, a imensa tarefa de "FATOR DE INTEGRAÇÃO NACIONAL".

Iniciou-se êsse trabalho, em maio de 1931, num velho hangar de madeira, chamado "Cap Rubens", quando o Maj Eduardo Gomes recebeu o comando do Grupo Misto de Aviação, com seus velhos "Curtiss Fiedgling" que haviam sobrado da Revolução de 1930.

Ali foram plantadas as raízes e, em 12 de junho do mesmo ano, iniciavam os tenentes Montenegro e Wanderley, uma arrebatadora aventura, a longa, admirável e gloriosa

carreira do Correio Aéreo Militar, precursor do atual Correio Aéreo Nacional — CAN.

Aquela primeira missão, o vôo Rio — São Paulo, para conduzir apenas duas cartas, com os pilotos entregues a Deus e a si mesmos, sem comunicação com a terra, em vôo visual, sempre por debaixo das nuvens, nacele aberta, varrida pelo vento, se transformaria, através dos tempos, numa tarefa das mais vitais para a integração do nosso país.

Era o início da tradição aeronáutica, que foi se firmando, crescendo em homens, idéias e máquinas, em realizações, em cujo trabalho o Brasil aprenderia a confiar.

As linhas do CAN começaram a transportar civilização, levar progresso e espalhar civismo a todos os rincões de nossa Pátria.

Em setembro de 1931, antes mesmo que a estrada-de-ferro atingisse a capital de Goiás, já ali começavam a chegar os aviões do CAN.

Conquistar-se-iam, em seguida, Campo Grande e Curitiba.

Viria depois, a linha do São Francisco, ligando o Rio a Fortaleza pelo interior, estendendo-se, posteriormente, até Teresina e, mais tarde, a Belém.

Era o segundo descobrimento do Brasil, a conquista efetiva da terra.

A união da Aviação Militar e da Aviação Naval, transformou em realidade o Ministério da Aeronáutica, criado em 20 de janeiro de 1941, sob a inspiração do idealista Salgado Filho.

Coube, então, à FAB continuar aquêle trabalho, alimentando a chama da integração, apoiada únicamente no idealismo e no espírito de servir à Pátria.

De fato, cruzando os céus do Brasil, do Oiapoque ao Chuí, do Cabo de São Tomé às fronteiras de Tabatinga, transportando civis e militares, materiais, medicamentos e alimentos, levando a esperança e o progresso, cumpre a FAB uma heróica missão.

Recrutando para suas fileiras elementos de todas as camadas sociais e tornando a caserna um laboratório de civismo, a escola de democracia, contribui a FAB para a integração racial, religiosa e social.

Mantendo um serviço militar sem privilégios, sem preconceitos, combatendo o espírito de casta e toda sorte de distorções, de vantagens, ela dá exemplos de abnegação, de desprendimento e de renúncia.

Nos seus quartéis e bases, alfabetiza, aprimora o físico, incute a disciplina, educa, instrui, dá senso de responsabilidade, desenvolve o espírito de iniciativa, desinibe, ensina o civismo e prepara o homem, não apenas para ser soldado, mas, sobretudo, para fazê-lo cidadão útil à coletividade.

Sem diminuir sua capacidade militar, sem concorrer com a atividade civil particular, pelo contrário, levando sua contribuição ao patrimônio cultural do país, ligando-se intimamente aos interesses e ideais da sociedade, promovendo a harmonia e benefícios mútuos, em um ordenado espírito de cooperação, mantém a FAB, em São José dos Campos, o Centro Técnico de Aeronáutica, modelar instituição de ensino.

Luta-se ali, pela implantação e desenvolvimento da indústria aeronáutica no Brasil, esforço esse que se avizinha vitorioso, com a previsão do vôo do "Bandeirante" ainda

em 1968, avião inteiramente projetado e desenvolvido naquele Centro.

Paralelamente a esse trabalho, o CTA supre o setor civil, pois engenheiros em aeronáutica, de aeronaves e eletrônicas ali formados, são disputados pelas indústrias, pela alta qualidade do ensino ali ministrado.

É imensa, também, a contribuição da FAB ao progresso aeronáutico do país.

Desde a construção dos campos de pouso, das instalações de apoio, como estações de passageiros, de meteorologia, de rádio, centros de controle, salas de tráfego, tudo é obra da FAB, através das Diretorias de Rotas Aéreas e da Aeronáutica Civil.

O Serviço de Proteção ao Vôo, que tem por finalidade controlar o tráfego aéreo e propiciar os meios para que a navegação aérea se realize com segurança e eficiência, é outro serviço inestimável por ela efetuado.

Sómente na região amazônica, o SPV instalou vinte e cinco Núcleos de Proteção ao Vôo, sendo que alguns deles, como por exemplo, Vilhena, Jacareacanga, Xingu e Cachimbo, representam o único sinal de civilização na região.

O Serviço de Busca e Salvamento já salvou milhares de vidas, e tem estado presente em todas as situações de calamidade, onde quer que elas aconteçam.

Concorre ainda, a FAB, para a formação de pilotos, através de Aeroclubes espalhados por todo o território, fornecendo-lhes, inclusive, aviões.

Pilotos e pessoal técnico especializado, ao se retirarem do serviço

ativo da FAB, vão enriquecer os quadros das companhias de aviação comercial.

Não se limita, porém, a FAB, aos céus do Brasil. Em missão de guerra nas Campanhas da Itália e do Atlântico Sul deu lições de arrôjo, despreendimento e destreza. Em missão de paz, prestou apoio material e moral, contínuo e seguro às nossas tropas estacionadas na Faixa de Gaza; transportou, com notável eficiência, contingentes brasileiros para São Domingos, mantendo, inclusive, uma ponte aérea entre o Brasil e a República Dominicana e, mais recentemente, marcou sua presença no Congo, com uma equipe de observadores, para dilatar o seu acervo de experiências.

Não podemos assinalar, sómente, a presença da FAB. Temos, também, de marcar o heroísmo e o patriotismo com que ela cumpre sua missão:

— a perícia dos seus pilotos, decolando ou aterrissando em pistas improvisadas, a mais das vezes no meio da selva;

— o vôo sobre a floresta amazônica, silenciosa e traiçoeira;

— o apoio aos Pelotões de Fronteira do Exército, em alimentos, medicamentos, materiais e, principalmente, em esperança e certeza de que êles não estão esquecidos.

Esses heróis anônimos, os Bandeirantes do século XX, alimentam, com o sangue de suas vidas, a chama viva da nacionalidade, perpetuando, com o seu sacrifício, o que há de mais nobre e sublime na vida militar — o CUMPRIMENTO DO DEVER.

Nossos aviadores possuem uma capacidade rara de se identificar com os nossos problemas.

Eles absorvem, junto com o seu

preparo técnico, a certeza de que o avião não mais poderá desligar-se do desenvolvimento nacional, e que, do aviador, o Brasil espera um completo devotamento, na paz ou na guerra.

Os rumos da Aviação Brasileira, tomaram, portanto, horizontes pacíficos, e, de Santos Dumont, não mais se pode dizer que morreu desgostoso com o destino bélico de seu invento.

Vivesse êle hoje, estaria tão entusiasmado e orgulhoso do avião, como quando voou pela primeira vez, em 23 de outubro de 1906 no seu 14-Bis, ao ver a FAB realizando o papel por êle sonhado, de extrema significação na batalha da integração e do desenvolvimento, unindo cidades, buscando as fronteiras e os sertões, ligando os homens em busca do progresso, levando a certeza da grandeza do nosso país.

E o estaria também, nas emoções do CAN, cruzando o país em todos os sentidos, a conduzir brasileiros de tôdas as condições; nas decolagens emocionantes dos velhos "Catalinas" no Estirão do Equador, em Palmeiras e no Cucuí; nas travessias empolgantes dos Andes e nos raides do Oriente e da Europa levando a Bandeira do Brasil; nas homenagens profundas das crianças dos recônditos amazonenses, cujo primeiro trabalho é um avião da FAB, talhado nas madeiras duras da hinterlândia, ou o desenho do sonhado e esperado aparelho com primeiro lápis de côn.

E o estaria, por fim, no espírito da FAB, na paz ou na Guerra, alcançando altaneira a escrever, com tintas de heroísmo e dedicação, a página vibrante da INTEGRAÇÃO NACIONAL.

PALESTRA DO MAJOR-GENERAL FRANCIS S. GREENHIEF

DETROIT, MICHIGAN
06 DE MARÇO DE 1968

Traduzido pelo Tenente-Coronel — Dirceu Bittencourt de Sá,
da Inspetoria Geral das Polícias Militares.

Minha presença aqui é algo que está sendo feito com atraso. Eu estava previsto para falar aqui no mês de outubro próximo passado, sobre a missão da Guarda Nacional, no controle de desordens civis ou como é conhecida pelo seu mais curto e sinistro título — "Tumulto".

Vocês se recordarão daquele tempo em que a poeira da batalha ainda pairava sobre a parte oeste de Detroit, tão pesadamente como jamais ocorreu num teatro de guerra. Houve muito tumulto e gritaria sobre o que foi feito e sobre aquilo que deixou de ser feito — se demasiada força tinha sido usada, em tais circunstâncias, ou também muita prudência. Como é usual sob tais condições, generalizou-se mais calor do que luz. De fato, os prós e contras sobre as operações da Guarda Nacional assumiram certas características de tumulto, em que muitas delas estavam baseadas em rumores e boatos. Opiniões sobre o assunto tiveram um alto conteúdo de violência e irracionalidade.

A ocasião não parecia apropriada para mais palavras sobre o que era ainda um quadro confuso. Agora esse quadro tem seclareado pouco a pouco. Eu acredito que há uma melhor perspectiva sobre o

que a Guarda executou em relação à situação que ela estava enfrentando e às condições sob as quais atuou. Na minha opinião, contudo, um balanço real está ainda para ser feito. Mas isto é tarefa a ser examinada por pesquisadores e analistas sobre aspectos social, político, econômico e militar da década dos 60.

Eu estou disposto a aguardar e conformar-me com o futuro julgamento sobre a Guarda que teve a árdua tarefa de ser a primeira a enfrentar o terror nas ruas de Newark e Detroit no verão de 1967. Minha opinião é que eles não saíram mal.

Nesse meio tempo, é muito mais proveitoso discutir a correta aplicação de algumas das muitas lições que foram aprendidas por todos interessados nesse problema, no âmbito municipal, estadual, federal e certamente pela Guarda.

Esta discussão deve também envolver a missão de proteção que cabe à Guarda Nacional. As duas estão tão interligadas que uma não pode ser apresentada fora do contexto da outra.

Problemas sempre surgem em tais apreciações.

Tentarei não fazer estas palavras maiores do que elas são. Não de-

sejo assumir o papel do jovem no seu primeiro emprêgo que correndo para o seu patrão disse "senhor, eu tenho um problema".

Para que élé começasse a pensar positivamente, seu patrão disse-lhe rispidamente: "jovem, aqui nós não falamos de problemas. Nós os chamamos — Oportunidades".

Muito prontamente, o jovem voltou e disse, "senhor, eu tenho uma insuperável oportunidade". Uma das insuperáveis oportunidades da Guarda é esta de informar a seus concidadãos americanos, como certamente é justo, quais são suas responsabilidades, e como ela se desincumbe delas. A Guarda vem tentando superá-las há mais de 300 anos. Nós estamos ainda tentando, e com a considerável assistência de *Don Graves*, esperamos estar fazendo progresso.

Vamos começar com a identificação da Guarda. Isto envolve 2 (dois) térmos: um é "milícia". O outro é "voluntário miliciano".

Geralmente a "milícia" compreende o inteiro poder humano militar do país entre 17 e 45 anos, independentemente do tempo de serviço militar como profissional. (1). Em última análise, inclui todos os jovens que estão em condições de prestação do serviço de recrutamento por seleção. Os Guardas pertencem a esta categoria. Mas não é — como é muitas vezes chamado — "O milícia". Especificamente, nós os chamamos "voluntário miliciano". (2). Isto é, élé se apresenta como voluntário para a instrução militar de tempo de paz, e, então automaticamente é

voluntário para o serviço no caso de guerra.

Agora, eu não sou tão ingênuo de pensar que cada guarda, hoje, seja voluntário pela grande simpatia à vida militar. Não pode haver ilusão quanto à origem da súbita popularidade do Serviço da Guarda conseguida há cerca de 2 (dois) anos. Nós temos conseguido um certo número de jovens não porque êles tenham um "natural pendor para as paradas militares" — como o General George Washington descreveu o voluntário miliciano — mas porque êles selecionam a Guarda como uma honrosa alternativa, prevista em lei, para cumprir seu tempo de serviço militar obrigatório.

Mas, enfaticamente, eu não deprecio êsses jovens ou seus esforços. Eles cumprem seus deveres.

Ser militar não é sua vocação ou destinação. Eles são necessários em tempos como os atuais. Nunca há suficiente voluntariado miliciano para manter as unidades da Guarda prontas para a guerra, como também não há suficiente número de profissionais para manter as unidades da ativa prontas para a guerra.

O serviço profissional é a espinha dorsal das Fôrcas Armadas. Do mesmo modo, o permanente voluntariado-miliciano é a espinha dorsal da Guarda. Como profisional, élé representa uma parte relativamente pequena do poder humano militar da Nação. Ele atende às necessidades militares de ambos, o Estado e a Nação. Ao mesmo tempo é um estudante ou homem de negócio,

(1) Para nós, êsse termo milicia corresponderia à reserva.

(2) Voluntário-miliciano é o nome dado ao voluntário da Guarda Nacional.

de indústria ou agricultura. Agora, é com êsses dados que, tanto quanto possível, eu posso definir o Guarda. Ele pode oferecer alguns outros predicados como cidadão, ou ele pode oferecer vários, mas sua inclinação militar é um predicho de valor definido para o Estado e para a Nação.

A Guarda Terrestre e Aérea está distribuída em 50 estabelecimentos militares estaduais, cada um sob o comando do respectivo Governador. Há também uma Guarda Terrestre e Aérea em "Pôrto Rico" e uma no Distrito de Colúmbia. O efetivo autorizado dêsses estabelecimentos é função sobretudo do índice tributário de jovens que a população local oferece para a Guarda.

O Governador do Estado, como Comandante-em-Chefe, pode chamar suas Unidades de Guarda, toda vez que, em seu julgamento, elas forem necessárias à proteção da vida e da propriedade.

Em complemento, a Guarda Terrestre como um conjunto, e a Guarda Aérea como um conjunto, são componentes — ou partes, se os senhores preferem — do Exército e da Fôrça Aérea dos EUA, respectivamente. Mediante autorização do Congresso, toda, ou qualquer parte, pode ser chamada pelo Presidente ao serviço federal nos Estados Unidos ou fora de seu território.

Então, nós dizemos que a Guarda Nacional tem a missão dupla de servir a ambos — Estado e Nação.

Isto pode parecer como um negócio desajustado, de ter dois "patrões" a um só tempo. Nem tanto. É um sistema de trabalho muito prático, que tem sido desenvolvido através séculos de tentativas e erros

para atender às necessidades dêste próspero país. Deixem-nos traçar êste desenvolvimento em grandes linhas.

Começou em 1636 quando o 1.º Regimento constituído de soldados, cidadãos americanos, foi formado para a proteção da Colônia de Massachussets. Outras Colônias seguiram êsse procedimento. Cérrca de cem anos mais tarde aquelas Unidades de milícia colonial formaram a espinha dorsal do Exército do Gen Washington, que tornou a Revolução vitoriosa.

A Constituição foi adotada com uma cláusula (a 16.^a), dando ao Congresso autoridade para legislar sobre organização, equipamento e disciplina das Milícias. Outra cláusula (a 12.^a), dá ao Congresso o poder para criar e apoiar Exércitos.

Nos 125 anos seguintes, o Congresso tratou de assuntos relativos à Guarda Nacional e fundamentais para a vida da milícia. Pequena atenção foi dada — particularmente no que se referia a apoio. Como resultado, a Guarda foi composta únicamente de milicianos voluntários que se consideravam, antes de mais nada, Tropa Estadual. Discussões sempre surgem sobre a autoridade do Governo Federal de empregá-las.

Tais questões continuaram até o presente século quando o crescimento das responsabilidades internacionais tornaram necessário, para o Governo Federal, ter uma reserva efetiva para apoio às Fôrças Armadas (Exército e Fôrça Aérea).

O Congresso respondeu com a mudança das bases Constitucionais da legislação da Guarda para a

cláusula sob a qual as Fôrças Armadas são organizadas e apoiadas.

Desde essa época, a Guarda tem prestado seu juramento não só aos EUA como também ao seu Estado. Os padrões de suas unidades, no que se refere a comando, treinamento e organização, têm sido estabelecidos em escala crescente. Há pagamento Federal para a Guarda enquanto em treinamento, bem como quando em serviço ativo federal. Há também apoio federal em armamento e equipamento.

Nessa situação, como tropa federal, a Guarda toda foi chamada para a 1.^a e 2.^a Guerras Mundiais. Foi chamada para participar do conflito da Coréia e por ocasião da crise em Berlim. Nossa cadastro de guerra é representado por estandartes, por batalhas e campanhas que os americanos travaram desde a Revolução até o Vietnã. Nós citamos êsses fatos para comparação com outros.

A missão Federal não perturbou a missão Estadual. A Guarda terrestre ou aérea de Michigan, permanece ao comando do respectivo Governador até que seja determinado um serviço Federal. Mantém uma forte identidade estadual. Michigan assegura as instalações para sua Guarda. É recrutada, comandada e treinada por oficiais da Guarda de Michigan. Contudo, os padrões dêste treinamento e as condições para o comissionamento e promoção dos seus oficiais, são os mesmos exigidos para as Fôrças Armadas.

Esta é, pois, a enorme herança militar do jovem dessa comunidade que põe o uniforme para receber instrução com uma Unidade da Guarda de Detroit, 16 horas por mês. E irá também ao campo por um tempo adicional de 15 dias, cada ano, para integral treinamento. Se há uma tempestade, dilúvio ou incêndio de proporções desastrosas (1), ele estará no cumprimento do dever estadual tanto tempo quanto necessário. Usará seu equipamento federal para isso, mas seu pagamento será por conta de Michigan. Se há uma desordem civil, ou a ameaça de sua irrupção, (2), e o Governo assim determinar, ele atenderá da mesma maneira.

O jovem Guarda que escolheu esta opção para prestar seu tempo de serviço militar treinará, e permanecerá disponível para o serviço ativo por seis anos.

Agora, a respeito do assunto referente ao cumprimento do dever Federal, deixem-me digressonar, por um momento, numa questão que tem atormentado a Guarda nos últimos dois anos. Parece-me evidente que este é um ponto crítico, pois tem se constituído em motivo de comparação do Guarda com a imagem dos manifestantes que queimam seu cartão de chamada (3) e "playboys" cabeludos e sujos. Eis a questão: com uma guerra em desenvolvimento, por que a Guarda ou qualquer parte dela não foi mobilizada?

Como os senhores sabem, isto foi resolvido em 25 de janeiro. A

(1) Missões de defesa civil, no quadro de calamidade pública.

(2) Missões no quadro da Manutenção da Ordem e da Segurança Internas.

(3) Trata-se de cartão de chamada para o serviço militar.

resposta provou ser justamente aquilo que o Departamento de Defesa dissera sobre isso. Em essência era: a Guarda deve ser mantida em reserva estratégica para fazer face às contingências que surjam enquanto as fôrças ativas estão lutando no Vietnam.

Esta menção foi uma surpresa para a Guarda. Até aqui, nós sempre tínhamos estado entre os primeiros a lutar desde "Bunker Hill" a "Bataan".

A administração baseia-se na necessidade de manter uma forte resposta para enfrentar contingências de modo mais econômico, sem perda da eficiência e com a menor dispersão dos recursos humanos da Nação.

A crise do "Pueblo" com aquela agressão contra a Coréia do Sul foi uma tal contingência. A convocação feita pelo Presidente incluiu 3 (três) Brigadas Táticas da Guarda Aérea com seus grupos, esquadrões e formações de apoio. A maioria dessas Unidades tinha tido um programa de instrução acelerado nos dois últimos anos, o que lhe permitiu permanecer com o efetivo completo, equipamento e maior número de horas para treinamento.

Quanto ao fato de que será ou não mobilizada no futuro, a opinião dos senhores é tão boa quanto a minha. Em outras palavras: eu evidentemente não sei, e, obviamente, este não é um assunto apropriado para especulação.

A convocação forneceu também as respostas a duas outras questões, que nós temos apresentado nos dois últimos anos. São elas:

— É possível para as Unidades da Guarda passarem direta-

mente ao estado operacional ativo sem um intensivo período de preparação após a mobilização? E a Guarda é um subterfúgio para o refratário à convocação para o serviço militar; é um organismo do qual o atleta profissional pode se valer para cumprimento do serviço militar enquanto segue seu ofício?

Nós desde há muito tempo, temos sabido as respostas a essas perguntas, alguns críticos não.

Os acontecimentos de 25 de janeiro demonstraram que a Guarda é algo tão inseguro quanto se pode imaginar para o "blefador". Ocorre também, que os guardas que são atletas profissionais são tão vulneráveis à chamada como aqueles que ocupam posição como empregados em postos de serviços, bancos oficiais, organizações executivas, caixeiros e pilotos de linhas aéreas. Isto únicamente confirma a evidência do assunto que vinha sendo apresentado de tempos em tempos no passado.

Eu nunca vi a definição do termo "blefador". Mas, se significa aquele que, voluntariamente, busca evitar o serviço militar, então certamente os guardas chamados a atuar no dia 25 de janeiro não podem ser assim qualificados.

Das 9178 cartas de chamada para o serviço ativo, mais do que 99% se apresentaram no dia marcado. Os 34 guardas que estavam ausentes na chamada inicial foram identificados como hospitalizados, ou a uma grande distância de suas unidades. Alguns, que são pilotos de linhas aéreas, receberam a chamada enquanto na Europa, Japão ou voando sobre o Pacífico Sul.

Se houve uma mais completa resposta a uma mobilização, eu nada sei sobre isso. Não tenho outros dados à respeito da mobilização ocorrida em "Lexington" e "Concord", (1) mas, dificilmente, poderia ter sido acima de 99%.

A respeito de se o pregaro profissional da Guarda permite passar diretamente de uma fase de instrução para uma de operações, nós asseguramos que tal poderá ser feito se a Guarda tiver efetivo compatível, tempo de treinamento e equipamento adequado. As unidades de Guardas Aéreas mobilizadas, tinham tido êsses elementos essenciais e se apresentaram prontas para o serviço para missões operacionais.

No que se refere à Guarda Terrestre, nós temos uma forte força de 120.000 homens, em unidades selecionadas que têm tido também treinamento acelerado. Estou confiante que êsse dispositivo se chamado, poderá desempenhar-se de modo semelhante.

Uma longa e permanente meta tem sido trazer todo o efetivo da Guarda Terrestre e Aérea à realização de ações de resposta do mesmo nível daquelas das aludidas unidades selecionadas. Acreditamos que nos próximos anos isto será feito.

Agora, vejamos quanto a tumultos ou desordens civis — por qualquer nome seja chamado, em escala que possa ameaçar as instituições política, econômica e social da Nação.

O Presidente em sua Mensagem ao Estado disse que "a desobediê-

cia à lei deve ser severa e prontamente punida".

O Chefe do Estado-Maior do Exército declarou que a assistência às autoridades civis, no controle de tumultos, é a missão prioritária da Guarda nos tempos atuais. Eu cuso dizer que uma diretriz similar foi expedida pelo Gabinete de cada Governador de Estado. Posso assegurar que a Guarda Nacional está tomando essa diretriz ao pé da letra.

Deixem-me frisar, contudo, que a preparação para este dever não indica um desejo de executá-lo. Nenhuma missão é menos desejada. Ninguém reconhece mais claramente do que a Guarda que a repressão pela força é, para o tumulto, a mais custosa e de resultados precários. Ninguém reconhece mais claramente que a única resposta verdadeira para todos os imprevistos, é aquela procurada através dos seus quadros de cidadãos com base nos esforços da comunidade para corrigir as causas na sua essência. Isto merece o apoio de todos aquêles de boa vontade — sem olhar raças ou crenças.

Indubitavelmente, o caminho do sucesso desse esforço é tão longo, penoso e áspero como o próprio problema. Um sério bloqueio no caminho é apresentado por aquêlos que ameaçam realizar tumultos para apoiar suas reivindicações ou que pregam que êle é inevitável.

Essas ameaças têm sido tomadas literalmente. A Guarda tem feito assim. A preparação para contê-los, se êles se materializam, estão sob

(1). Mobilização durante a guerra de independência.

diretrizes gerais de planejamento, treinamento e equipamento.

O propósito do planejamento é obter tropas de Guarda prontos para ação, preferentemente antes que um distúrbio transforme-se em tumulto e sempre antes que ele ultrapasse a possibilidade de controle pela polícia.

O primeiro elemento do planejamento é o estabelecimento com clareza da autoridade sob a qual a Guarda atuará. Em cada estado, o Governador, como comandante em chefe tem essa autoridade.

O plano deve também prever coordenação de esforços das unidades da Guarda com as forças da polícia estadual. A autoridade máxima de direção deve ser estabelecida, bem como a autoridade executora.

A autoridade para prender e deter, nós acreditamos, deve permanecer com a polícia, a não ser que uma lei marcial seja necessária. Contudo, sete estados investiram a Guarda com a autoridade inerente a delegados para efetuarem prisões quando chamada ao serviço estadual.

O planejamento deve também compreender a coordenação com as Tropas Federais, se elas forem chamadas à ação pelo Presidente. Neste caso, nós esperamos que as Unidades da Guarda venham a ser federalizadas e colocadas totalmente sob o controle do comandante da tropa federal.

Pontos de reunião, postos de comando, rôdes de comunicações e logística são também importantes elementos desse plano — como o são em qualquer operação militar.

O planejamento que eu propus tem sido executado em cada Esta-

do. O Exército tem se feito presente nesse planejamento através do representante do comandante de cada área. O General Wilson — Chefe do Gabinete da Guarda — e eu, estamos pessoalmente revendo esses planos no próprio local de cada Quartel Estadual.

Quanto ao treinamento. Cada unidade acaba de completar 32 horas ou mais de instrução em assuntos especiais sobre controle de tumultos. Este treinamento inclui procedimento da turba, liderança e disciplina no controle de distúrbios, e agentes de controle da turba. Várias unidades têm levado a efeito exercícios de treinamento junto à polícia estadual local.

Adicionalmente Comandantes e Estados-Maiores completaram 16 horas de treinamento, no seu escalaõ, sobre distúrbios civis, culminando com 8 horas de exercício de posto de comando para testar os planos das unidades.

A respeito do equipamento: O fuzil e a baioneta do soldado de Infantaria adequadamente empunhados são plenamente respeitados pela turba empenhada nas violências. Então, a Guarda é adequadamente equipada para sua missão. Contudo, há também, equipamento especializado, tais como, proteções blindadas, agentes químicos para dispersão da turba, armas especiais para tumultos e equipamentos de comunicação adicional. Há também necessidade de roupas para operações durante o inverno. Não é prático ou necessário suprir cada unidade da Guarda com tudo isso. Estocado, agora, pode ser distribuído em curto prazo, mediante ordem, por avião, se for necessário.

Não poderia terminar êste assunto sem mencionar os negros da Guarda. Como os senhores estão cientes, os tumultos chamaram a atenção para o fato de que os negros representam uma pequena percentagem no que se relaciona à Guarda Terrestre e menor do que um por cento na Guarda Aérea. Têm sido realizados esforços, por vários anos, para aumentar essa percentagem. O resultado mais importante tem sido remover todas as barreiras raciais — através de lei ou medidas administrativas para o alistamento.

O fato permanece, embora um progresso muito pequeno já tenha sido obtido. O Presidente da Comissão sobre Desordens Civis ressaltou êste ponto logo após o início das sessões no verão passado. O Presidente exortou a Comissão para que recomendasse o aumento do número de negros na Guarda.

Os Senhores talvez saibam, a Guarda de New Jersey solicitou, e foi autorizada pelo Departamento de Defesa, a um aumento de 5% no efetivo tanto no que se refere à Guarda Terrestre como na Aérea, para execução de um programa de alistamento. Isto atinge a soma de 740 homens para a Guarda Terrestre e 130 para a Guarda Aérea.

O programa começou dia 29 de agosto último. Até esta data, cerca de 58% da quota da Guarda Terrestre e aproximadamente 50% da Guarda Aérea foi atingida.

A ênfase atual ao aumento de integrantes da raça negra na Guarda foi interrompida pelos distúrbios civis. O propósito básico, contudo, é muito mais amplo. É fazer a Guar-

da verdadeiramente representativa da AMÉRICA, de seu governo e de sua ordem social. Em termos mais formais, é fazer a Guarda verdadeiramente representativa dos princípios da Constituição que os guardas passaram a apoiar e defender.

Então eu acredito que o objetivo da Guarda, propiciando oportunidades para cidadãos, que nasceram negros, serve paralelamente ao objetivo do esforço de Detroit de propiciar oportunidades econômicas, educacionais e sociais. Ambos os propósitos são urgentemente importantes pela imediata ameaça de violência, e porque êles representam, ainda, de modo categórico, o objetivo da AMÉRICA.

Na minha opinião, nós — e eu incluo todos aquêles de quaisquer origens raciais, que desejam executar êsse objetivo através de esforços construtivos — e não destrutivos — estamos todos no mesmo barco. É uma situação parecida àquela do mergulhador, que no fundo do mar recebeu uma mensagem urgente do encarregado do convés da embarcação que dizia: "Depressa, suba, nós estamos naufragando".

Aquêles que estão necessitando igual oportunidade estão em perigo tanto quanto aquêles que estão tentando ajudá-los. Se um afundar os outros também afundarão. Eu resisto à tentação de levar isto mais adiante dizendo que o Barco do Estado está comprometido. Posso dizer que aconteça o que acontecer a êsse barco, nós estamos nêle, assim tem sido nos últimos dois séculos. O barco tem quebrado e jogado mas nunca naufragou. Eu não acredito que isso venha a ocorrer agora.

LEITURA DINÂMICA

1. NOVA DOSAGEM DE TEMPO

A intensa atividade de nossos dias impõe uma reformulação total de certos hábitos, na busca de um melhor aproveitamento do tempo. Entre êles, o da leitura, pelo que esta representa em qualquer processo de aculturação, vinha se alinhando como um dos que exigia emergente solução. Como descobrir tempo para ler, se os nossos momentos estão todos tomados por solicitações tão desiguais e absorventes? A resposta a esta indagação parece ter chegado com a adoção de novas técnicas de leitura, capazes de assegurar seu maior rendimento, dentro das restrições impostas pela escassez de tempo. Foi, portanto, de uma necessidade imperiosa que nasceu este apaixonante modo de ler, capaz de conquistar cada vez maior número de adeptos: a Leitura Dinâmica (LD).

2. COMO VEMOS AS COISAS

A LD baseia-se no princípio psicológico da "gestalt". A mente humana, ao defrontar-se com qualquer situação nova, tende sempre a tomá-la como um *todo*, para depois considerar-lhe as partes. Porém, ao desencadear o processo intelectivo, a primeira visão, essencialmente global, já é suficiente para uma idéia básica, definidora.

3. LINGUAGEM E PENSAMENTO, ELEMENTOS BIUNIVOCOS

Pensamento e linguagem são interdependentes a tal ponto que não podem ser dissociados. Alguém pode pensar, encadear um raciocínio, sem um apêlo direto à linguagem?

No campo da linguagem, as palavras são unidades que, associadas, geram a frase, expressão verbal do pensamento. Jamais teremos noção exata de um pensamento, se a frase não nos chegar inteira, as palavras concatenadas, funcionando como um todo. Ao conversarmos com alguém, não damos atenção maior às palavras de per si: cuidamos, sim, das frases, pois elas é que vão refletindo o rumo dos pensamentos. É o que fazemos na rua, ao identificarmos um automóvel. Não concluímos que se trata de um automóvel porque possui 4 rodas, carroaria, etc. Distinguimo-lo, sim, pelo seu conjunto. Por que, então, ao encontrarmos escrita a palavra automóvel, temos de dividi-la mentalmente em sílabas, para, em seguida, levantarmos o seu significado. Por que não a entendermos como um *todo*, lendo-a instantâneamente, dentro do princípio gestáltico?

4. A L D, ESTA GRANDE CONQUISTA

Se o estilo dos autores contemporâneos, fiel às tendências da época, tem na concisão uma de suas características fundamentais, por que não abreviarmos nosso tempo de leitura, pela adoção de uma técnica que, *sem prejuízo da compreensão do texto*, eleve drásticamente nossa velocidade de leitura?

Evelyn Wood, professora norte-americana, criou um método capaz de permitir tal aceleração. O êxito em seu emprego vai depender exclusivamente do esforço despendido pelos interessados, na fase da aprendizagem, pois sua eficiência depende da meticulosidade com que forem executados determinados exercícios para a vista, considerados fundamentais à assimilação da técnica de LD. Conduzido com assiduidade o estudo da LD, podemos garantir que um indivíduo normal, cuja velocidade de leitura pelo processo tradicional gira em volta de 300 ppm (palavras por minuto), pode alcançar uma cadência de 2.000 ppm, o que equivale a quase 7 vezes a velocidade habitual.

5. COMO VERIFICARMOS NOSSA VELOCIDADE DE LEITURA

Quem inicia um curso de LD deve, preliminarmente, apurar sua velocidade de leitura. Só assim poderá ajuizar melhor o progresso alcançado ao longo da prática.

Para tal, deve-se escolher um livro de temática amena (não se deve pensar em livros complexos que, por exigirem maior atenção, não servem para o teste). Calcula-se, então, quantas palavras contém, *em média* cada fôlha. Para isto apura-se o número de palavras contidas em três linhas consecutivas. Vejamos um exemplo, extraído do seguinte fragmento:

“Os investimentos na América Latina, em anos recentes, têm demorado; e as razões para esta morosidade não são difíceis de apurar. Em 1961 — 62, havia um temor generalizado de que as ações castristas se propagassem a todo o hemisfério.”

(“Luta por um Mundo Melhor”, de R F Kennedy)

Tomam-se 3 linhas consecutivas (não valem, em princípio, as que iniciam parágrafo ou o encerram) e contam-se quantas palavras ou fragmentos de palavras contêm. Sejam, por exemplo, as linhas 2, 3 e 4. Elas contêm 27 palavras, incluindo números e fragmentos de números e palavras. Divide-se por 3 e ter-se-á o número de palavras por linha, no caso 9. Cada linha, portanto, terá em média 9 palavras.

O número de palavras por página será calculado multiplicando-se o número de palavras de cada linha pelo total de linhas da página. Calculado o número de palavras por página, passa-se à leitura livre da obra selecionada. Lê-se durante 3 minutos: calculam-se quantas palavras foram lidas (Número de páginas lidas X número de palavras por página). A divisão deste produto por 3 nos dirá quantas palavras, em média, estamos a ler em cada minuto. Este dado será anotado na Fôlha de controle (Anexo n.º 1).

6. (*) EXERCÍCIOS PARA OS OLHOS

A rapidez de leitura está intimamente ligada à maior ou menor destreza com que utilizamos os olhos. Devemos, portanto, exercitá-los com vistas à sua maior eficiência.

Arrolamos, abaixo, três exercícios que todos os candidatos a ler dinâmicamente devem realizar, nos tempos preestabelecidos:

1.º exercício:

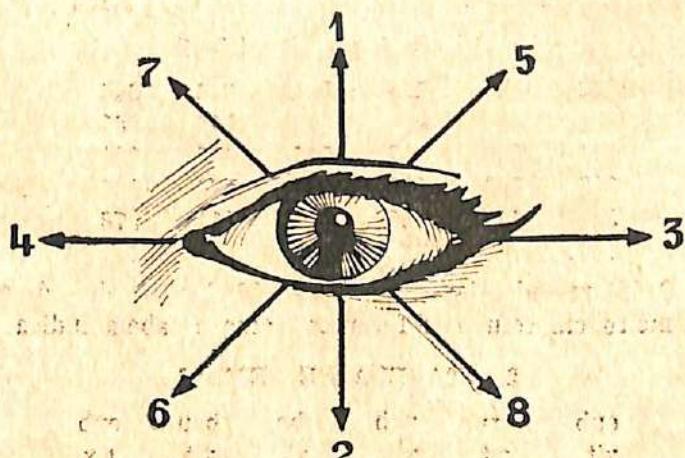
Focalizar, com os olhos, um objeto afastado e, imediatamente após, outro em nossas mãos. Refazê-lo, pacientemente, por 5 minutos, aumentando a velocidade. Isto vai excitar o nervo óptico, aumentando simultaneamente nossa velocidade de focalização. Quanto maior a velocidade na alternação, mais eficaz o exercício.

2.º exercício:

Com a cabeça imóvel, voltada para a frente, seguir alternadamente o movimento do dedo indicador das mãos esquerda e direita, deslocando-se (os braços levemente flexionados) da frente do rosto até tocar o ombro oposto (e vice-versa). Repetir o movimento várias vezes, aumentando a velocidade. A seguir, esfregar as mãos, aquecendo-as e massagear os olhos cerrados com a ponta dos dedos. Executar até 10 minutos.

3.º exercício:

Partindo de 1 minuto, na 1^a vez, até, gradativamente, alcançar 10 minutos, nas vêzes subseqüentes, realizar com os olhos os movimentos indicados pela figura abaixo:



MOVIMENTO: 1-2, 3-4, 5-6, 7-8,
1-2, 3-4, etc.

Para o sucesso dêste exercício, forçar o deslocamento dos olhos ao limite máximo possível a cada um.

7. LER USANDO AS MÃOS

Desde as etapas iniciais do aprendizado de ler dinamicamente, há necessidade de fazer com que as mãos e os olhos aprendam a trabalhar juntos. Isto porque, enquanto uma das mãos — a esquerda — se encarrega de virar as páginas, a outra serve de guia aos olhos, obrigando-os a correr a página com a velocidade e o ritmo que caracterizam uma leitura dinâmica bem realizada. A mão direita é, em resumo, um indicador de velocidade devendo deslizar pela página impressa com cadêncio uniforme mal tocando o papel.

O primeiro passo para a incorporação da técnica da LD (vamos breviá-la assim, daqui para a frente) consiste na realização dos chamados *movimentos 1 e 2*, que nada mais são do que a leitura por linhas sucessivas, a mão direita obrigando os olhos a percorrer cada linha numa velocidade que impeça o que se convencionou chamar em LD de *vocalização* e de *subvocalização*.

Por vocalização entende-se o balbuciar de palavras, à proporção que são lidas, vício logo rejeitado por quem adquire o hábito de ler. Já a subvocalização vem a ser a divisão mental da palavra em sílabas, para seu posterior entendimento. Trata-se de um vício de difícil eradicação, pois quase todos estamos muito apegados a él, instruídos que fomos consoante uma técnica de leitura essencialmente analítica, oposta por inteiro ao método globalizado de alfabetização, largamente difundido em nossas escolas primárias.

A identificação, a grande velocidade, de grupos de números e de letras é um excelente recurso para eliminar a subvocalização. Será a primeira prática a realizar, diariamente, bastando 10 minutos para cada tipo de exercício. As tabelas abaixo servem de exemplo para a confecção de outras, a serem elaboradas pelos interessados para a sua prática diária.

1. TABELA DE NÚMEROS

842	527	824	284	842	248
968	969	968	473	748	859
321	880	312	255	327	321
880	880	609	784	322	197
544	519	760	544	811	378

Obs: O interessado deverá elaborar 30 fileiras de números, repetindo o primeiro em colunas diferentes, como a tabela indica.

2. TABELA DE LETRAS

eub	eru	ueb	ube	beu	eub
xit	xet	xil	ixt	xit	tix
olv	lov	olv	vol	lev	elv
szp	szp	szq	pzs	sep	seq
alo	ale	ola	alo	lao	loa

Obs.: elaborar, também, 30 fileiras, dentro do mesmo critério adotado para a tabela de números. Usar o mínimo possível grupos que pos-

sam permitir a subvocalização, dando preferência às associações que não gerem sílabas.

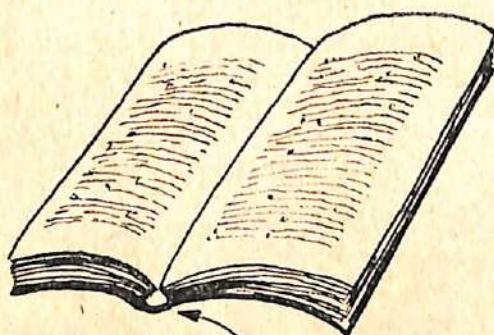
A primeira atividade a cumprir diariamente será a leitura das tabelas de números e letras, utilizando o *movimento 1*: mão direita espalmada, percorrendo velozmente as linhas inteiras, da esquerda para a direita, uma após outra, com os olhos acompanhando o movimento. A finalidade deste trabalho é aumentar a *capacidade de percepção*, eliminando a subvocalização e aumentando a velocidade potencial de leitura.

8. TREINAMENTO DIÁRIO

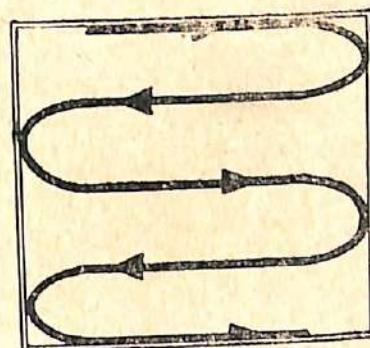
Na fase da aprendizagem o interessado deve despender diariamente da ordem de 90 minutos para realizar exercícios. Além dos já assinalados deve-se realizar a tarefa abaixo:

TAREFA

1. *Preparar o livro inteiro para a LD:* correr as fôlhas, pressionando com os dedos da mão direita a parte interna das fôlhas, percorrendo a charneira da lombada.



*CHARNEIRA
DA LOMBADA*



"S" PREGUIÇOSO

2. Executar em 20 páginas, gastando 4 segundos por página, o movimento do "S preguiçoso:" este movimento consiste em fazer a mão direita percorrer cada fôlha, cumprindo a trajetória indicada pela figura abaixo. Os olhos, inteiramente relaxados, devem acompanhar o movimento da mão, visualizando simultaneamente o maior número possível de palavras, sem procurar entendê-las ou repeti-las mentalmente. Na verdade, o que se deverá enxergar é uma área repleta de palavras.

3. Executar em 20 páginas, gastando 3 segundos por página, o mesmo movimento.

4. Ler, com o movimento 1, uma página, com compreensão total. Marcar o tempo.

5. Ler a mesma página e mais $\frac{1}{4}$ de página no mesmo tempo.
6. Ler as mesmas $1 \frac{1}{4}$ páginas e mais $\frac{1}{4}$ página, no mesmo tempo.
7. No mesmo espaço de tempo, partindo da 1.ª página, ler até alcançar 3 folhas, mesmo que a velocidade prejudique a compreensão.
8. Repetir a operação, alcançando no mesmo tempo, 4 $\frac{1}{2}$ páginas, e lendo mais rápido que o necessário para ter compreensão.
9. Ler, então, outra página, inédita, com velocidade, mas buscando compreensão. Anotar o tempo na folha de controle.

Obs.: este exercício visa, sobretudo, à obtenção de velocidade. Quanto mais rápido, melhor. O entendimento virá com o tempo. É preciso, sim, acostumar os olhos a trabalhar no ritmo imposto pela mão direita.

9. CONCLUSÃO

Esta foi nossa primeira lição de LD. Procure realizar bastante até o nosso próximo número, anotando seu progresso no Anexo n.º 1. Em 4 lições esperamos fornecer todos os elementos imprescindíveis à realização do LD em sua plenitude. Boa sorte!

ANEXO N.^o 1

CURSO DE LEITURA DINÂMICA

Nome
.....

2.º Estudo ————— P.P.M.
%

3.º Estudo ————— P.P.M.
 %

4.º Estudo ————— P.P.M.

5.º Estudo ————— P.P.M.
 %

6.^o Estudo ————— P.P.M.

7.º Estudo ————— P.P.M.

8º Estudo ————— P.P.M.

— 2 — R. B. M.

P. P. M.

10.- Estudo %

11º Estudo ————— P.P.M. %

12.^o Estudo _____ P.P.M.
 %

13.^º Estudo ————— P.P.M.
 %

14.^o Estudo ————— P.P.M.
 %

15.^o Estudo ————— P.P.M.
%

16.º Estudo ————— P.P.M.

%

17.º Estudo ————— P.P.M.

%

18.º Estudo ————— P.P.M.

%

19.º Estudo ————— P.P.M.

%

20.º Estudo ————— P.P.M.

%

21.º Estudo ————— P.P.M.

%

22.º Estudo ————— P.P.M.

%

23.º Estudo ————— P.P.M.

%

24.º Estudo ————— P.P.M.

%

25.º Estudo ————— P.P.M.

%

26.º Estudo ————— P.P.M.

%

27.º Estudo ————— P.P.M.

%

28.º Estudo ————— P.P.M.

%

29.º Estudo ————— P.P.M.

%

30.º Estudo ————— P.P.M.

%



DESCRIPTA

METAIS NÃO FERROSOS

A descoberta de jazidas de cobre pode ser mais um passo na solução do problema dos metais não ferrosos, em nosso País

Um relatório da Sudene sobre a existência de uma grande jazida de minério de cobre na região de Juazeiro e Uauá, na Bahia, provocou euforia na região e vem renovar esperanças para a solução de um antigo problema brasileiro: a dependência de importação de metais não ferrosos.

Ponto Fraco — O Brasil é um país de incontestável potencialidade em recursos naturais, decorrente da vastidão de seu território e da variedade de solos. Essa potencialidade está comprovada em muitos setores de produção, e, de modo geral, não nos conformamos quando se diz que não temos tal ou qual produto em estado natural, sobretudo minerais. É claro que isso pode acontecer, mas também se formou entre nós uma injustificada posição negativista, em reação ao famoso "porque-me-ufanismo", de outrora. Por isso, parece-nos positiva a posição do "pagar para ver", tal como foi feito com o petróleo que aí está cada vez mais "pra frente". Um ponto fraco e persistente, contudo, têm sido os metais não ferrosos. Era a falha dos recursos naturais. Sempre se falou em regiões com grandes possibilidades, mas nunca positivadas.

Problemas — Uma região em Goiás se chama Niquelândia mas continuamos dependentes de níquel importado. Dizem que existem jazidas de minério de zinco, porém de industrialização difícil. Falou-se na descoberta, em nosso País, de uma técnica para transformar o minério difícil, mas depois se deixou de falar no assunto e continuamos dependentes de zinco. O chumbo e o cobre são outros metais não ferrosos que avançam pouco no sentido da produção nacional do minério.

Só o alumínio e o estanho (bauxita e cassiterita) a algum tempo alcançaram índices significativos de produção. Assim mesmo a importação do alumínio e suas ligas ainda é muito elevada. O valor de importação de cinco dos metais não ferrosos de uso industrial mais freqüente e de grande importância — cobre, níquel, alumínio, chumbo e zinco — alcançou em 1966, 107 milhões de dólares. O estanho não figura naquela categoria de importação, existindo no Brasil bom nível de produção tanto do minério (cassiterita) como do metal.

Produção Mundial — Por outro lado, o confronto com a produção de outros países, ainda deixa o Brasil em posição muito desfavorável. As estatísticas nacionais e internacionais não são completas, faltando o níquel nas internacionais e, nas nacionais, as de minério de zinco e as de metais de cobre, níquel e zinco. Mas são suficientes para mostrar as grandes diferenças com os sete principais maiores produtores do mundo. Aliás, nosso País, nas séries estatísticas desses produtos (metais) do Boletim Estatístico Mensal da ONU, só figura nas de alumínio e estanho.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE METAIS NÃO-FERROSOS

1.000 Toneladas — Média Mensal — 1966

ALUMÍNIO

Estados Unidos	224
Canadá	69
França	30
Japão	28
Noruega	27
Rep. Fed. da Alemanha	20
Itália	11

CHUMBO

Estados Unidos	34
Austrália	16
Canadá	14
México	14
Rep. Fed. da Alemanha	10
Japão	10
França	10

COBRE	ESTANHO	ZINCO
Estados Unidos .. 111	Malásia 6.016	Estados Unidos .. 77
Zambia 50	Reino Unido .. 1.482	Japão 36
Chile 53	Tailândia 1.439	Canadá 29
Canadá 32	Países Baixos .. 1.063	Bélgica 21
Japão 23	Nigéria 841	Austrália 17
Congo 20	Bélgica 421	Polônia 16
Peru 13	Estados Unidos 262	França 16

Fonte: Bulletin Mensuel de Statistique, ONU.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MINÉRIOS NÃO-FERROSOS

	Toneladas	
	1965	1966
ALUMÍNIO (Bauxita)	187.964	249.981
CHUMBO (Minérios não especificados)	266.919	332.937
COBRE (Minérios não especificados)	2.833	119.529
ESTANHO (Cassiterita)	126.227	2.499
NÍQUEL (Garnierita)	59.311	59.711

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE.

Dezembro 1968

259



G. R. Schmid & Cia. Ltda.

**PAPELARIA — TIPOGRAFIA — MATERIAL
DE DESENHO — MATERIAL DE LIMPEZA**

Rua Teófilo Ottoni, 113-3º — Tel. 43-9462

RIO DE JANEIRO

CHURCHILL

Na guerra, **determinação**; na derrota, **bravura**; na vitória, **magnanimidade**; na paz **boa vontade**.

Conserve em todos os momentos da vida:
Determinação — Coragem — Serenidade —
Resignação — Alegria.

A MARCHA DOS VÔOS ESPACIAIS

O lançamento hoje da espaçonave Soyuz-4 soviética é o 11.º vôo tripulado soviético.

Os EUA fizeram 18 vôos tripulados ao espaço, com o clímax na missão da Apolo-8 em volta da Lua e de retorno à Terra.

O programa de vôos espaciais soviéticos teve início em abril de 1961, com o pioneiro mundial Yuri Gagarin na Vostok 1.

Dez outros lançamentos tripulados soviéticos se seguiram, um dos quais causou a morte do astronauta Wladimir Komarov, de 40 anos, em abril de 1967.

Os vôos soviéticos foram:

Vostok 1 — 12 de abril de 1962 — Yurin Gagarin — uma órbita da Terra.

Vostok 2 — 6 de agosto de 1962 — Gherman Titov — 17 órbitas.

Vostok 3 — 11 de agosto de 1962 — Andriyan Nikolaiev, 64 órbitas.

Vostok 4 — 12 de agosto de 1962 — Pavel Popovich, 48 órbitas.

Vostok 5 — 14 de junho de 1963, Valery Bykovsky, 81 órbitas.

Vostok 6 — 16 de junho de 1963, com a primeira mulher cosmonauta, Valentina Tereshkova, 48 órbitas.

Voskhod 1 — 12 de outubro de 1964 — primeira espaçonave de mulatiassentos. Três homens a bordo. Wladimir Komarov, Konstantin Feiotisov e Boris Yerorov, 16 órbitas.

Voskhod 2 — 18 de março de 1965 — dois homens a bordo. Pavel Belyaev e Alexei Leonov, sendo o último o primeiro homem a flutuar no espaço, 17 órbitas.

Soyuz-1 — 23 de abril de 1967 — Queda dia 24 de abril quando as cordas do pára-quedas enrolaram, matando o cosmonauta Wladimir Komarov — o primeiro homem a morrer no espaço.

Soyuz-3 — 26 de outubro de 1968, coronel Georgy Beregovoi, 65 órbitas, manobras de aproximação com a nave não tripulada Soyuz-2.

Vôos espaciais tripulados americanos:

Freedom VII — 5 de maio de 1951 — Alan Shepard — não orbital.

Liberty Bell VII — 21 de julho de 1962 Virgil Grissom, não orbital.

Friendship VII — 20 de fevereiro de 1962 — John Glenn — três órbitas.

Autora VII — 24 de maio de 1962 — Malcolm Scott Carpenter — três órbitas.

Sigma VII — 3 de outubro de 1962 — Walter Schirra — seis órbitas.

Faith VII — 15 de maio de 1963 — Gordon Cooper, 22 órbitas.

Gemini 888 apelidada Molly Brown — 23 de março de 1965, Virgil Grissom e John Young — primeira nave de mais de um assento americana e mudança de órbita em vôo.

Gemini IV — 3 de junho de 1965 — James McDivit e Edward White — que foi o primeiro americano a flutuar no espaço — 62 órbitas.

Gemini V — 21 de agosto de 1965 — Gordon Cooper e Charles Conrad — 120 órbitas.

Gemini VII — 8 de dezembro de 1965 — Frank Borman e James Lovell — 206 órbitas.

Gemini VI — 15 de dezembro de 1965 — Walter Schirra e Thomas Stafford — 17 órbitas.

Gemini VIII — 16 de março de 1966 — Neil Armstrong e David Scott — primeira nave a acoplar com outra, um foguete Agena — sete órbitas — descida de emergência após complicações com a nave.

Gemini IX — 3 de junho de 1966 — Eugene Cernan e Thomas Stafford — 46 órbitas. Cernan fez um passeio no espaço de 124 minutos, o mais demorado até hoje.

Gemini X — 18 de julho de 1966 — John Young e Michael Collins — 44 órbitas.

Gemini XI — 12 de setembro de 1966 — Peter Conrad e Richard Gordon — dois encontros difíceis — recorde de altitude de 860 milhas.

Gemini XII — 11 de novembro de 1966 — James Lovell e Buzz Aldrin — 59 órbitas.

Apolo VII — 11 de outubro de 1968 — Walter Schirra, Don Eisele e Walter Cunningham — um vôo de 11 dias.

Apolo VIII — 21 de dezembro de 1968 — Frank Borman, James Lovell e William Anders. Primeiro vôo tripulado na órbita da Lua — 10 órbitas na Lua. Primeiro vôo tripulado a sair da gravidade da Terra.

NOTA: três astronautas americanos, Virgil Grissom, Edward White e Roger Chaffers foram mortos a 27 de janeiro de 1967, durante treinamentos para um vôo tripulado do programa Apolo.

Eles morreram queimados quando a nave espacial pegou fogo no alto do foguete Saturno, em sua plataforma de lançamento.

GUARNIÇÃO DA AMAZÔNIA

Portugal adotou o sistema de criar circunscrições administrativas e fortificações mesmo em regiões brasileiras ainda totalmente despovoadas, a fim de garantir sua posse posterior, fora dos limites prefixados no Tratado de Tordesilhas, de 1494.

O Brasil Independente manteve essa mesma orientação, sustentando guarnições fronteiriças e criando Províncias, Estados e Territórios Federais, em zonas de escasso povoamento, a fim de sustentar nas mais longínquas regiões, nossa soberania. Associavam-se, assim, estadistas e diplomatas, a militares devassadores, bandeirantes, entradistas, missionários, droguistas do Sertão, seringueiros, regatões, comerciantes, etc., nessa obra essencialmente coletiva que foi e ainda é a formação territorial brasileira.

Que ela ainda prossegue, em moldes modernos, temos a prova na ação do Grupamento de Elementos de Fronteira, do Exército, sediado em Manaus, espalhado em guarnições que cobrem milhares de quilômetros de extensão.

Para que sua ação possa atingir com eficiência as fronteiras com as três Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, é, entretanto, indispensável, a cooperação, que lhe não tem faltado, da Marinha e da Aeronáutica, bem como dos próprios governos estaduais e territoriais da imensa região em causa.

Vê-se, assim, que nossa unidade territorial continua a ser vital preocupaçāo brasileira, nas Fôrças Armadas, encontrando elemento permanente e imprescindível.

A DEFESA NACIONAL

P E S Q U I S A

1 — A evolução da revista A DEFESA NACIONAL deve estar condicionada às necessidades de informações e conhecimentos de seus leitores, cujas tendências e preferências podem se alterar a cada ano. Influem nessa alteração, entre outras, as seguintes razões:

- Exercício de encargos ou funções novas, que abrem perspectivas diferentes e exigem atualização ou aquisição de outros conhecimentos sobre vários setores da atividade humana.
- Surgimento de fatos ou evolução constante de acontecimentos de âmbito nacional ou mundial.
- Influência de outros meios de Comunicações.
- Necessidade de atualização profissional.

2 — Coerente com êsse ponto de vista, A DEFESA NACIONAL organizou o presente Questionário, certa de que contará com seu interesse e solicita a sua rápida devolução devidamente preenchido, para que possa ser útil à coleção 1969.

3 — Assinale com *S* ou *N*, à direita de cada pergunta:

- a) Recebe regularmente a Revista?
- b) Recebeu o número referente a Nov-Dez?
- c) Costuma comentar com outros companheiros os assuntos tratados em sua revista?
- d) Outros companheiros comentam com o senhor temas publicados na revista?
- e) Coleciona artigos da revista?
- f) Em seus estudos ou trabalhos profissionais, consulta a revista?

- g) Em suas leituras ou estudos sobre problemas da atualidade (econômicos, sociais, literários, etc.), encontrou na revista matéria que complementasse ou esclarecesse êsses estudos ou leitura?
- h) Colabora em alguma revista?
- i) Já colaborou em alguma revista?
- j) Julga útil a circulação de uma revista como A DEFESA NACIONAL nos meios militares?

4 — Registre em seguida a cada pergunta a sua opinião:

- a) Qual o último número que leu?
- b) Qual o assunto que julgou mais interessante nesse número?
- c) Quais os assuntos profissionais que mais lhe interessam no momento?
- d) E sobre temas gerais (geografia, história, economia, etc.)?
- e) Quais foram os 2 últimos livros que o senhor leu?
- f) Qual a seção que mais lhe agrada nos jornais?
- g) Qual, a seu critério, a melhor publicação que o senhor assina?
- h) Qual a que gostaria de assinar?
- i) Sobre que assunto(s) gostaria de escrever?

* * *

NÃO DEIXE DE NOS ENVIAR SUA RESPOSTA

Pôsto Arma ou SV.....

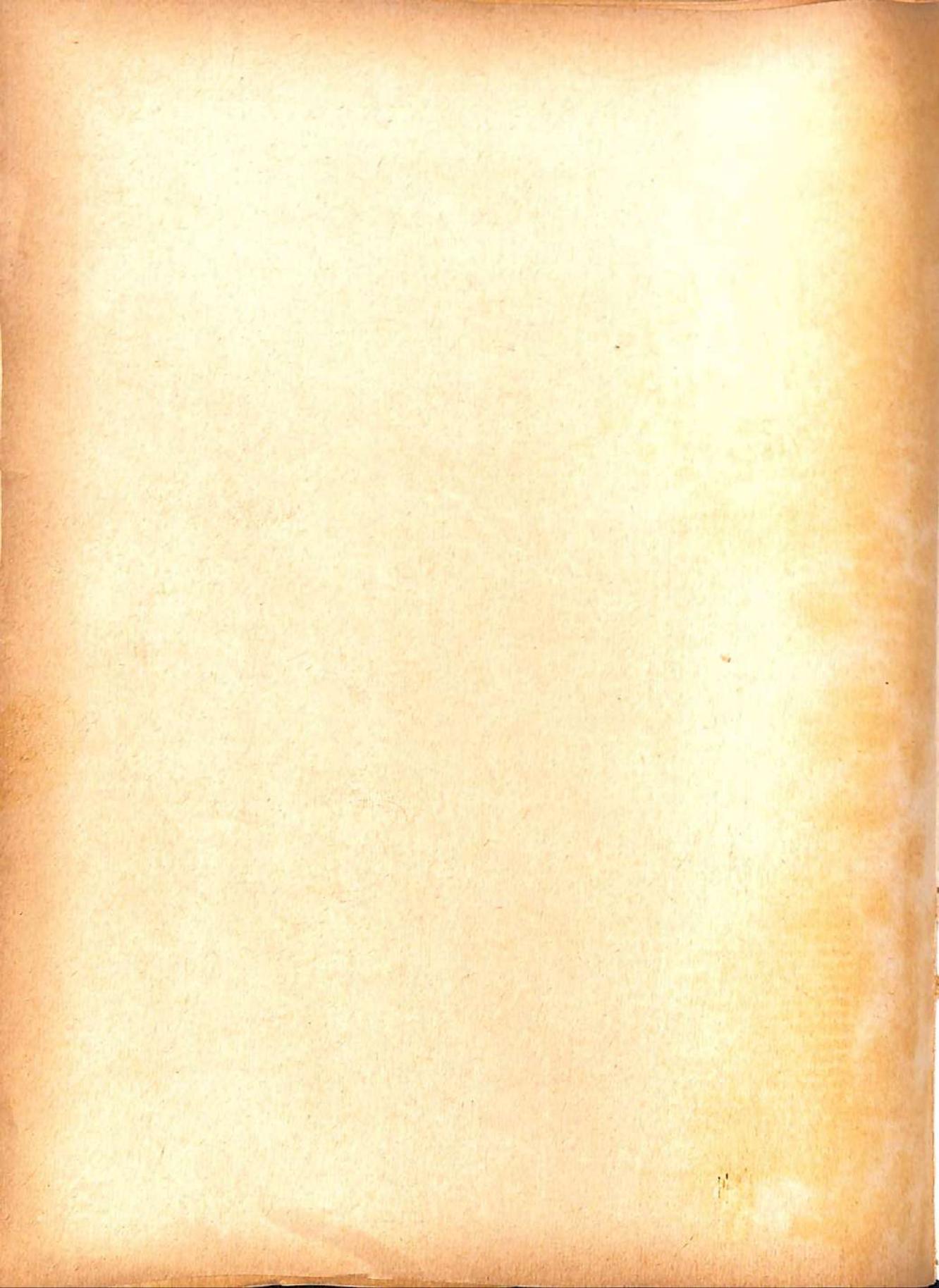
AVISO IMPORTANTE

Aos Srs. Assinantes :

1. O valor da assinatura a partir de 1969 (NCr\$ 5,00), não mais será descontado em fôlha, devendo ser remetido diretamente à Redação, mediante cheque, pelo assinante.
2. A revista publicará em cada número, a relação dos que remeteram aquela importância, valendo essa transcrição como recibo para o interessado.
3. Se até a distribuição do 2.º número subsequente à data da remessa da importância não fôr publicado o nome do assinante, solicitamos ao interessado informar-nos com a maior brevidade, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias.
4. Aquêles que o desejarem, poderão efetuar o pagamento diretamente na Redação, sendo o recibo passado conforme o n.º 2 acima.
5. Encarecemos a todos, a necessidade de manterem atualizados seus endereços a fim de que não haja retardo ou extravio na expedição dos exemplares e a Direção da revista possa alcançar o objetivo visado com a publicação dêste Aviso.



S Ge Ex
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1969





seu filho, hoje,
é um dos 90 milhões
de brasileiros...

mas daqui a 13 anos ele será um dos 200 milhões!

Sem dúvida, ele viverá num país melhor, sob muitos aspectos. Contudo, imagine a concorrência tremenda que terá de enfrentar em seu encaminhamento profissional. Será engenheiro? Em 1980, haverá, no mínimo, 10 vezes mais engenheiros do que hoje, concorrendo com ele. Será médico? Haverá 12 vezes mais médicos do que hoje, competentes bastante para restringir sua clientela. Será técnico? Haverá 18 vezes mais técnicos do que hoje, prontos para preencher o emprego que ele deseja.

Vale a pena pensar por ele agora, com vistas em 1980: NCrs 10,00 que você deposita hoje mensalmente no Pecúlio-Pensão Coifa, significam NCrs 22.600,00, no mínimo, para ele amanhã. Um lastro tão valioso como seu futuro diploma. Não há dúvidas de que ele viverá num país melhor.

Para maiores informações, dirija-se diretamente ao

COIFA CÍRCULO DOS OFICIAIS INTENDENTES
DAS FÔRÇAS ARMADAS

Rua Senator Dantas, 117 - grupos 301, 402, 544 - 2003 - Rio
Futura sede própria - Edifício Gávea - As. 11 de Maio, n.º 31